



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES

AILCE DO NASCIMENTO MACEDO

***Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravismo atravessados
pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero.**

ILHEUS - BAHIA

2022

AILCE DO NASCIMENTO MACEDO

***Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravismo atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero.**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz para obtenção de título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Linguagem e Estudos de Gêneros

Orientador: Professor Dr. Rogério Luid Modesto dos Santos

ILHEUS - BAHIA

2022

M141

Macedo, Ailce do Nascimento.

Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravidão atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero / Ailce do Nascimento Macedo. – Ilhéus, BA: UESC, 2022.

141f. : il.

Orientador: Rogério Luid Modesto dos Santos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações – PPGL
Inclui referências.

1. Análise do discurso. 2. Literatura - Escritoras.
3. Escravidão. 4. Negras na literatura. I. Título.

CDD 401.41

AILCE DO NASCIMENTO MACEDO

***Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravismo atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero.**

Dissertação para a obtenção do título de Mestra em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Professor Dr. Rogério Luid Modesto dos Santos (UESC)

Examinadora: _____

Profa. Dra. Glória da Ressurreição Abreu França (UFMA)

Examinador: _____

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho (UFRGS)

Examinador: _____

Prof. Dr. Maurício Beck (UESC)

ILHEUS - BAHIA

2022

*De todo o amor que eu tenho/ Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida/ Sorrindo e fazendo o meu eu.*

(Maria Gadu)

Aos meus avós, Nilva e Antônio, (*in memoriam*), e a minha mãe, Edna.

AGRADECIMENTOS

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho, por mais que pense estar!
(Gonzaguinha)*

Agradecer é entender que um caminho se faz com muitos passos, e em determinada parte desse caminho, esses passos percorrem e encontram outros pés que, no processo de ir, vir e ficar, permanecem. Essa dissertação é fruto de um caminhar que não poderia iniciar sozinho, e é por isso que sou grata aos tantos pés que se moveram junto aos meus, numa mesma direção.

Agradeço ao Deus que é a razão da minha existência, que me dá forças para continuar caminhando, sempre.

Ao meu orientador Rogério Modesto pelas muitas passadas e permanências, pela paciência, compreensão, sabedoria, por me mostrar, em um ambiente cem por cento virtual, que há sempre um jeito novo de caminhar.

Sou grata ao professor Maurício Beck por acreditar que seria possível, por direcionar um caminho primeiro, por me apresentar à Análise do Discurso e por, principalmente, possibilitar que os meus passos encontrassem os passos do professor Rogério.

À minha mãe, Edna, que é exemplo de luta e fé, que, mais que ninguém, me ensinou a pisar no chão e a voar, que se faz presença e é presente.

Ao meu namorado, Melqui, por todo apoio durante a realização do mestrado.

À Eliene, Gil, Helenita e Jamile, por entenderem as minhas ausências e por serem tanto nesse processo de escrita da dissertação.

Ao PPGL e aos professores desse programa por toda contribuição para a minha formação humana e profissional. Em especial, agradeço as professoras Paula Siega e Malu Rocha pelo percurso de aprendizagens construídas.

Aos colegas de curso, aos grupos de estudos GEDUESC- Grupo de Estudos Discursivos e DTer- Discurso e Tensões Raciais, pelas trocas e pelas mãos dadas durante a caminhada.

Agradeço à ilustríssima banca examinadora, Glória França e Fábio Barbosa, pelas contribuições no trabalho e pela gentileza em aceitar o nosso convite.

E a todos aqueles que cruzaram meu caminho em algum momento dessa estrada. Gratidão!

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Sueli Carneiro

RESUMO

Nesta dissertação busco analisar, à luz da Análise de Discurso que se orienta por uma perspectiva materialista, os sentidos de escravismo no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, observando como esses sentidos podem ser atravessados pelos sentidos de gênero, raça e literatura. Para tratar desse tema foi preciso entender as condições de produção do romance, isto é, o Maranhão do século XIX, refletindo acerca dos discursos escravistas e antiescravistas que estavam em circulação na sociedade maranhense dos oitocentos. Foi necessário também compreender as relações que cruzam a teoria da literatura como disciplina no entremeio da Análise do Discurso, para melhor entendimento do *corpus* principal da análise, foi preciso entender a escrita feminina e negra jornal do século XIX com enfoque na autoria de Maria Firmina dos Reis nas condições de produção já citadas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Literatura. Escravismo. Raça. Gênero.

ABSTRACT

In this dissertation I seek to analyze, in the light of Discourse Analysis that is guided by a materialist perspective, the meanings of slavery in the novel *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, observing how these meanings can be crossed by the meanings of gender, race and literature. To address this issue, it was necessary to understand the conditions of production of the novel, that is, Maranhão in the 19th century, reflecting on the slave and anti-slavery discourses that were in circulation in the Maranhão society of the 1800s. It was also necessary to understand the relationships that cross the theory of literature as a discipline in the midst of Discourse Analysis, for a better understanding of the main corpus of the analysis, it was necessary to understand the female and black writing of the 19th century newspaper with a focus on the authorship of Maria Firmina dos Reis under the aforementioned production conditions.

Keywords: Discourse Analysis. Literature. Slavery. Breed. Genre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A PRIMEIRA IMPRESSÃO	10
1. O DESPERTAR: ESCRAVIDÃO, GÊNERO, RAÇA E LITERATURA	18
1.1 O Maranhão oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça e gênero e literatura.	21
1.2 A sociedade escravocrata maranhense da segunda metade do século do século XIX.....	24
1.3 Dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos.	34
1. 4 <i>Foge!</i> : discursos antiescravistas na segunda metade do século XIX.....	41
2 ANÁLISE DO DISCURSO E LITERATURA: RELAÇÕES DE FORÇAS NA PRODUÇÃO DO SENTIDO	49
2.1 O lugar do romance <i>Úrsula</i> na história da literatura brasileira.	54
2.2 Autoria da Mulher Negra.	64
3 GESTOS DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE <i>ÚRSULA</i>	80
3.1 Os processos discursivos de identificação em <i>Úrsula</i> : a escravidão e os atravessamentos para raça e gênero.	80
3.2 <i>Úrsula</i>	81
4 A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR: ENCAMINHAMENTOS ANALÍTICOS	97
4.1 Sentidos para escravismo: alforria <i>versus</i> liberdade.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A <i>DESPEDIDA</i>	106
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

A PRIMEIRA IMPRESSÃO

A proposta dessa dissertação de mestrado é analisar os sentidos de escravismo no romance *Úrsula* (1859), observando como esses sentidos podem ser atravessados pelos sentidos de raça, gênero e literatura. As discussões estão filiadas aos fundamentos da Análise de Discurso, doravante AD, que se orienta por uma perspectiva materialista. A pesquisa tem como eixos temáticos autoria, raça, gênero, escravismo e literatura e, por meio destes, busco compreender o funcionamento discursivo em torno dos processos de identificação que sobredeterminam o personagem escravizado, bem como a materialização negra e feminina na citada obra.

Nas leituras e caminhos possíveis para análise, o encontro com *Úrsula* surge como um incômodo, compreendendo aquilo que Courtine diz ao afirmar que “é preciso encontrar textos que incomodem” (2006, p. 27). E, no meu gesto de interpretação, vejo, neste texto, questionamentos que me movem à compreensão do funcionamento discursivo para os sentidos de escravidão, raça, gênero e literatura inscritos no romance. Na primeira leitura que fiz, voltei o meu olhar para o romance e interroguei, nele, quais sentidos de escravismo compareciam no meu *corpus* e como esses sentidos estavam atravessados por sentidos relacionados a raça, gênero e literatura. Já na segunda leitura, uma leitura em que a primeira comparece constitutivamente, me questionei a posição autora-mulher-negra de Maria Firmina dos Reis, enquanto acontecimento discursivo, e como essa posição está afetada pelas condições de produção, históricas e sociais, da sociedade maranhense dos oitocentos, considerando que a autora em questão é uma mulher negra, residente do Maranhão e escreveu *Úrsula* em uma sociedade escravocrata e patriarcal.

Partindo dessa compreensão, defendo que a sintagmatização *autora-mulher-negra*, nas condições de produção dos oitocentos, seria um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006). Essa regularidade, ao ser interrompida pela anterior, permite dizer *mulher-negra-autora* após o séc. XIX, e permite ler, nos textos literários, a formulação da escravidão a partir da perspectiva dos personagens escravizados, construindo um outro processo discursivo. Formulo esse entendimento quando penso que uma cadeia de acontecimentos é interrompida ou abalada por uma outra que irrompe, mantendo

relações com o que lhe é anterior (sua memória), projetando, ainda assim, outros sentidos. Dito de outro modo, a autoria da mulher permanece como pré-construído de letramento e cultura, mas essa “cadeia” é abalada pela possibilidade de dizer mulher-negra-autora, fato que coloca a mulher negra nessa posição de letramento e cultura não compatível com as condições do séc. XIX. É isso que confere à *Úrsula* uma imagem de ruptura e protagonismo.

À primeira impressão *Úrsula* nos conta uma história de amor, mas a temática acerca da escravidão e das mulheres sobressalta e extrapola o objeto próprio de análise, estendendo-se às publicações da imprensa jornalística maranhense como fonte secundária da pesquisa, por entender que essas leituras nos ajudarão no entendimento dos discursos para a literatura e também para a escravidão, raça e gênero naquela sociedade.

Amparada pelos discursos sobre as mulheres no romance e nos jornais em circulação no Maranhão, refletirei sobre as posições ideológicas que dão sentidos à escravidão e como os sentidos de escravidão são atravessados pelos sentidos de raça, gênero e literatura, reconhecendo que “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 146). Para Pêcheux, esses sentidos são determinados pelas posições ideológicas que fazem parte do processo social e histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Os sentidos são determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras estão inscritas. Buscar compreender esses discursos, esses dizeres legitimados, é ter ciência que este estudo se desenvolve a partir do texto ficcional, por formulações da escravidão, das mulheres e dos negros, no entremeio daquilo que é produzido a partir da retomada de elementos existentes no mundo social. E falar do social é “falar de relações entre sujeitos de linguagem” (LAGAZZI, 2013, p. 313). No nosso caso específico, é compreender como essa linguagem comparecia nos discursos dos oitocentos, e compreender quais os discursos que determinavam os sentidos de escravidão, raça, gênero e literatura, e, sobretudo, destacar os dizeres que regularizam os efeitos de sentido em *Úrsula*, como já dito, aquele incômodo que atravessa o meu gesto de leitura. Um gesto constituído por leituras outras, já que *Úrsula* é um livro que tem a sua primeira publicação

assinada por *Uma maranhense*; um livro, que ao considerar a sua interioridade e exterioridade, como me proponho, precisa ser lido buscando os “discursos de” Maria Firmina dos Reis e os “discursos sobre” (MARIANI, 1998) *Úrsula* e sobre a sua autora.

A busca pelos “discursos de” e pelos “discursos sobre” ajudou no desenvolvimento das reflexões teóricas apresentadas nesta dissertação. E no meu gesto de leitura e escrita, enquanto analista do discurso, considero dois pontos essenciais para a construção desse trabalho: (i) a compreensão da língua enquanto materialidade discursiva, que está imbricada aos contextos históricos e sociais de produção; e (ii) o entendimento de que o sujeito “é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia” (COURTINE, 2006, p.64), mas que não é o dono do seu discurso, pois há outros dizeres que antecedem o seu dizer. Essa compreensão permitiu visualizar o discurso e a ideologia como sendo inerentes ao sujeito, pois para Pêcheux apud Orlandi (2012, p. 17), não há “discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia”.

Assim como o discurso e a ideologia estão imbricados aos sujeitos, a história também se faz presente, e o sujeito, para AD, é histórico, já que os sujeitos e os sentidos são construídos na história, e, porque são históricos, mudam e se mantêm nela. Essa mudança, para Orlandi (1999), é responsável pela constituição de outras posições que materializam novos lugares e novas posições. Considero esse ponto ao pensar o discurso oitocentista como constituinte da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura.

Envolvida com o discurso oitocentista, entendo que *Úrsula* fala de uma sociedade de classes (ou seja, escravismo como estrutura de classe social), e compreendo que essa classe é atravessada por questões de gênero e raça. Esse destaque será refletido na minha escrita, e contribuirá para a questão norteadora deste estudo, que é: Quais sentidos de escravismo comparecem em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e como esses sentidos são atravessados por sentidos relacionados a raça, gênero e literatura?

Para trabalhar essa questão, analiso a escravidão como dimensão político-ideológica que constitui a formação social (ALTHUSSER, 2008) maranhense oitocentista e, ao mesmo tempo, compreendo a língua enquanto movimento e trabalho simbólico me permite buscar/conhecer, nos discursos sobre escravidão, raça e gênero, “os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de

significação” (ORLANDI, 1988, p. 117). E assim significar os sentidos ditos e não-ditos para os discursos presentes em *Úrsula*.

Nesse processo de significação dos sentidos para a escravidão, tenho em vista que muitos escritores brasileiros descreveram, em suas obras, o cenário escravocrata do país e as condições de escravidão, marcadas na pele negra, a partir das suas posições. Quase sempre essas obras eram narradas por homens brancos, já que estes possuíam a liberdade e os privilégios da cor, que os permitia exercer a função-autor. Com essa leitura compreendo a importância da participação feminina na literatura e, sobretudo, o tensionamento de paradigmas e estereótipos que excluem as mulheres dos espaços de cultura e produção do saber. A proposta de analisar, neste trabalho, o escravismo a partir de seus atravessamentos pelas questões de raça gênero e literatura surge por conta de dois fatores:

I) Um primeiro fator que contempla a exterioridade do texto, ou seja, o fato de ele ser escrito a partir de uma autoria marcada racialmente e por gênero, uma autoria tal que, desse lugar marcado, toma a escravidão como objeto temático de escrita e;

II) Um segundo fator que contempla a interioridade do texto, ou seja, o fato de este narrar uma história em que, pelo tratamento dado aos personagens negros, às mulheres e à escravidão, que as preocupações presentes no romance não são as mesmas do período romântico da época, pois, apesar de ter sido escrito num período de nacionalismo exacerbado, destoa da literatura produzida em sua época em muitos aspectos, já que não parece estar comprometido com o projeto romântico que era fundar a ideia de nação, construindo através de suas narrativas um ser nacional.

Daí a necessidade de analisar, a partir da instância autoral, as formações discursivas para escravidão, raça e gênero em *Úrsula*, tendo em vista que, para Orlandi (2012), as palavras são significadas pela história e pela língua, as palavras/discursos que inferiorizam diferentemente grupos minoritários na intersecção de opressões estruturais são operantes, por isso compreendo que é indispensável analisar as questões acerca da escravidão e da relação entre raça e gênero, na busca de incluir na língua e na história dizeres outros que vão de encontro aos dominantes, pois considero que há, em todo o dizer, “uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder” (ORLANDI, 2001, p. 129).

Para tanto, compreendendo os discursos presentes em *Úrsula*, interpretada por

minha posição discursiva enquanto analista do discurso, entendida aqui, de acordo com Orlandi (1998, p. 65-66), pela função-autor e pelo efeito-leitor, garantindo, respectivamente, a unidade de sentido formulado e a unidade imaginária de um sentido lido. Assim, a minha ligação, a minha rede de significantes (PÊCHEUX, 1988 [1975]), o meu gesto de interpretação, dar-se-ão a partir das filiações históricas e das práticas sociais da autora, da pesquisadora e da análise do *corpus*.

Úrsula pode ser lido como uma unidade discursiva que representa personagens negros e brancos, homens e mulheres, liberdade e escravidão na literatura brasileira. O romance oportuniza a rememoração da história oficial acerca do escravismo e da sociedade patriarcal do século XIX, e oportuniza a sua possível ressignificação a partir da posição-sujeito que se inscreve na escrita autoral de Maria Firmina dos Reis. Ao me filiar à AD na tentativa de analisar os sentidos de escravismos inscritos no romance *Úrsula*, objetivo compreender o funcionamento dos discursos gendrados e racializados que comparecem na obra. Conseqüentemente, relacionados aos dizeres constituídos, formulados e em circulação na sociedade maranhense oitocentista, em primeira instância, mas também, em termos gerais, na sociedade brasileira.

O *corpus* analítico que me dá condições para o desenvolvimento da pesquisa está atrelado às questões acima, tendo em vista as condições históricas de produção de *Úrsula*. Ao considerar uma obra literária como parte do meu arquivo de estudo, abordo a literatura enquanto parte das construções imaginárias, destacando a sua importância para a formação de um “efeito de real” específico, produzido pela ideologia e pelo esquecimento. Para Silveira:

Não há relação direta entre as palavras e as coisas, mas também não há como desvincular o histórico-social do discursivo. O analista de discurso deve estar atento aos ecos das vozes que se produzem no social e que podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o “efeito de real”, que não é alucinatório, mas que também não corresponde à realidade social, pensada como um produto dado, pronto e acabado, pois a correspondência que existe entre o ficcional e a realidade social é da ordem da representação e não da imitação (SILVEIRA, 2004, p. 21).

A literatura é concebida por Silveira (2004) como materialidade discursiva que significa o imaginário da língua e que não pode ser separada do social. Logo, para compreender ou significar o escravismo em *Úrsula*, recorro aos estudos de Alves (2010), Cestari (2017), Muzart (2000), Evaristo (2006), Zilá Bernd (1988) e Saffioti

(1976), acerca das construções literárias marcadas pelas relações raça e gênero; Ferreira (2003), Gallo (1995), Gregolin (1995), Orlandi (1988, 1990, 1999, 2001) e Pêcheux (1988, 1990), com contribuições sobre a Análise do Discurso e conceito de autoria; Corrêa (2017), Barbosa Filho (2019), Faria (2001, 2005, 2012), Gayoso (1818), Ignotus-Joaquim Serra (1883), Modesto (2018), Pereira (2006, 2009), tematizando a formação social do Maranhão e do Brasil oitocentista, com ênfase no sistema escravista e nos discursos racializados; e as análises de Agostinho (2013), Dantas, (1958), Duarte (2004, 2011), Lobo (1989, 2011), sobre o romance *Úrsula* e Maria Firmina dos Reis.

Ainda considerando o processo discursivo na materialidade da língua, concordo que “o discursivo representa no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica, e inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia” (PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 136). Desse modo, os enunciados provocados em *Úrsula*, em torno da escravização e da relação entre gênero e raça, serão lidos não como “fonte de informação histórica, mas como lugar tenso e contraditório de luta ideológica nos efeitos discursivos” (RIBEIRO, 2016, p.10).

No que concerne às questões de raça, gênero e literatura, considero a escrita feminina e, sobretudo, a escrita da mulher negra, marcadas no estudo a partir de Maria Firmina dos Reis. Para tanto, concordo que “A cultura literária constitui parte integrante do campo cultural e seu desenvolvimento foi, até há pouco tempo, regulado e controlado ideologicamente pela hegemonia patriarcal [...]” (SCHMIDT; NAVARRO, 2007, p. 85). Schimdt e Navarro (2007) destacam que as mulheres não tinham espaços na cultura literária, pois este lugar era “controlado ideologicamente pela hegemonia patriarcal”, o que permitiu que a escrita feminina ficasse esquecida e silenciada na história literária. Nesse direcionamento, a análise propõe trazer a temática, não apenas provocando os efeitos de sentido aos enunciados, mas provocando/enfatizando o lugar da mulher negra na luta por espaços de enunciação, aqui representados por autora e personagem a partir de *Úrsula* e no contexto do Brasil oitocentista.

Assim, propondo analisar os sentidos de escravismo que comparecem em *Úrsula* e como esses sentidos são atravessados por sentidos relacionados a raça, gênero e literatura, a reflexão teórico-analítica, deste estudo, está pautada no entrecruzamento do texto literário com a AD, considerando Maria Firmina dos Reis, o

romance e as questões que o tematizam para além da literatura. A análise está centrada na leitura, descrição e interpretação do *corpus* a ser analisado com a proposta de atender aos objetivos do estudo. Construo, inicialmente, um arquivo com materiais que ajudam a analisar os sentidos de escravismo em *Úrsula* e que materializam os atravessamentos entre a língua e os discursos para escravização, gênero, raça, e literatura, considerando alguns procedimentos:

I- A interpretação do *corpus* e a relação desse *corpus* com as filiações históricas e práticas sociais do autor e do leitor interpretadas a partir da leitura do Romance *Úrsula*;

II- A descrição e interpretação da obra, buscando compreender a língua “não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (ORLANDI, 1999, p. 19). Dito de outro modo, analisarei o discurso em *Úrsula* enquanto estrutura e acontecimento;

III- “A constituição, a formulação e a circulação dos discursos” (ORLANDI, 2001, p. 07). Ou seja, constituo o objeto discursivo a partir de *Úrsula*, considerando a materialidade da língua para os sentidos de escravismo atravessados pelas questões de gênero, raça e literatura.

Assim posto, o texto está associado às questões históricas e atuais sobre escravização, raça, gênero e literatura, por entender que:

De seu lado, o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade. Passa da superfície linguística (*corpus* bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isso resulta, para o analista, com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. Em outras palavras, é trabalhando essas etapas de análise que ele observa os efeitos da língua na ideologia e materialização desta na língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: é assim que ele aprende a historicidade do texto (ORLANDI, 2001, p.68).

Orlandi (2001) considera que o trabalho da análise e a própria construção do dispositivo, contribuem para o analista “explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos” (p.68). Assim, apreendo, por meio do método discursivo (LAGAZZI, 1988), a historicidade do texto, conforme dispõe o fragmento acima, na tentativa de chegar mais perto do objeto de análise. E para tanto, a presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, *O despertar: escravidão, gênero, raça e literatura*,

apresento o percurso de escrita da dissertação e reflito acerca o *Maranhão oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça e gênero*, a fim de apresentar como esses discursos se consolidaram e estavam em circulação na sociedade maranhense escravocrata do século XIX. Aqui, tenho como ponto de discussão as publicações em periódicos do Maranhão, em sua maioria presentes no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), e a partir dessas publicações analiso os discursos jornalísticos que estavam a favor do sistema escravista e aqueles que eram contrários à escravidão, questionando como esses discursos atravessavam os sentidos para raça e gênero nos oitocentos.

No capítulo dois, *Análise do discurso e literatura: relações de forças na produção do sentido* coloco a condição de autora-mulher-negra de Maria Firmina dos Reis enquanto acontecimento discursivo a partir da obra em análise e a partir dos discursos que falam de *Úrsula* e falam de sua autora. Nesse espaço, desenvolvo os conceitos que cruzam a literatura no entremeio da Análise do Discurso e apresento as condições de produção em que Reis escreve *Úrsula*, possibilitando o encontro de duas posições discursivas, que estavam impossibilitadas de se encontrar, ao considerarmos as condições históricas e sociais da segunda metade do século XIX: a posição sujeito *autor* e a posição sujeito *mulher negra*.

No terceiro capítulo, apresento os *Gestos de descrição e análise de Úrsula*, refletindo acerca das condições de produção oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX. Formulo uma compreensão sobre *Úrsula*, que sustenta meus gestos de escuta e interpretação a partir das condições de produção históricas e sociais nas quais a obra está inserida. Ainda, apresento o romance questionando os efeitos de sentidos para a escravidão, raça e gênero na tentativa de analisar, por meio do enredo, como tais questões estavam dispostas na obra.

E finalmente, em *A mente ninguém pode escravizar: encaminhamentos analíticos*, retomo alguns questionamentos postos durante a pesquisa, a fim de aprofundar a discussão acerca da relação existente entre escravidão, alforria e liberdade em *Úrsula*, paralelo às leituras das leis que garantiam (ou não) a concessão da liberdade aos negros escravizados.

O DESPERTAR: ESCRAVIDÃO, GÊNERO, RAÇA E LITERATURA

O povo que escreve sobre si é determinado por aquilo que ele mesmo exclui.
(Certeau; Dominique; Revel)

Ao deslocar o título do capítulo XIX, o *Despertar*, do romance *Úrsula* para essa parte do estudo, o faço com a intenção de apresentar a trajetória percorrida no desenvolvimento da pesquisa. Um despertar que possibilitou a montagem do arquivo e o recorte deste para o *corpus*. Barbosa Filho nos diz que o “trabalho com o sentido [...] não se começa jamais do início, mas de um *sempre-já-aí*, que pode ser uma palavra, um enunciado, um texto, um acontecimento, um corpo, que não é nada mais que um resultado” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 28). Os meus resultados foram os questionamentos postos a partir da leitura do romance *Úrsula*. Escrever sobre o romance retoma aquilo que coloquei na introdução ao citar Courtine (2006, p. 27): “É preciso encontrar textos que incomodem”. E o encontro com *Úrsula* mostrou-se como um incômodo desde a primeira leitura. Ao lê-lo, fazia alguns questionamentos: Quem era a sua autora? Era possível torna-se autora-mulher-negra nos oitocentos? Era possível publicar um livro que fosse de encontro ao sistema escravista e a sociedade patriarcal naquele contexto? Sendo Maria Firmina dos Reis uma maranhense, questionava-me acerca das possibilidades de escrita naquelas condições de produção.

Os *sempre-já-aí* me direcionaram para um percurso de escrita que compreendia os sentidos como ponto crucial da pesquisa, os sentidos que estavam imbricados no texto literário e que textualizavam questões tão importantes para o meu gesto de leitura.

À luz da Análise materialista do Discurso me dispus a escrever sobre *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravismo atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero, buscando compreender os tantos questionamentos colocados na leitura inicial do romance. Para tanto, o texto em si só não me fornecia material suficiente para a análise, tendo em vista os tantos gestos de interpretação que moviam uma série de efeitos de sentidos para escravidão, raça, gênero e literatura.

O primeiro ponto da pesquisa contemplou a exterioridade do romance, por considerar importante apresentar o contexto social e histórico da escrita de Maria

Firmina dos Reis. No “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997, p. 56), precisei levantar dados acerca da sociedade escravocrata no Maranhão oitocentista. Essa busca me fez chegar ao acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), que dispõe de uma rica coleção de documentos e manuscritos digitalizados e disponibilizados em formato eletrônico. Dentre os arquivos disponíveis, tive acesso ao primeiro jornal do Maranhão *O Conciliador do Maranhão* (1821), a *Revista Maranhense*, a *Coleção de Leis do Maranhão* (Século XIX), dentre outros.

O trabalho de pesquisa mobilizou outros questionamentos ao acessar a BPBL. Estar em frente a uma biblioteca digital com mais de 9.000 obras raras digitalizadas, exigiu um trabalho de busca minucioso. Precisei definir, dentre os documentos disponíveis, quais documentos ajudariam a montar a materialidade histórica que eu precisava. Refinei a minha busca para os dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos e para os discursos anti e pro escravistas. Por que escolher os jornais como parte do meu arquivo? Porque encontro nesse material a relação necessária entre a polissemia e o controle do sentido. Dito de outro modo, os jornais selecionavam os discursos válidos para circulação naquele contexto, colocando gestos de interpretação e formulando juízo de valor. A partir dessa leitura, formulei outra questão: de que forma a textualização da escravidão, nos jornais maranhenses, afetava as leituras e a compreensão sobre raça, gênero e literatura? Selecionei recortes no *Farol Maranhense* (1828), *Diário do Maranhão* (1877), *A Moderação* (1857), *Jornal O Século* (1858), *Jornal A Carapuça*, (1884), *A Pacotilha* (1881), *O Paiz* (1863), dentre outros, que me faziam pensar sobre essas questões, presentes ou em anúncios específicos ou em artigos de opinião.

Com a primeira parte do meu arquivo montada, não necessariamente nessa ordem, já que a todo instante as idas e vindas se faziam necessárias, me debrucei novamente à constituição de um percurso de leitura que me permitiu questionar a autoria em *Úrsula* em uma época em que as mulheres negras eram escravizadas. E compreendi que “o passado se inscreve e incomoda (n)o presente” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 33), pois na tentativa de falar do romance, o meu arquivo foi se mostrando mais imbricado à história, em um “lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram” (ZOPPI- FONTANA, 2002, p. 182).

O discurso literário me permitiu pensar acerca do fechamento sobre o *corpus* e a abertura à multiplicidade das práticas languageiras que excedem esse corpus, e que estão discursivizadas no meu arquivo. Assim, na construção da pesquisa, precisei fazer a *decupagem do arquivo em corpus*,¹ movimentando o meu acervo de documentos que falam sobre a relação da literatura com a Análise do Discurso e que textualizam o lugar ocupado por *Úrsula* na historiografia literária brasileira. Essa busca possibilitou pensar no sintagma *autora-mulher-negra* nos oitocentos e interrogar, nos discursos de e sobre o romance, e também sobre a sua autora, os efeitos de sentidos presentes no romance, no arquivo montado e na minha análise.

Eu já tinha o romance *Úrsula* como o meu objeto de estudo e como parte do meu *corpus*, mas, a partir de Barbosa Filho, entendi que “o arquivo não é um dado. Ele não se mostra. É preciso montá-lo” (p. 31). E foi com esse entendimento que o movimento de montagem do arquivo colaborou para uma organização sequencial que obedecia aos seguintes pontos:

1. O Maranhão oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura;
2. Análise do discurso e literatura: relações de forças na produção do sentido;
3. Gestos de descrição e análise de *Úrsula*; e
4. Encaminhamentos analíticos.

Com a seleção do material feita, no ato da leitura e escrita, meu gesto voltou-se para a análise e recorte dos enunciados dispostos no texto. A esse respeito, Pêcheux nos diz que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1990, p. 53). Foi com essa certeza que fiz a montagem do arquivo e o recorte para o *corpus*, compreendendo que os sentidos postos poderiam (podem) se deslocar para outros diferentes daqueles colocados no meu gesto de interpretação e escrita. Assim, desenvolvo os pontos seguintes, mobilizando os efeitos de sentidos

¹ Em referência a Barbosa Filho (2019), a *Decupagem do arquivo em corpus* é um processo que ajuda na organização e manejo dos documentos selecionados para a construção do percurso de leitura.

para escravismo, raça, gênero e literatura, a partir da leitura de *Úrsula* e da sociedade maranhense do século XIX.

1.1 O Maranhão oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura

O Brasil vive nos oitocentos, século XIX, um período da publicação de uma série de produções literárias que concedem, por exemplo, o título de *Atenas brasileira*² à capital do Maranhão, São Luís. A literatura acompanhava as mudanças do século e, no movimento literário conhecido como Romantismo³ (1836 a 1881), buscou construir obras originalmente brasileiras, como será mostrado mais à frente. Dentre as produções da época, o meu olhar volta-se ao romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, que traz questões sobre a escravidão e as relações de raça e gênero na sociedade maranhense oitocentista.

Ao pensar no Maranhão dos oitocentos, que é escravocrata, proponho pensar sobre a circulação dos discursos antiescravagistas e pró-escravagistas. Esses discursos foram colocados com mais frequência na sociedade brasileira a partir da proibição internacional do tráfico de negros, em 1850⁴, estando presentes nos jornais e em obras literárias, representando, desse modo, a circulação de uma disputa de sentidos em torno da escravidão. Considero que os discursos antiescravagistas são os discursos que tentam resistir aos discursos escravagistas e, para nós da análise do discurso, conforme Pêcheux (1990) e Modesto (2018), essa resistência não está somente na relação de oposição, embora haja oposição é preciso considerar que a resistência tem contradições.

² Para Rossini Corrêa “A mitologia da Atenas Brasileira correlacionou o *principium sapientiae* grego ao papel desempenhado pelo Grupo Maranhense no desafio de responder às exigências constitutivas de uma cultura brasileira”. O Grupo Maranhense era composto por homens intelectuais, podendo citar Gonçalves Dias e Odorico Mendes, que faziam da Atenas brasileira um autorretrato desenhado pela sociedade maranhense dominante, “feito por meio da dimensão literária da intelectualidade, trazendo para os trópicos, em nível arquetípico, em espaço figurativo, enfim, em âmbito retórico, o ideal de formação do homem grego” (CORRÊA, 2001, p.29).

³ Movimento literário surgido após 1822 (Independência do Brasil), que reuniu uma vasta produção de textos poéticos e romances. As principais características do Romantismo brasileiro é a busca pela identidade nacional, a exaltação da natureza e a idealização do indígena. Seus principais autores são: Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Gonçalves Dias (1823-1864), José de Alencar (1829-1877), Álvares de Azevedo (1831-1852), Casimiro de Abreu (1839-1860) e Castro Alves (1847-1871).

⁴ Lei Eusébio de Queirós, (Lei nº 581), promulgada em 4 de setembro de 1850.

Pela lente discursiva, julgo importante compreender e analisar essas oposições e contradições nos discursos anti e pró-escravagistas, porque isso permitirá refletir sobre as condições de produção do romance *Úrsula*. Para empreender essa compreensão, importa, neste estudo, partir da noção de discurso entendida como uma parte de um dispositivo em funcionamento “[...] pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1990, p. 76).

De acordo com filósofo e linguista francês, Michel Pêcheux (1938-1983), fundador da AD que teoriza a materialidade da língua na ideologia e como a ideologia está materializada na linguagem, os discursos fazem parte de uma ideologia política e correspondem “a um certo lugar no interior de uma formação social dada (p.76)”. Este autor nos permite dizer que o discurso é determinado pelas condições de produção, e, para tanto, não podem ser lidos ou compreendidos fora dos contextos sócio-históricos nos quais estão inseridos. Com esse entendimento, torna-se necessário pensar nos discursos possíveis para escravidão, raça, gênero e literatura nas condições de produção oitocentista brasileira e, em específico, maranhense.

Antes de seguirmos à análise dos discursos possíveis presentes no século XIX, a partir dos periódicos da época, se faz necessário destacar que os processos discursivos (FERREIRA, 2003) são postos em funcionamento pelo sujeito, mas não nasce nele. O sujeito, para AD, acredita ser dono do seu discurso, quando, na verdade, há outros “já-ditos” que antecedem o seu dizer, produzindo sentidos no entremeio da língua. Ferreira (2003), nos ajuda a entender que os processos discursivos são constituídos pelos sujeitos, mas, também, os constituem, pois ele, o sujeito, não é totalmente livre e não é totalmente determinado pelas condições de produção. Essa consideração teórica trazida por Ferreira (2003), corrobora com o antropólogo e linguista Jean-Jacques Courtine (2006, p.64), no estudo sobre as *Metamorfoses do discurso político*, ao dizer que o sujeito do discurso “está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia”.

Ao trazer a relação existente entre o sujeito, o discurso e a ideologia, além dos estudos de Michel Pêcheux, como já destaquei, Courtine (2006) e Ferreira (2003) recorro, também, a Eni Orlandi (2012), pioneira na área da análise do discurso

materialista no Brasil que, em suas pesquisas, entende que não há discurso sem o sujeito, do mesmo modo que não há sujeito sem a ideologia. Esse entendimento me faz voltar à sociedade oitocentista maranhense, trazendo ao debate o modo como os discursos dominantes, no Maranhão da segunda metade do século XIX, versavam para a defesa da sociedade escravista de ordem patriarcal, produzindo e redesenhando os efeitos de sentidos na produção da memória discursiva para a escravidão, raça e gênero.

Assim, considero necessário trazer à baila o conceito de memória discursiva, sendo aquilo que, diante de um gesto de leitura, restabelece os implícitos presentes no texto, ou melhor, os pré-construídos “a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A memória é móvel e restabelece, nos “implícitos”, aquilo que, ao retomar o passado, atualiza a memória do presente, atuando como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). São, exatamente, as réplicas, as polêmicas e os diferentes discursos que destaco para a análise e, por meio dessas retomadas, busco refletir acerca dos efeitos de sentido sobre a escravidão na sociedade em questão.

Melhor dizendo, ao pensar nos discursos possíveis para a escravidão e seus atravessamentos para raça, gênero e literatura no século XIX, penso nos discursos dominantes e legitimados por leis. Logo, compreendo que há uma disputa de sentidos em torno da escravização. Posições que se mostram antagônicas às dominantes e que, desses seus lugares, falam sobre o escravismo e produzem outras regularidades. Acerca da produção dessas regularidades, Pêcheux nos diz que o acontecimento discursivo “[...] vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...], mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, (PÊCHEUX, 1999, p.52).

A escravidão de negros e mulheres na sociedade maranhense oitocentista atravessa os sentidos e a produção da memória discursiva, provocando interrupção, desmanchando ou produzindo outras séries de regularidades. A leitura sobre a formulação da escravidão e das mulheres, no período em questão, nos mostra que as condições de produção oitocentista maranhense eram excludentes. E para

entender essas condições nos oitocentos, recorro aos estudos do sociólogo José Rossini Corrêa acerca da formação social do Maranhão.

Corrêa descreve que “[...] a estratificação da sociedade maranhense era concentracionária, admitindo e fabricando a gerência senhorial de seres e de coisas, segundo os parâmetros gerais do patriarcalismo no Brasil e no mundo” (CORRÊA, 2017, p. 91). O patriarcalismo e o gerenciamento de pessoas eram características típicas daquela sociedade que, de acordo com Corrêa (2017), construiu um retrato ideológico de si mesma, excluindo a exploração do ameríndio e do africano e, colocando-se “como a manifestação mais autêntica, senão solitária, de humanidade” (p. 92).

A solitária opulência imperial desconsiderava os reais moradores da província, que segundo a historiadora maranhense Regia Silva Agostinho (2013), era uma população multifacetada, com brancos, mulheres, pobres, ricos e negros cativos e libertos. É a partir dessa população que refletirei, neste capítulo, acerca das relações sociais e dos modos de pensar sobre a escravidão de negros africanos e seus atravessamentos pelas questões de raça e gênero a partir de 1850. É com esse filtro que analiso os discursos presentes na *sociedade escravocrata maranhense da segunda metade do século XIX; os dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos e; os discursos antiescravistas*, no mesmo período, enfatizando os discursos que ditavam regularidades no funcionamento de novos dizeres e na produção da memória discursiva sobre as mulheres, sobre a escravidão e sobre os negros escravizados.

1.2 A sociedade escravocrata maranhense da segunda metade do século XIX.

Ao voltar o olhar para as condições de produção oitocentista e para a determinação dos discursos e da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura, foi necessário identificar o cenário social e político da escrita e publicação de *Úrsula*, apontada na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX. Esse refinamento, para a análise, possibilitou a constituição de um arquivo mais próximo do cenário construído por Maria Firmina dos Reis, já que estamos tratando de uma província alicerçada ao patriarcado europeu escravagista.

O Maranhão era uma das mais ricas e belas províncias do Brasil, e as suas características eram, por vezes, retratadas em obras literárias, com elementos que exaltam a paisagem natural, características próprias do romantismo brasileiro, que buscava construir uma identidade nacional, propondo, por meio da “nacionalização literária”, afastar e distinguir a “literatura verdadeiramente brasileira da europeia e, em particular, da portuguesa” (BAPTISTA, 2003, p. 25). A exaltação das características locais do país surgiu para compor o projeto de nação após a independência do Brasil, em 1822, que consistia na tentativa de construir uma identidade brasileira, para contrapor ao “*ser lusitano*”. Os intelectuais literários enfatizaram, em suas obras, os símbolos considerados nativos, como a flora, a fauna e os indígenas, já que estes não representavam mais um problema para a nação, por causa das leis que proibiam a escravidão indígena. Para o professor de Ciências Políticas, Bernardo Ricupero (2004), no estudo sobre *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, a literatura teria que ser original, em oposição aos mitos gregos que contrariavam as tradições locais, a natureza e o clima brasileiro. Ainda, os indígenas serviam como fonte de inspiração para a escrita de fábulas e/ou poesias.

Além da busca pela originalidade literária, Ricupero (2004) nos diz que a literatura fazia parte de uma intenção política, e os temas se adequavam ao momento político pelo qual passava o país. A partir da segunda metade do século XIX, principalmente após a publicação da Lei Eusébio de Queirós, Lei nº 581, promulgada em 04 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravos, a temática sobre a escravidão passa a ser abordada, com mais frequência, nos textos literários. Nesse mesmo período, o Maranhão destaca-se pela produção cultural voltada para o ideário de nação pensado pela elite imperial. É quando aparece o “*ser maranhense*”, após a independência do Brasil, 1822, na tentativa de, não somente, construir uma identidade, mas, também, de destacar-se perante todo o Império. Acerca disso, trago novamente Corrêa, que afirma que:

A definição comunitária do “*ser maranhense*” foi instituída e legitimada pelos sucessos culturais, possibilitados pelo crescimento econômico, consagradores de um composto de escritores, os quais foram expressão autêntica de uma estrutura social – a maranhense – a reconhecer-se como uma totalidade, nos rebentos incomuns e originais, de si frutificados, na esfera espiritual (CORRÊA, 2017, p. 127).

O *ser maranhense* faz parte de um movimento cultural que atribuiu ao Maranhão uma certa superioridade perante as outras regiões do Brasil. De acordo com Corrêa, a “sociedade maranhense, densamente elitista, fabricou uma excepcionalidade, consagrando-se como brasileira, [...] e distinguindo-se do conjunto da brasilidade em elaboração [...] ao definir-se solitariamente como Atenas (CORRÊA, p. 125).

Como dito páginas atrás, São Luís, a capital do Maranhão, ficou conhecida como a *Atenas brasileira*, devido aos grandes intelectuais (jornalistas, romancistas, poetas) que surgiram após a Independência do Brasil, como o poeta Gonçalves Dias (1823-1864), com produções como a *Canção do Exílio* (1846) e *Juca Pirama* (1851). Para Corrêa, o *ser maranhense* abraça a consciência coletiva⁵ contra o Brasil Colônia, na busca da construção do Estado-Nacional. Mas, essa consciência e essa passagem, “do *ser lusitano* e à instauração do “*ser maranhense*”, não solucionou “os problemas angustiantes do arcabouço societário” (CORRÊA, 2017, p. 125). Um problema, que como já foi mencionado, seguia uma ordem política vigente: a escravidão, “com a exclusão e genocídio do ameríndio e a imigração forçada dos africanos – vítimas, desde a África, da violência das guerras tribais e dos interesses de mercadores, traficantes e tumbeiros” (CORRÊA, 2017, p.88).

O Maranhão oitocentista passou por um processo de urbanização, sendo a sua capital a mais beneficiada pela reestruturação urbana. A segunda metade do século XIX foi de modernização, mas não somente para São Luís, como para toda a província Maranhense (AGOSTINHO, 2013). Junto com a urbanização também foi fortalecido um projeto civilizatório e a prática de higiene da cidade. Para o historiador maranhense, Jerônimo de Viveiros (1884-1965), no livro acerca da *História do Comércio do Maranhão* (1954), os escravizados eram percebidos como propagadores de doenças e como aqueles que comprometiam a “limpeza da cidade”. Conforme a cidade crescia, tornava-se necessário maior controle do espaço urbano, e os mais afetados, de acordo com Viveiros (1994), foram os escravizados e os pobres livres.

⁵ Na AD, nós nos afastamos desse conceito, consciência coletiva, porque ele difere do de memória discursiva que é um conceito relacionado ao esquecimento e, portanto, ao inconsciente. Faço uso desse termo pois o autor em referência usa.

Sobre isso, vejamos um fragmento do jornal *O Farol Maranhense* sobre a presença dos escravizados nos espaços públicos:

A polícia, Sr. Redator, não serve só para cuidar no sossego público, tem também a seu cargo vigiar sobre os maus costumes, tais como a indecência no vestuário dos escravos, os quais andam muitas vezes de forma tal que ofendem a modéstia de muitas famílias que se acham pela janela e, mesmo dos passantes, pois entre este também andam mulheres (O FAROL MARANHENSE, 1828).

A publicação no jornal *O Farol Maranhense* textualiza um discurso a partir do qual a presença dos negros nos espaços públicos incomodava as famílias, pois dizia-se que o seu vestuário e as práticas culturais eram vistos como um atentado aos bons costumes. Os negros, mesmo que libertos, não eram bem-vindos no “projeto civilizatório” provinciano e, muito menos, ao projeto de nação engajado pelo romantismo que, de acordo com Ricupero (2004), constituiu-se na construção de uma identidade cultural brasileira, através da criação de símbolos originalmente nacionais. Muitos intelectuais maranhenses reforçaram a sociedade estabelecida, escrevendo e publicando trabalhos a favor do sistema dominante. Isso porque estavam preocupados com a segurança dos segmentos dominantes do Maranhão, “chegando mesmo um, ou outro, à unificação dos atributos sociais ora entrelaçados: senhor de escravos e homem de letras” (CORRÊA, 2017, p.143).

Os interesses dos senhores de escravos e os interesses dos homens das letras, por vezes, eram unificados, conforme destacado por Corrêa (2017). O grupo de intelectuais, salvo as exceções, não se contrapunha aos senhores, pelo contrário, os representava, em concordância com os interesses senhoriais. Um exemplo válido é a frente de intelectuais que se formou contra a luta popular chamada de Balaiada (1838-1841), um movimento que se estendeu às camadas mais pobres, como, por exemplo, aos negros escravizados, que reivindicavam o fim da escravidão e melhores condições de vida.

De acordo com Corrêa (2017), embora a mão de obra escravizada tenha servido para o aumento da produção econômica e para a construção de civilização material na sociedade maranhense “quando os homens pobres e livres e a massa de escravos foragidos confluíram para a guerrilha, com a Balaiada, o máximo de concordância dos intelectuais maranhenses ficou restrito a uma simpatia abstrata, e, na prática, de efeitos senhoriais” (CORRÊA, 2017, p. 145). Os intelectuais se

posicionavam a favor dos senhores. A concordância explícita ao sistema imperial escravista fazia parte das publicações que circulavam no estado maranhense. Uma das exceções, antes de Maria Firmina dos Reis, foi Gonçalves Dias, que, em 1846, publica a prosa *Meditação*, criticando a formação da sociedade brasileira, no que concerne à divisão entre homens brancos e homens negros:

[...] vejo milhares de homens de fisionomias discordes, de cor vária e de caracteres diferentes. E esses homens formam círculos concêntricos, como os que forma a pedra, caindo no meio das águas plácidas de um lago. E os que formam os círculos externos têm maneiras submissas e respeitosas, são de cor preta; – e os outros, que são como um punhado de homens, formando o centro de todos os círculos, têm maneiras senhoris e arrogantes, e são de cor branca (DIAS, 1959. p. 743).

A ficção materializa uma interpretação sobre o que se vivia no Maranhão, e é resumida por Dias como: círculos concêntricos externos e centrais. Os externos abrigam os homens de cor preta, de maneiras submissas e respeitosas. Os círculos centrais são formados pelos homens de cor branca, de maneiras arrogantes e prepotentes. Essa é a divisão do Maranhão oitocentista a partir da leitura de Dias: “grande parte da sua população é escrava – mas a sua riqueza consiste nos escravos – mas o sorriso – o deleite do seu comerciante – do seu agricultor – e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do sangue do escravo” (DIAS, 1959. p. 743). Dias, em 1846, descreve que a divisão do Maranhão se concentra em dois grupos: senhores e escravizados. Ao primeiro grupo está reservado todo o deleite comprando às custas do sangue do segundo grupo.

Torna-se válido ressaltar que a formação histórica e social do Maranhão está marcada pelo sistema de produção agrícola (algodão, o arroz e o açúcar) e pela presença de negros escravizados como mão de obra e, como imagem de riqueza e *status* social, pois possuir escravos era considerado artigo de luxo, tendo em vista o alto preço de sua compra. O comércio mercantil e escravista foi impulsionado em 1755, a partir da formação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal, sediada em São Luís. Essa companhia foi criada com a intenção de monopolizar e explorar o comércio de importação de negros africanos, fortalecendo, assim, a economia da região.

Na obra *Compendio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, Gayoso (1818), descreve que o preço dos escravos no Maranhão era o mais alto da América, fato que colaborou para a diminuição da riqueza dos lavradores. Além da

força de trabalho, os negros representavam boa condição social para os lavradores que, ao comprá-los, por vezes acabavam por endividar-se. O comércio de negros africanos tornou-se uma das principais fontes de economia do Maranhão. Para se ter uma noção, a população de homens e mulheres escravizados, no Maranhão, até 1841, representava a metade da população, como mostra a historiadora Regina Faria (2005, p. 246), no estudo sobre o Maranhão oitocentista:

Tabela 01: População do Maranhão Oitocentista

ANO	Livres	Escravos	Total
1821	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.892 (100%)
1841	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	244.101 (69,2%)	74.939 (20,8%)	359.048 (100%)
1887		33.446	

Fonte: FARIA (2005, p. 246).

Considerando a Tabela 01, temos, em 1821, uma população escravizada (84.534 (55,3%) maior que a população livre (68.359 (44,7%). O número de escravizados em 1841, apresentava-se em crescimento, devido as políticas de exportação alimentadas pelo comércio internacional de negros africanos. Em 1872, visualizamos um decréscimo, devido a publicação de duas leis, a da Lei Eusébio de Queirós (1850), já mencionada acima, e a Lei do Ventre Livre (1871), que libertava todos os negros nascidos a partir desta data.

A província destacava-se pela violência do sistema escravista, já que o Maranhão recebia escravos da África e do Brasil e o tratamento que lhes era dado de “inusitada violência, chegando a imortalizar uma senhora – Ana Joaquina Jansen Pereira, a Donana Jansen – pela perversidade dos suplícios aos quais submetia os cativos” (CORRÊA, 2017, p. 109). Ana Joaquina foi uma empresária e política maranhense, conhecida, além de ser uma mulher à frente do seu século, pelas atrocidades cometidas aos seus numerosos escravizados. Prática comum em todo o Estado, que “situava-se econômica e socialmente no espaço geográfico da resistência senhorial mais concentrada, sob signo antigo e tradicional” (CORRÊA, p.175).

Embora houvesse a busca pela criação do *ser maranhense*, como já sinalizado, a presença europeia era marcante. De acordo com o também historiador Studart Filho

(1959), os antigos componentes do Estado do Maranhão eram considerados “tão lusitanos que, na hora da Independência, as Cortes de Lisboa foram mesmo ao extremo de lhes oferecer aquilo que consideravam uma honra suprema: a condição de Província transatlântica de Portugal” (1959. p. 350). A cultura portuguesa era dominante no Maranhão. Ser estrangeiro, mais do que *ser maranhense*, era símbolo de educação e riqueza. Em viagem pelo Brasil, em 1850, ao passar pelo Maranhão, o naturalista e escritor francês Alcides d’Orbigny, se atenta à singularidade provinciana que se destaca das demais regiões brasileiras pela elegância da população branca e pelos esforços em imitar os costumes europeus. E acrescenta que “[...] Quase todas educadas, as jovens maranhenses levam, consigo, o gosto pelo trabalho e pela ordem e hábitos de reserva e discrição, que frequentemente, falta aos crioulos” (D’ORBIGNY, 1976, p. 85-86).

A distinção entre as jovens maranhenses é notada por sua condição doce e pelo respeito às ordens e aos hábitos de reserva, diferente, de acordo com o escritor francês, dos crioulos, que possivelmente, ao considerar o fragmento posto, não possuíam esses atributos. Em uma publicação do *Jornal O século* (1858), a vida da mulher maranhense é resumida em fases:

Até aos 8 anos só trata de brinquedos; dos 8 aos 10, já gosta de cumprimentos nos bailes; dos 10 aos 13 gosta de ler e copia versos; dos 13 aos 15 lê o folhetim do jornal e escreve às amigas comentando os bailes; dos 15 aos 18 tem confidentes, lê romances, discute modas ...; aos 19 fixa a escolha e principia a falar em história; aos 20 fala de economia e casa-se; dos 20 aos 25 aparece em todos os bailes...; aos 26 tem um filho, que não amamenta, mas a quem adora...; aos 30 fala em questões científicas e lê jornal...; aos 40 trata de política...; aos 50 tem um professor; nos 60 brinca com os netos, reza o terço no rosário e ensina remédios e comezinhas (O SÉCULO, 09.12. 1858, p. 03. BPBL).

A publicação destacada no jornal refere-se às mulheres brancas e de boa condição social. Essas mulheres, de acordo com a publicação, tinham uma vida pré-definida, e tudo o que faziam girava em torno das relações familiares. Embora fossem mulheres letradas, a publicação apresenta uma vida sem envolvimento nos assuntos sociais. Ao descrever que “aos 20 fala de economia e casa-se; [...], aos 30 fala em questões científicas e lê jornal...; aos 40 trata de política...; aos 50 tem um professor; nos 60 brinca com os netos, reza o terço no rosário e ensina remédios e comezinhas”, o articulista parece textualizar uma versão para a qual o papel da mulher é casar e, a partir dos 60 anos, brincar com os netos. A brevidade da vida da mulher maranhense

está intrinsecamente ligada ao convívio no lar, como também reforça o jornal *O Progresso*, em 1871:

—A mulher é física e moralmente predestinada a exercer outra ordem de funções que o homem na família. O homem, ativo, robusto, trabalha lá fora, ao sol. A mulher, delicada, amante, cria o filho, administra a casa.

Isto quer dizer que a mulher não nasceu para literata; mas para mãe de família; e que não lhe é dada a disputar ao homem, se lhe é dado disputar alguma coisa aquele de quem tudo consegue e a quem tudo entrega, senão o amor de seus filhos.

Deve ser a mulher inteligente e instruída? Sim, para a vocação severa da maternidade.

E para cumprir seus deveres? perguntarão.

Vejam. A mulher, além de doura mãe de família, deve ser esposa fiel. Para a primeira missão precisa ser instruída; para a segunda, não.

Uma mãe pode não educar bem seu filho por ignorante; nunca, porém, falta a seus deveres de mulher por inocente.

Os deveres das mulheres são difíceis de cumprir, mas fáceis de ser compreendidos.

Por mais inculta que seja a mulher é sempre mais sábia que o homem em assuntos de amor, e tem para defender-se, além da perspicácia que lhe dá a natureza, o pudor que a acompanha desde o berço, os brados de sua consciência e a vergonha da opinião pública, quando não tivesse a experiência de todos os dias.

Por isso mesmo que o homem tem mais razão e a mulher mais sensibilidade é que o conhecimento dos deveres no homem mantém-no na probidade, e esse mesmo conhecimento não guarda as mulheres, porque acima da inteligência predomina a paixão (JORNAL O PROGRESSO, 1871, apud AGOSTINHO, 2013, p.110).

Em resumo, o cronista destaca que “a mulher não nasceu para literata, mas para mãe de família”. Se pensarmos essa afirmação enquanto uma sequência discursiva, podemos provocar algumas paráfrases:

SD1: *A mulher não nasceu para literata; mas para mãe de família:*

P1: Toda mulher não nasceu para literata; mas para mãe de família.

P2: Alguma mulher não nasceu para literata; mas para mãe de família.

P3: Nenhuma mulher nasceu para literata; mas para mãe de família.

P4.1: Nenhuma mulher nasceu para literata.

P4.2: Toda mulher nasceu para ser mãe de família.

Por meio da SD1 e de suas paráfrases plausíveis trabalhamos a discursivização dos discursos sobre a mulher em funcionamento na sociedade oitocentista, ao lermos que a mulher nasceu para ser mãe de família e não para literata. Acerca dessa formulação, primeiro questiono os sentidos de literatura

naquelas condições de produção. O que (quem) permite dizer que a mulher não nasceu para literata? A sequência discursiva parece indicar que a mulher pode comparecer como leitora de *assuntos de amor* publicados nos jornais, mas não como literata. Essa questão será trabalhada mais à frente, no capítulo 02, ao refletir acerca da literatura e da escrita da mulher negra.

Ao trazer as construções parafrásticas, para a SD1 penso nessa construção e questiono a posição-sujeito que fala sobre a mulher na sequência discursiva e, principalmente, penso o contexto histórico em que a SD está inscrita. Logo, provooco o seguinte questionamento: A SD 01 refere-se a todas as mulheres dos oitocentos? Consideremos que as mulheres negras, no mesmo período em análise, não dispunham das mesmas condições, já que no sistema dominante escravocrata prevalecia as divisões de classe, etnia e raça. A esse respeito e de acordo com Saffioti (1976), “cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas” (SAFFIOTI, 1976, p. 89-90).

Para a socióloga marxista, dedicada aos estudos da violência de gênero e militante feminista brasileira, Saffioti (1934-2010), à mulher negra escravizada estava reservado além do trabalho braçal, a exploração sexual. A sociedade de castas era um sistema que vigorou na Índia e estabelece a separação social entre os indivíduos, desde o nascimento até a morte, dividindo a sociedade em castas superiores e inferiores. Partindo desta definição, a mulher negra escravizada ocupava a condição inferior ao sistema, estando sujeita a quaisquer tipos de violências. Portanto, falar da mulher dos oitocentos, é destacar que estamos tratando de mulheres, no plural, pois, o tratamento dado à mulher branca, não era o mesmo dado à mulher negra e escravizada.

Para Rocha (2001), a mulher negra escravizada ocupava a posição mais baixa do nível social, tanto por ser mulher, quanto por ser negra, “podendo ser explorada (econômica e sexualmente), oprimida e humilhada por diferentes segmentos da sociedade brasileira” (ROCHA, 2001, p. 20). Solange Rocha (2001), ao escrever sobre as condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba (1828-1888), ratifica que a mulher negra, ao longo da história brasileira, estava condicionada à subalternidade e, quando escravizada, era passível à exploração sexual e

econômica. “Ser negra” atuava no imaginário social como uma “indicação pejorativa”, e quando essa indicação se somava ao “ser escrava”, esse corpo tinha permissão para ser violentado por diferentes segmentos da sociedade. O dizer sobre essas mulheres, em jornais e revistas, materializava estereótipos, como já mencionei nos periódicos apresentados. Acrescento um trecho retirado do romance *O Mulato (1881)*, de Aluísio de Azevedo, que se refere às mulheres negras escravizadas:

Reconheço que são necessários, reconheço!... mas não podem ser mais imorais do que são! ... As negras, principalmente as negras! ... São umas muruxadas, que um pai de família tem em casa e indecentes! É uma imoralidade! Ainda outro dia, em casa uma menina coitada, apareceu coberta de piolhos indecorosos, que pegara da negra! Sei de outro caso de uma escrava que contagiou a uma família inteira de impigens e dardros de caráter feio! E note, doutor, que isto é o menos, o pior é que elas contam às suas sinhazinhas tudo o que praticam aí por essas ruas! Ficam as pobres moças sujas de corpo e alma na companhia de semelhante corja (AZEVEDO, 1959 p. 91).

“*As negras, principalmente as negras*”, são significadas como indecentes, imorais, sujas de corpo e de alma. A materialização nos livros e periódicos são, comumente, o que a elite pensava. Ser negro, ou ser mulher negra, quase sempre significava algo ruim. Essa memória funcionava com certa regularidade, bem padronizada e engessada nos discursos literários, nas publicações dos jornais e no cotidiano oitocentista. Os sujeitos textualizados por tais discursos, resistiram às imposições escravocratas. No Maranhão, e em todo o país, a resistência de negros escravizados ao sistema escravista era uma constante, fato que levou a formação de quilombos em toda região brasileira. Para o sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro, Clóvis Moura (1925-2003), o quilombo era uma unidade de resistência contra a escravidão, que se constituía “em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava” (MOURA, 1988, p. 103).

O quilombo funcionava como um espaço reacionário contra o sistema vigente. Mas, para as classes dominantes o quilombo era visto como um espaço de “malfeitores, vadios e fujões” (PEREIRA, 2006, p.55). Especificamente na província maranhense, há registros de quilombos desde o século XVIII, conforme destaca, novamente, Viveiros (1994, p.88) no estudo sobre a história do comércio do Maranhão. Mesmo após a abolição da escravidão, o Maranhão não criou políticas para assistir aos negros libertos, como é observado também por Corrêa (2017), ao

dizer que o homem e a mulher escravizados foi um objeto de trabalho no Brasil colônia e continuou sendo um agente de trabalho após a abolição da escravidão. Corrêa acrescenta que o agente não escravizado era dependente da atividade produtiva durante toda a vida. O negro sempre foi considerado, nos oitocentos, um objeto de trabalho senhorial. Escravizado ou não, a dependência social permaneceu, e o estatuto de negro não-escravizado continuou obrigando-lhe a trabalhar para o senhor das terras ao longo dos dias de vida, a fim de garantir sua sobrevivência.

Dito isso, a constituição dos modos de significar sobre o negro, sobre a mulher negra e sobre a escravidão no Maranhão dos oitocentos, como já apresentei, se sustenta e ganha corpo a partir de uma (as) simetria social e histórica, que regulariza, nos discursos legítimos⁶, a inferioridade dos povos africanos e, a inferioridade da população afrodescendente, livre ou escravizada.

Destaquei, aqui, os discursos postos sobre os negros escravizados, comercializados e excluídos dos espaços públicos e dos projetos políticos de nação, desenvolvidos com a intenção da construção de um “*ser maranhense*”, que não abria espaços para os povos vindos da África. Trouxe, em específico, a materialização das mulheres nos jornais dos oitocentos, enfatizando os diferentes modos de ver a mulher, aquela que ocupava uma posição na elite, e a mulher negra, que estava muito aquém daquela formulação publicada nos periódicos. Agora, pretendo aprofundar a análise acerca dos dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses do século XIX, analisando como a escravidão, e os discursos em favor desta, estavam inseridos e/ou afetavam os discursos jornalísticos, e mais ainda, como essa inserção dialogava sobre as mulheres escravizadas do mesmo período.

1.3 Dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos.

Ao pretender analisar os *Dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos*, busco compreender como

⁶ Considero os discursos legítimos aqueles que circulam por meio de materialidades legítimas, como a literatura e os jornais, nas condições de produção dos oitocentos.

essa sociedade estava afetada pela relação com a escravidão e, mais ainda, compreender, pelo texto jornalístico, como a escravidão afetava as produções, as leituras e a compreensão sobre raça e gênero.

Nesse sentido, reconheço o papel intrínseco dos jornais enquanto veículo de informação, que produziam e divulgavam conteúdos específicos sobre o Maranhão, mas também sobre todo o país. Para pensar nas condições de produção e na circulação dos discursos jornalísticos nesta sociedade, parto da compreensão de Mariani (1998), ao concordar que o jornalista, embora tente projetar um discurso imparcial, coloca em seu dizer gestos de interpretação, e formula juízo de valor. Para a autora, o discurso jornalístico faz crer “que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades” (MARIANI, 1998, p. 65). Porém, essa isenção não existe, é apenas efeito de verdade. A partir desse entendimento, analisarei alguns recortes publicados nos jornais *Diário do Maranhão* (1877), *A Moderação* (1857), *Jornal O Século* (1858), *O Paiz* (1863). A análise será realizada na tentativa compreender o funcionamento discursivo para a seguinte questão: de que forma a materialização da escravidão, nos jornais maranhenses, afetava as leituras e a compreensão sobre raça, gênero e literatura?

Faz-se necessário sinalizar o público leitor do Maranhão do século XIX, sendo definido por comerciantes ricos e proprietários de terras, “interessados no debate em torno do futuro socioeconômico da província” (PEREIRA, 2006, p. 108), além daqueles que “[...] tomavam contato com o jornal sem comprá-lo: familiares, amigos, frequentadores das casas de comércio e repartições públicas que o ensinavam ou recebiam gratuitamente; e os leitores de ouvidos” (GALVES, 2010, p. 31). Os historiadores, dedicados aos estudos da imprensa jornalística do Maranhão, Pereira (2006) e Galves (2010), apresentam que os *leitores de ouvidos* eram aqueles que participavam dos espaços públicos e ouviam falar sobre as notícias publicadas nos jornais. A circulação e abrangência dos jornais era maior que a sua venda, pois os “leitores de ouvidos” tinham acesso ao material escrito, sem ser necessário comprar o periódico. Assim como as obras literárias, os jornais seguiram uma orientação política que se adequava à manutenção da Constituição e aos poderes legitimados. As publicações que irei analisar situam-se na mesma marcação temporal da publicação do romance *Úrsula*, a partir de 1850, após o fim do tráfico internacional de negros africanos.

A imprensa maranhense, em sua maioria, sustentava os interesses lusitanos, com publicações alinhadas ideologicamente a favor de Portugal. Muitos jornais seguiam um viés político partidário, pois conseguiam o apoio da elite maranhense e portuguesa na manutenção da tipografia. Assim como os historiadores citados anteriormente, Sebastião Barros Jorge também se dedica a estudar *os primeiros passos da imprensa no Maranhão*, e pontua que “Os jornalistas se caracterizavam pela ideologia e posições assumidas na política, daí o surgimento de uma imprensa doutrinária e combativa. O gênero dominante era o opinativo e a informação se reduzia a alguns artigos” (JORGE, 1987, p. 10).

No estudo intitulado de *Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão (1820 – 1880)*, Joaquim Serra, assinando com o pseudônimo IGNOTUS, ao mencionar *O Jornal A Moderação* (1857), sinaliza que, “era uma folha muito partidária, e que, em sua última fase nada tinha de ‘moderada’” (SERRA, 1883, p. 104). O trocadilho “moderada”, aponta para a posição assumida pelos articulistas do século XIX: manter a ordem vigente.

O Jornal Diário do Maranhão (1855, 1873), por exemplo, era organizado em quatro partes: Oficial, Folhetim, Marítima e Notícias. Na primeira parte, as publicações estavam relacionadas aos assuntos oficiais, próprios do governo; a segunda era reservado às leituras folhetinescas, como os romances; na terceira parte, como o próprio nome acusa, eram publicadas informações acerca da movimentação de navios na província; e na última parte, os textos anunciavam o cotidiano provincial e, especialmente a fuga, a compra e venda de mulheres e homens escravizados. O tema sobre a escravidão, de acordo com Pereira (2006, p. 92), se torna constante nos periódicos maranhenses, a partir de 1850, abordando “a decadência da agricultura mercantil de exportação, suas causas e soluções possíveis”, pois, a elite maranhense acreditava que a escravidão, ou melhor, que a proibição do comércio internacional de escravizados, era a causa principal da decadência no comércio provinciano.

Na seção de anúncios da maioria dos jornais publicados no Maranhão, estavam expostos os anúncios de procura de negros que fugiram da dominação dos senhores. Assim como Ana Josefina Ferrari (2008), no estudo acerca dos anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1880, parto do pressuposto de que “é através da voz do dono que se forma uma imagem pública e singular do escravo na sociedade” (FERRARI, 2008, p.11). Uma imagem que

materializa, quase sempre, sentidos para o negro escravizado como mercadoria, objeto de compra e venda. Ao considerar os anúncios de fuga, o Jornal *Diário do Maranhão*, em 1887, publica:

Pretos fugidos: O cabo Parnahyba, comandante do destacamento do Cutim, aprisionou desde o dia 12 até o dia 17 do corrente, cinco escravos que andavam fugidos por aquele distrito. Mandou-os apresentar ao respectivo delegado. É importante o serviço prestado por aquele cabo que compreende o elevado encargo que lhe foi confiado empregando esforços para tornar o lugar completamente livre dessa gente, própria para toda a sorte dos atentados (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1877, p. 3).

Os negros e as suas ações de fuga são, via de regra, predicados para fazer funcionar uma imagem que corrobore com uma visão negativa acerca desses sujeitos. O anúncio textualiza uma série de predicções que funcionam, por efeito de sentido, como negativas ou pejorativas da significação do negro. Ao referir-se aos negros escravizados, que fugiram do cativeiro, o anúncio destaca “*pretos fugidos*” e “*tornar o lugar completamente livre dessa gente*”, construindo o sentido “dessa gente”, com desdenho, como um povo de uma “raça” inferior àquela a que pertence o cabo Parnahyba, “que compreende o elevado encargo que lhe foi confiado” e, não mede esforços para livrar a cidade “dessa raça inferior”. Os periódicos, mesmo aqueles que se autodenominavam abolicionistas, como *A carapuça* (1884) e *A pacotilha* (1881), acabavam por defender os direitos dos proprietários de terras, conforme defende Pereira (2006):

A despeito de diferentes concepções dos articulistas desses periódicos quanto ao sentido da escravidão, pode-se considerar que compartilhavam da visão de mundo que reduzia os escravos à condição de força de trabalho, um bem privado e, por conseguinte uma mercadoria passível de transações no mercado. Por isso, publicavam nas colunas comerciais desses periódicos inúmeros anúncios de compra, de venda e de aluguel de escravos (PEREIRA, 2006, p.101).

A partir de Pereira (2006), pode-se compreender que embora houvesse diferentes concepções acerca dos sentidos de escravidão, os articulistas dos periódicos comungavam daquela que reduzia os escravizados à condição de mercadoria, de produto. Esse modo de compreender o escravizado comparece nos anúncios de compra, venda e aluguel dispostos nos jornais: “Na Rua Grande n. 16, se diz quem compra uma escrava, preta ou cafusa, de 16 a 20 anos, própria para o serviço de uma casa de família, e que saiba engomar alguma coisa” (DIÁRIO DO

MARANHÃO, 1877, p. 2).

O anúncio de compra determina a condição de escrava à mulher, a cor da pele, preta ou cafusa, a idade, 16 a 20 anos, e a necessidade para a compra: “que saiba engomar alguma coisa”. Era comum esse tipo de anúncio nas páginas dos jornais, pois a normalização da escravidão era prevista em Lei e, conforme Pereira (2006), havia um consenso da escravidão para o negro e do negro enquanto mercadoria. Ainda no início do século XIX, o comércio de importação e exportação de produtos incluía os escravizados na mesma sessão de mercadorias, distinguindo apenas a quantidade e se eram homens ou mulheres, como mostra a imagem abaixo, retirada do livro *História do Comércio do Maranhão* (Viveiros 1994, p. 113):

Imagem 01: Quadro de importação e exportação no Maranhão em 1800-1801.

QUADRO DE IMPORTAÇÃO EM 1800			
Vinhos	1.037 pipas	Metais em barras	1.982 quintais
Aguardente	127 "	" " obras	786 "
Azeite	67 "	Cabos	252 "
Vinagre	159 "	Farinha	1.998 "
Pano de linho ..	93.239 peças	Manteiga	337 "
" " lã	23.732 "	Carne salgada ..	121 "
" " algodão ..	59.704 "	Peixe salgado ..	712 "
Tecidos sêda ..	5.588 "	Tabaco	4 "
Chapéus	2.266 duzias	Sal	1.963 moios
Meias de sêda ..	86 "	Papel	2.397 resmas
Obras de barro ..	23.091 "	Escravos	442 indivíduos
		Escravas	195
Valor da importação 2.193.033 cruzados (149).			
QUADRO DA IMPORTAÇÃO EM 1801			
Vinhos	618 pipas	Metais em obras	158 quintais
Aguardente	293 "	Cabos	671 "
Azeite	20 "	Farinha	630 "
Vinagre	68 "	Manteiga	385 "
Pano de linho ..	51.845 peças	Carne salgada ..	79 "
" " lã	2.762 "	Peixe salgado ..	108 "
" " algodão ..	44.262 "	Tabaco	12 "
Tecidos sêda ..	2.192 "	Sal	1.032 moios
Chapéus	3.611 duzias	Papel	270 resmas
Meias de sêda ..	318 "	Escravos	818
Obras de barros .	7.909 "	Escravas	510
Metais em barras	828 quintais		

FONTE: VIVEIROS (1994, p.113).

No quadro de importação, em 1800, vemos a quantidade de metais em barra, de farinha, manteiga, peixe e “escravos” (442 indivíduos) e “escravas” (195). No ano seguinte, 1801, no quadro de exportação, o mesmo acontece. A imagem confirma o que destaquei: havia um consenso da escravidão para o negro e do negro enquanto mercadoria. Além de publicações de compra, venda e aluguel de homens, mulheres e crianças negros e negras, havia ainda, em destaque, as comunicações de fuga.

Fugio hontem da casa do abaixo assignado o seu escravo de nome Theodoro, preto crioulo de 22 anos de idade, pouco mais ou menos, bastante retinto, bons dentes, cabelos sempre penteados e apartados no meio, alegre e amigo (...) e bem fallante, toca violão e pandeiro. Quem o capturar e entregar a seus senhores será bem gratificado (...) (Diário do Maranhão, 1883, p. 3).

Aqui o escravo tem nome, Theodoro, e características que ratificam a sua raça: preto, crioulo, bastante retinto. Pela publicação, parece que o articulista precisa enfatizar a cor da pele do jovem Theodoro. Essa não é a única publicação que faz menção às características físicas de homens e mulheres escravizados:

Nesta cidade desapareceu a escrava de nome Anna, mulata, cabelo corrido, baixa, gorda, nariz um pouco chato, pertencente ao senhor José Demétrio Ferreira de Gusmão, do Mearim, a qual estava alugada ao Senhor Joaquim Antônio Ramos, estabelecido com padaria na Rua da Palma. Esta escrava costuma andar bem trajada, pelo que enculca-se livre (O Paíz, 1878, p. 3).

“A escrava de nome Anna” é mulata e “estava alugada ao Senhor Joaquim Antônio Ramos”, porém pertencia ao “senhor José Demétrio Ferreira de Gusmão”. Essa formulação requer uma maior atenção: Theodoro e Anna não têm sobrenome e, os seus nomes vêm acompanhados da sua condição de escravizado, reforçando o estigma social ao sistema escravista. Colaborando com essa análise, recorro aos estudos de Barbosa Filho (2019) acerca do “*discurso antiafricano na Bahia do século XIX*”, e com essa referência é possível dizer que o nome (sobrenome) determina e define, no documento, o “espaço da nomeação como um espaço de identificação, de significação e de particularização” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 186). Escrava e senhor estabelecem na memória relações opostas, pois delimita a condição/posição que cada um ocupa na sociedade.

Sobre o processo de identificação/nomeação, ponto que será preciso recuperar no momento da análise dos nomes dos personagens negros (Pai Antero, a preta Suzana, o Escravo...), do romance *Úrsula*, Modesto (2018) considera que esse processo situa os negros em lugares específicos e que o próprio negro, em certas condições de produção, acredita, enquanto sujeito, ser aquele o lugar a que pertence. Para esse autor, “seria como se certos chamamentos estivessem aí apenas funcionando para interpelar o negro em posições construídas para não coincidirem com as posições do branco” (MODESTO, 2018, p. 132). Logo, no contexto

oitocentista, ao lermos o chamamento que antecede o nome, conseguiríamos identificar a posição ocupada pelo sujeito naquela sociedade (branco, negro, escravizado, senhor).

Outro diferencial em destaque na publicação anterior são as vestes de Anna, que por andar “bem trajada”, pode-se indicar que é livre, ou liberta. Já que os cativos, de acordo com a publicação, andavam “mal trajados”. Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1998a, p. 276), “a maioria andava miseravelmente vestida” e “as mulheres mal cobriam o corpo com uma camisa e uma saia de tecido grosseiro, a cabeça envolta num pano, em forma de turbante. Os homens traziam o dorso nu, e uma calça de riscado”. Os símbolos que o diferenciam do cativo, para além da raça, eram os bons trajes, pois, na primeira oportunidade, os negros “procuravam ansiosamente adquirir os símbolos da liberdade, como sapatos, para esconder sua condição real” (SOARES, 2002, p. 83).

Ainda sobre os anúncios de fuga, os Jornais *O Publicador Maranhense* (1857) e o *Paiz* (1881), fazem as seguintes publicações, respectivamente:

- Ontem às 6 horas da tarde, fugiu da Rua do Ribeirão n. 13 a Torquato de Lima, o seu escravo Eduardo, crioulo, oficial de carpina, de 28 anos de idade, pouco mais ou menos; cor fula, estatura e corpo regulares. Este escravo pertenceu ao Sr. José Lucas da Costa, de Pericumã, de onde veio há duas semanas, e foi aqui vendido ontem pelo Sr. Manoel Pedro d' Alcântara- Gratifica-se bem a quem o apreender ou der notícias certas dele (Jornal O Publicador Maranhense, 1857, BPBL)

Gratifica-se: A quem capturar e entregar aos seus senhores, na fábrica do Tamancão, a escrava Martinha, de 28 anos de idade, mulata clara, tem boa dentadura, rosto redondo, cabelos meio carapinha um tanto curtos, fala e anda desembaraçada, é magra e de boa estatura. Fugiu na madrugada de 17 do corrente e desconfia-se que está na cidade. Protesta-se, na forma da lei, contra quem a tiver acoitado (O PAIZ, São Luís, 02 de agosto de 1881).

As duas publicações têm em comum a menção da cor da pele mais clara dos fugitivos: a primeira destaca a cor fula (parda) e a segunda estabelece “mulata clara”, destacando as características dos escravizados. O protestar, “na forma da lei”, contra aquele que esconder “Martinha”, reforça as leis que regiam a sociedade maranhense da segunda metade do século XIX.

A partir dos fragmentos dispostos nos jornais, verificamos que o comércio de negros era uma prática frequente nos periódicos. Vender, comprar e alugar os negros e cativos fazia parte do cotidiano no Maranhão. Movimentos contrários à abolição e a

favor dos direitos da elite escravista, também estavam as folhas impressas:

Não aceitamos a abolição sem indenização, porque a execução de tal medida importaria em uma verdadeira desgraça para o país. Sofrendo desde logo a lavoura que está já a balançar-se com os pés postos sobre a aresta das bordas de um horrendo abismo; precipitada ela iria esmagar-se de encontro às pedras que eriçassem o seu fundo, arrastando consigo todas as indústrias ou tudo quanto dela estivesse dependente, desgraça essa que afetaria a sociedade em peso, ainda que os fanáticos dos abolicionistas intransigentes digam que o diabo não será tão feio como se pinta. A nossa lavoura evaporar-se-ia indubitavelmente, pois que endividada como ela se acha, não sabemos se deixaria aos nossos lavradores a roupa do corpo, e como muito bem se diz- onde não há que pagar el-rei perde, muitos seriam prejudicados (Jornal O Paiz, 1885, BPBL).

Há três anos, antes da publicação da Lei Áurea (1888), e após a publicação da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei Eusébio de Queirós (1850), a temática sobre a abolição se faz presente nos diários impressos. O *Paiz*, em 1885, no mesmo ano em que foi decretada a Lei n.º 3.270, Lei dos Sexagenários, que garantia a liberdade de escravizados com sessenta anos ou mais, mostra-se preocupado com as lavouras, e exige uma indenização aos proprietários de terras.

Os anúncios destacados nessa parte do estudo, além de tantos outros que ocupam uma boa parte de páginas da imprensa do século XIX, não só no Maranhão, como também em outras províncias, nos ajudam a entender como a escravidão era pensada e como aquela sociedade representava às mulheres negras e brancas nos jornais dos oitocentos. No próximo tópico, *1.4 “Foge!”: discursos antiescravistas na segunda metade do século XIX*, destacarei como esses mesmos periódicos defendiam a causa abolicionista ou a negavam e, como esses discursos antiescravagistas tomaram fôlego na sociedade Maranhense.

1.4 *Foge!*: discursos antiescravistas na segunda metade do século XIX.

A construção histórica do Brasil está alicerçada ao trabalho escravizado e à defesa da propriedade privada, conforme já destaquei nesse estudo. Esse alicerce perdurou até a década de 1880, colocando o país, no contexto dos países da América Latina (Uruguai, Chile, Argentina etc..), como o último a abolir a escravidão. O deslocamento no título do tópico deste capítulo foi proposital. "*Foge!*" refere-se ao

capítulo XII do romance *Úrsula*⁷. Aqui, a expressão será utilizada para destacar os discursos em prol da abolição da escravatura, na sociedade maranhense oitocentista. De acordo com Agostinho (2013, p.64), “os discursos antiescravistas, no Maranhão, começaram a aparecer por volta da década de 1860”, e se intensificaram a partir das publicações das leis que proibiam o tráfico internacional ou que libertavam uma determinada parcela da população escravizada. A defesa acerca da substituição do trabalho escravo tinha influências em eventos internacionais, como, por exemplo, o ideário Francês que atuava em defesa da *igualdade, liberdade e fraternidade*. Para Faria, “[...] é fato aceito nos dias atuais que o ideário da Ilustração Francesa e da Economia Política era conhecido no Brasil desde o século XVIII, sendo perceptíveis em escritos brasileiros do final desse século e início do seguinte” (FARIA, 2001, p. 17).

Os ideais de liberdade e a equiparação do Brasil ao processo civilizatório europeu, de acordo com Faria (2001), foi uma constante no século XIX, e fizeram parte dos discursos revolucionários acerca da abolição da escravidão. Outros acontecimentos contribuíram para a intensificação do debate no país, dentre eles, destaque a emancipação dos escravizados nos Estados Unidos (1863) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). A Guerra do Paraguai provocou “sensíveis mudanças no comportamento de novos grupos sociais emergentes no Brasil, durante o conflito, estimulando, posteriormente, mais ainda a crescente pressão emancipacionista em todo território nacional” (RIBEIRO, 1990, p. 140). Nas últimas décadas do século XIX, conforme Pereira (2009), os discursos abolicionistas ganharam fôlego e a escravidão tornou-se o tema de pauta dos mais variados espaços sociais, como, por exemplo, nas cozinhas, imprensa jornalística e câmaras legislativas.

O Maranhão, como já dito, era uma província mantida pelo comércio mercantil agrícola e pela manutenção da força de trabalho de negros escravizados, ambos em decadência. O primeiro pela diminuição da exportação dos principais produtos agrícolas da região, e o segundo pelo fim do tráfico internacional de africanos. As publicações sobre o tema alimentavam a imprensa jornalística “indicando que seus articulistas, baseados em princípios do liberalismo político e econômico construíram um discurso ideológico de que o trabalho livre produzia mais do que o trabalho

⁷ Contextualiza o pedido de dona Luísa B. à sua filha, conforme destaque no capítulo III, subtópico 3.2

escravo” (PEREIRA, 2006, p. 134). A sociedade maranhense já atestava como fato o fim do trabalho escravo, mas, em contrapartida, surgiam também as justificativas que sustentavam o sistema escravista e que consideravam os negros escravizados ou livres “como seres no limiar da humanidade, marcados pelos desígnios de Deus e pela racionalidade inferior, decorrente da adversa ecologia africana (FARIA, 2012, p. 151).

Com Faria (2012), encontra-se discursivizado os discursos em circulação em defesa do trabalho escravo de negros africanos, com a justificativa de que “só eles possuíam a força e a resistência bestial, capaz de suportar o trabalho agrícola no clima tropical do Maranhão” (FARIA, 2012, p. 151). Justificar o regime servil mediante dizeres que colocavam o negro africano como raça inferior e o único capaz de suportar a escravidão, era tentar adiar aquilo que parecia iminente: a abolição. As publicações presentes em grande parte dos jornais que se colocavam a favor da libertação⁸ dos negros, não eram contrários aos direitos dos proprietários de terras. Em uma publicação do jornal *A Carapuça*, o redator cobra uma postura do jornal *A Pacotilha*, quanto ao posicionamento contrário à escravidão:

Não temos a menor dúvida nesse sentido, porquanto o nosso público sabe perfeitamente que a Pacotilha, acompanhado o progresso em sua evolução, é abolicionista, e, como todo amante desta terra, vê que na extinção da escravatura está a salvação da nossa pátria.

Se não faz propaganda ativa, se energicamente não procura lutar com a cáfila dos negreiros, ao menos não é imbecil e parva como o Diário, que por espírito de servilismo faz causa comum com os escravocratas.

Do Diário não se podia esperar outra coisa, porque ele é a asneira personificada, elevada na sua mais profunda expressão.

A Pacotilha, porém, temos a fazer uma observação:- sendo abolicionista como é, o que não contestará, - como publica todos os dias um sem número de anúncios sobre compras, vendas e fugas de escravos?

Desejamos ver isto explicado para que não se diga que a Pacotilha é abolicionista e escravocrata ao mesmo tempo, o que é impróprio de quem tem caráter e bastante luz no espírito como, o simpático jornal da tarde.

Esperamos pela explicação, ou por outra, - contamos que o distinto colega, - se nos permite o tratamento, - depois de ter pensado no que acabamos de dizer trancará para sempre as suas colunas aos anúncios a que nos referimos.

Ou bem escravocratas ou bem abolicionistas. Ser ou não ser. Convém definir-se (JORNAL A CARAPUÇA, 1884, BPBL).

⁸ Ver capítulo I, subtópico 1.3 *Dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos*

A publicação impressa no *A Carapuça* afirma não haver dúvidas de que *A Pacotilha* é um periódico abolicionista, ao contrário do jornal *Diário do Maranhão*, que segundo o articulista “é a asneira personificada, elevada na sua mais profunda expressão”. A questão posta é sobre as publicações feitas pelo jornal *A Pacotilha*: “sendo abolicionista [...] como publica todos os dias um sem número de anúncios sobre compras, vendas e fugas de escravos?”. Para o redator do *A Carapuça*, não há como ser abolicionista e escravocrata ao mesmo tempo, pois não é apropriado para aquele que se diz contrário à escravidão. E finaliza destacando: “Ou bem escravocratas ou bem abolicionistas. Ser ou não ser. Convêm definir-se”. Todavia, aqui cabe uma explicação: os jornais precisavam garantir a sua assinatura e romper de vez com o sistema vigente era decretar falência, fato que justifica as publicações feitas no jornal *A Pacotilha*. Mesmo o *A Carapuça*, embora não publicasse anúncios de compra, aluguel, venda ou fuga de escravizados, destacava a sua defesa à proteção da propriedade privada, como pode ser lido no fragmento abaixo:

É verdade que há abolicionistas de todo o gênero, porém felizmente os claqueurs (palavra que deu no goto dos negreiros) ainda não infestaram a nossa sociedade e nem tão pouco nos considerarmos iguais a eles, porque a humanitária ideia que propagamos, não é movida pelo interesse do assalto da propriedade alheia, representamos um papel passivo em questão de tanta importância (JORNAL A CARAPUÇA, 1884, BPBL).

A publicação destaca que não é de interesse do jornal o assalto à propriedade alheia, e se diz passivo ao defender a abolição, mas somente com a indenização dos proprietários de escravos. Os discursos abolicionistas presentes nos jornais analisados eram moderados, como se pretendesse dizer: “somos abolicionistas, mas não negamos os direitos dos senhores de escravos”. O *Jornal O Paiz* também defendia o direito à propriedade privada, como poder legitimado:

O que vemos nós nessa animada discussão- do dize tu, direi eu? De um lado abolicionistas intransigentes que - de chofre, a todo o transe e sem indenização querem que se extinga a escravidão no país; de outro lado emancipacionistas escrupulosos que não deixam de querer também a extinção da escravidão, mas lentamente e com justa indenização; aqueles fundamentam ou justificam a sua opinião no- abuso ao pretendido direito de propriedade sobre o homem; estes, analisando a origem do direito de propriedade, fazem vê que fundando-se ele nos esforços, nas diligências e no trabalho para ser adquirido, distinção nenhuma há a fazer-se sobre o escravo ou outro qualquer bem, desde que a nossa sociedade admitiu em

seu seio sem distinção e o sancionou com seus atos- recebendo (...). (Jornal O Paiz, 1885, BPBL).

A publicação acima está assinada pelo Conciliador abolicionista, e enfatiza que a escravidão é um sistema legitimado por lei e, portanto, não há de fazer quaisquer distinções “sobre o escravo ou outro qualquer bem”, ou se questionar o direito à propriedade cativa. O homem escravizado ocupava o mesmo lugar de um bem ou mercadoria, e era consenso defini-lo ou visualizá-lo enquanto produto a ser comercializado. Mesmo atestando o declínio do sistema escravista, Conrad (1978) destaca que o Maranhão foi uma das últimas províncias brasileiras a aceitar o fim da escravidão, pois na sociedade maranhense, construída pautada na exploração da força de trabalho escrava, os discursos abolicionistas tiveram um avanço moderado, já que os interesses da elite não comungavam com os ideários de liberdade. Essa aceitação moderada também era destacada nas páginas dos jornais, como, por exemplo, nas folhas do *A Pacotilha*:

O nosso paiz acha-se dividido em diferentes sectarios da emancipação dos negros: temos abolicionistas apparentes, abolicionistas graduaes e abolicionistas puros. Os primeiros acceitam simplesmente o princípio e protestando em nome do direito de propriedade pretendem addiar a liberdade dos negros enquanto vivem os actuais senhores a dizer: quem vier atraz que feche a porta, - não querem perder, mas não se importam que os filhos percam. Os abolicionistas graduaes, embora sinceramente desejem a emancipação, todavia não a querem já. Estes são opportunistas. E os puros abolicionistas reclamão em nome da humanidade que cesse essa monstruosa instituição que apenas servi para manter na ociosidade uma classe de exploradores que vivem fartos a custa da miséria dos pobres negros. Allegão que a força não constitui direito, que o proprietario baseia o seu direito na força e na tolerancia das leis ao passo que o direito do escravo é o direito sagrado do vencido que hoje lhe reclama e que lhe roubaram – a liberdade (A PACOTILHA, 1883).

A divisão posta no *A Pacotilha* é referente aos interesses quanto a emancipação dos negros e, para tanto, o articulista divide três grupos de abolicionistas: os aparentes, os graduais e os puros. O primeiro grupo, embora fosse a favor da abolição, não queria perder o direito sobre a sua propriedade, por isso, desejava postergar a extinção do regime. O segundo grupo, os graduais, embora desejassem a emancipação, não queria de imediato e, os abolicionistas puros, são descritos como aqueles que atuavam para que o sistema escravista cessasse, e lutariam em prol da liberdade dos negros.

O *Jornal O Paiz* também faz uma publicação, em 1881, que mostra a necessidade de se pôr fim à escravidão, pois, para o articulista, não havia países civilizados que ainda mantinha o trabalho escravo:

Alguns jovens carentes de progresso e da liberdade acabarão de fundar uma sociedade com o fim de emancipar os escravos deste paiz. Não há um só paiz civilizado que ainda conscreve esta negra chaga, que infelizmente, é a vergonha do Brasil. (...) Mas, se alguns brasileiros há que trabalham para esse fim, há outros também que abordarão essa grande e santa causa, intitula-se de escravocratas e guerreião àqueles, que incessantemente trabalham em prol da liberdade (*Jornal A Pacotilha*, 1881).

Tratada, pela publicação, como “negra chaga” a escravidão era vista, por esse articulista, como “a vergonha do Brasil”, e, mais uma vez, a divisão dos grupos é destacada, sendo considerados escravocratas àqueles que lutarão em defesa da liberdade e do progresso. Vimos, até aqui, que os discursos antiescravistas se sustentaram em passos lentos e, mais devagar, se deu na sociedade maranhense. Para Costa “A luta pela cessação do tráfico e pela abolição da escravatura se daria em ritmos diversos em cada região, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas internas” (1998b, p.30-31). As condições ideológicas internas fortaleciam a manutenção do sistema escravista, e a abolição não seria um bom negócio para a elite na sociedade oitocentista.

Há quatro anos antes da abolição da escravatura, o *Jornal A Carapuça* publica um artigo criticando a “chamada Athenas” brasileira:

[...] Esta chamada Athenas que se intitula de civilizada, ainda possui escravos. Que absurdo! M absurdo sem comparativo algum.

Ah! Não recuemos diante de uma coisa que para nós é tão fácil; unamo-nos para melhor trilharmos este caminho de honra.

Deixemos o descanso para mais tarde; quando na nossa terra a escravidão estiver extinta.

Para exemplo de que esta é a obra mais meritória que se possa fazer à pátria, temos diante de nós exemplos edificantes. E nós aqui de olhos vedados, vamos para traz!

Avante, maranhenses! Havemos de propalar por toda parte as inconveniências da escravidão; havemos de apegoal-as, já pela imprensa, já pelas reuniões em que estivermos. [...]

Vamos, sejamos dignos estadista brasileiro; libertemos nossa pátria, fazendo que não haja aqui um só escravo.

No Brazil todos os homens devem ser livres, porque todos nasceram debaixo do mesmo céu, aquecidos pelo mesmo sol e embalados pela mesma briza;

Não queremos com a presente idéa extorquir o direito de propriedade e nem com a força do absurdo arranca-lo a outrem, porque isto daria em Resultado a lucta sanguinolenta do oprimido contra o opressor.

Somos abolicionistas, mas não desejamos ver o direito de prepotência exercido sobre a garantia e haveres dos povos (Carapuça, São Luís, nº3, 18 de junho de 1884, p.1-2).

“Esta chamada Athenas que se intitula de civilizada, ainda possui escravos. Que absurdo!”, diz a publicação. A crítica explícita ao sistema é forte, porém o articulista sente a necessidade de explicar qual o tipo de abolicionismo que defende: “Somos abolicionistas, mas não desejamos ver o direito de prepotência exercido sobre a garantia e haveres dos povos”. A publicação ratifica o que já havia sinalizado sobre os discursos para a abolição da escravatura em circulação na sociedade maranhense, mostrando, pela materialização jornalística, que os discursos publicados pendem, quase sempre, para a defesa dos interesses dos proprietários de escravos, ou seja, para a abolição, mas somente com a indenização dos senhores de escravos, sendo o negro escravizado considerado uma propriedade privada.

Os jornais textualizavam o cotidiano da sociedade maranhense e reproduziam os modos de pensar sobre os assuntos pertencentes ao social. Ao enfatizar os discursos para a escravidão e desta para as questões de raça e gênero na segunda metade do século XIX, busquei, neste primeiro capítulo, compreender o cenário de escrita de Maria Firmina dos Reis e o contexto histórico de produção do romance *Úrsula*.

Trouxe, por meio dos periódicos, uma leitura que versava para discursos sobre os homens e as mulheres escravizados e escravizadas, e a partir dessa leitura, destaquei àquelas que contribuía para a minha análise. No capítulo II, *Análise do discurso e literatura: relações de forças na produção do sentido*, destaco os conceitos que cruzam a teoria da literatura como disciplina no entremeio da Análise do Discurso, tornando essa análise possível e, destaco também o lugar que o romance *Úrsula* ocupa no cenário literário, desde a sua primeira publicação, enfatizando os discursos que dizem sobre o romance e que destacam o pioneirismo de sua autora. Neste espaço abordo o contexto de produção em que Reis escreve *Úrsula* e apresento o encontro de duas posições discursivas, que estavam impossibilitadas de se encontrar, ao considerarmos as condições históricas e sociais da segunda metade do século XIX: a posição sujeito *autor* e a posição sujeito *mulher negra*.

Logo em seguida, sinto a necessidade de marcar, no estudo, um espaço para falar sobre *autoria da mulher negra*, com a atenção nas duas assinaturas que se inscrevem no romance: a primeira, *uma maranhense*, deixa o nome da autora em anonimato, e a segunda, Maria Firmina dos Reis, que nos é revelada através dos “discursos sobre” o livro. O enfoque dado a essa reflexão surge pelo meu interesse em compreender como esses discursos dizem sobre a escravidão e como a própria escravidão atravessa as questões de raça e gênero a partir da textualização no espaço literário.

**ANÁLISE DO DISCURSO E LITERATURA: RELAÇÕES DE FORÇAS NA
PRODUÇÃO DO SENTIDO.**

*A nossa escrevivência não pode ser lida como
história de ninar os da casa-grande, e sim para
incomodá-los em seus sonos injustos.*
Conceição Evaristo

Ao eleger *Úrsula* como o meu objeto de análise, refletindo acerca dos sentidos da escravização e dos atravessamentos de raça e gênero, estou trabalhando tanto no campo da literatura, quanto da análise do discurso. Língua e literatura se entrelaçam na busca de uma materialidade discursiva trazida pelo imaginário e pela formulação de um efeito de real. Os efeitos de sentidos são produzidos a partir da retomada de elementos existentes no mundo social, representados e recontados na ficção. “Isso se dá em nível de representação, pois o literário é, por excelência, um lugar de representação do social e do histórico” (SILVEIRA, 2004, p.17).

A palavra “representação” nos traz uma polissemia de sentidos, mas para esse estudo, considerarei aquele em que a representação se aproxima do sentido de reprodução de discursos no entremeio do intradiscurso. Dito de outro modo, considero o sentido da representação a partir de Orlandi, ao dizer que:

Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação. Como é exposto por Pêcheux, há nos mecanismos de toda formação social regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso. É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva. [...] E finalmente, faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte (antecipação das representações), a partir de seu próprio lugar de locutor, o que regula a possibilidade de respostas, o escopo do discurso (ORLANDI, 1983, p. 19).

Com Orlandi (1983), encontra-se textualizado que há nos mecanismos de toda formação social regras que possibilitam/estabelecem a relação entre as situações concretas e a materialização dessas situações no interior do discurso. Tais representações formulam um discurso a partir da realidade presente e se constituem como parte dessa realidade, como parte da significação discursiva. E é nesse lugar de formulação do social e do histórico que o texto literário é visto como “[...] uma máquina preguiçosa, que exige do leitor um renhido trabalho cooperativo para

preencher espaços de não-dito ou de já-dito que ficaram, por assim dizer, em branco [...]” (ECO, 2004, p. 11).

A definição de Umberto Eco colabora com a minha análise no sentido de buscar, enquanto analista do discurso, os “não-ditos ou já-ditos” no texto que elejo enquanto *corpus* do estudo. Ao mobilizar a língua e provocar o entendimento de que o literário é um lugar de formulação de discursos e de formulação de versões do real, trato a literatura como discurso literário e renuncio

[...] à definição de um centro ou um lugar consagrado. As condições do dizer atravessam o dito, que investe suas próprias condições de enunciação (o estatuto do escritor associado ao seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis ligados aos gêneros, a relação com destinatário construída através da obra, os suportes materiais, os modos de circulação dos enunciados) (MAINGUENEAU, 2005, p.18).

A partir das condições de enunciação que atravessam o dito, compreendo que o discurso literário pode ser concebido como o ato de contar histórias, um ato que pelo universo ficcional produz efeitos de realidade através da construção de um imaginário que não está desvinculado da história. Para Maingueneau (2005, p. 21), “o discurso literário (ficcional ou não) não tem território próprio: toda obra é a *priori* dividida entre o fechamento sobre o *corpus*, reconhecido como plenamente literário, e a abertura à multiplicidade das práticas languageiras que excedem esse *corpus*”. A abertura à multiplicidade das práticas languageiras é, justamente, aquilo que foco para análise quando considero os dispositivos externos ao texto literário, aqui considerados como as condições sócio-históricas de produção. Todavia, ressalto, que não desconsidero a literariedade do meu *corpus*, já que a presente análise busca provocar, também, o entendimento daquilo que Maingueneau (2005), chama de “fechamento sobre o *corpus*”, a sua parte exclusivamente literária. Ainda para Maingueneau,

Como qualquer enunciado, a obra literária implica uma situação de enunciação. Mas o que é a situação de enunciação da obra? Seria possível responder quais são as circunstâncias de sua produção: foi redigida no decorrer de tal(is) período(s), em tal(is) lugar(es), por tal(is) indivíduos. Respostas insuficientes, pois convém aqui apreender as obras não em sua gênese, mas como dispositivos de comunicação. Pode-se então ser tentado a reduzir a situação de enunciação à data e ao local de publicação. Mas isso de quase nada nos adianta, pois permaneceremos ainda fora do ato de comunicação literária (MAINGUENEAU, 1995, p.121-122).

O texto literário é concebido como uma situação de enunciação, que não pode ser reduzida às circunstâncias de sua produção, pois se assim o fosse, estaríamos distantes do ato de comunicação, de acordo com o que descreve Maingueneau, (2005). Analisar esse tipo de texto é entender que estamos trabalhando com elementos da ordem do imaginário que se materializa no simbólico, logo o dizer e o contexto torna-se indissociáveis. Para Compagnon (2001, p. 126), “o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela fale também do mundo”. Mas o que é Literatura? Etimologicamente, o termo literatura deriva do latim *littera* e significa letra. Essa definição liga o conceito à escrita, ao ato de escrever. Um conceito plural, pois há uma polivalência de outros conceitos que tomaram forma durante os séculos. Para a doutora em letras, Maria Vitalina Leal de Matos,

A palavra “literatura” só em época relativamente recente – desde meados do século XVIII – tem o significado que hoje lhe damos. Até aí, a palavra existia, mas com um sentido diferente: designava, de modo geral, o que estava escrito e o seu conteúdo, o conhecimento. (...) O vocábulo “literatura” durante o século XVIII, continuando ainda a designar o conjunto das obras escritas e dos conhecimentos nelas contidos, passa a adquirir uma acepção mais especializada, referindo-se especialmente às “belas artes”, ganhando assim uma conotação estética e passando a denominar-se a arte que se exprime pela palavra” (MATOS, 2001, p. 200-201).

Com Matos (2001), registramos que a literatura é a arte que se exprime pela palavra, ou a arte da imitação, como há muito, já foi considerado pelo filósofo grego Aristóteles. Mas, “se tentarmos avaliar esta interpretação da literatura, teremos de reconhecer que ela toca em, pelo menos, dois importantes pontos. Considerada em seu valor aparente, sugere que a literatura imita ou reflete a vida” (DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 18-21). E, para os mesmos autores, o segundo ponto destacado, é que a vida está sendo imitada, reinterpretada e recriada pela literatura. Essa reinterpretação se dá no nível verbal, materializada nas produções literárias, no texto, construídos por determinados grupos, em determinadas épocas e sociedades. Barthes, em *Aula* (2004), também nos ajuda a entender esse conceito, ao dizer que:

A literatura não é corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visto portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua [...]. (BARTHES, 2004, p. 16-17).

A literatura é vista como a prática de escrever. É essa linha que sigo como parte do meu estudo, ao considerar a literatura como o aflorar da língua e o romance *Úrsula* como um tecido de significantes. Como já dito anteriormente, o romance *Úrsula*, adentra a literatura brasileira na segunda metade do século XIX, período em que se desenvolve a escola literária conhecida como Romantismo. Nesse período, muitos outros escritores abordam a mesma temática que Maria Firmina dos Reis, a escravidão, conforme destaque no ponto 2.1.1 *O lugar do romance Úrsula na história da literatura brasileira*. Nas obras citadas naquela seção desta dissertação, encontramos um discurso narrativo literário que conta o processo diaspórico de África e Brasil, e que por esta historicidade, pelas condições de produção, produz uma imagem do negro escravizado, me permitindo questionar os efeitos de sentidos sobre escravidão, e desses para as questões de raça e gênero. E ainda presa nesta exterioridade, questiono a autoria em *Úrsula* em uma época em que mulheres negras não escreviam.

É por meio dessa historicidade em *Úrsula* que proponho analisar os sentidos de escravismo no romance e os atravessamentos desses sentidos pelos sentidos de raça, gênero e literatura considerando a instância temporal da obra e a instância temporal do analista do discurso. Esse questionamento leva também a perguntas sobre os sentidos de literatura e o literário nas condições de produção dos oitocentos, tendo em vista aquela que ocupa a posição-sujeito autora da obra em Análise. Sendo o discurso literário uma “prática simbólica, no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente, sempre partindo da perspectiva discursiva” (LUCAS, 2001, p. 175), que se atualiza a partir da memória. Uma memória, que no meu caso específico, trata de textos “[...] advindos do domínio da ficção, reconhecidos como representativos, que estão em constante movimento, ora fixando ora deslizando sentidos, e é assim que precisam ser vistos: como não-estagnados” (SILVEIRA, 2004, p.26).

Úrsula é um texto que movimenta, que através da ficção se alicerça à história oficial, atualizando memórias e sentidos acerca da escravidão e sobre homens e mulheres, e negros e brancos dos oitocentos. Para Rancière, “sempre é possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos da ficção (...) ou acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais. A história “amusante” e o romance histórico vivem das idas e vindas que esta indeterminação autoriza” (RANCIÈRE, 1992, p. 8). Assim, o

discurso literário precisa ser lido observando a interioridade e a exterioridade do texto, comparado a discursos outros que perpassam a ficção.

Ratifico que, no presente estudo, não pretendo separar, no discurso literário, o que faz parte do mundo “real”, daquilo que pertence ao imaginário. O que busco é analisar alguns sentidos presentes no texto literário, observando a sua relação com o “discurso social” (ROBIN; ANGENOT, 1985). Para tanto, “a literatura não é o “real”, não é o que reflete uma realidade empírica; mas é algo que escuta/reflete os “rumores” advindos do real-social, re-elabora e re-significa os ecos desses rumores, os coloca em relação com o discurso histórico e produz o ficcional, deslocando o já-dito de uma instância para outra” (SILVEIRA, 2004, p.28).

Nesse deslocamento discursivo, a análise se constitui pensando o discurso de Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*, e os “discursos sobre” as mulheres, sobre os negros e sobre a escravidão. Para Orlandi, o “discurso sobre” consiste em

[...] “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”, alçando determinada posição como legítima, como aquilo que perdura na evidência da memória, em detrimento de outras posições, produzindo um efeito de unidade em relação a determinado saber. Por outro lado, o discurso sobre abriga diferentes discursos de, “e um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”. (ORLANDI, 1990, p. 37)

O “discurso sobre” reorganiza e atualiza a história sobre as mulheres, sobre os escravizados e sobre a escravidão antes mesmo da literatura tematizá-los. Posso dizer que tais discursos são determinados historicamente, mas mesmo assim não param de significar na Língua. Portanto, as representações dos negros e das mulheres no romance *Úrsula* serão analisadas, como já dito, enquanto materialidades discursivas, ligadas às condições históricas e sociais de produção. Para tanto, considero que “o discurso literário apresenta-se como uma unidade (imaginária), enquanto texto, forma e conteúdo, cabendo ao analista de discurso desconstruir esse efeito e perceber o discurso como um lugar de constituição de sentidos” (SILVEIRA, 2004, p,30).

Assim, a análise de *Úrsula* está atrelada às condições de produção históricas e sociais da obra. Elementos interiores e exteriores serão consultados a fim de desconstruir evidências já postas e compreender as materialidades e efeitos de sentidos para e sobre a escravização, raça e gênero no texto literário, à luz da AD. Com a crença de que o discurso é “palavra em movimento” (ORLANDI, 2001, p. 15),

os meus gestos mantêm-se também em movimento concebendo a língua enquanto produtora de sentidos.

2.1 O lugar do romance *Úrsula* na história da literatura brasileira.

Após apresentar o entrecruzamento da AD com a Literatura, sinto a necessidade de refletir sobre o lugar do romance *Úrsula* na historiografia literária brasileira. O romance, datado de 1859, tem sido considerado por historiadores, antropólogos e críticos literários um marco na literatura tanto pela temática que aborda, seu caráter abolicionista, quanto por quem o escreveu, Maria Firmina dos Reis, primeira mulher negra a publicar um livro no país. Portanto, o romance não se destacaria de outras obras escritas no período romântico brasileiro se não fosse considerado o papel intrínseco de sua autora e o tratamento dado aos personagens negros, às mulheres e à escravidão.

Ao considerar a literatura como representações que constroem efeitos de realidade/concretude, e o texto enquanto tecido de significantes, o romance em análise direciona a minha leitura para a literatura afro-brasileira, pois, como já colocado, defendo que a literatura interpreta a realidade. As raízes conceituais da literatura afro-brasileira apresentam caminhos de valorização e afirmação da cultura negra tanto na África, quanto em países ou populações afrodescendentes, como é o caso do Brasil. Zilá Bernd (1988), Eduardo de Assis Duarte (2011) e Conceição Evaristo (2006), ajudam no entendimento desse conceito e nos mostram aquilo que seria o reconhecimento da tradição negra no país. Para Zilá Bernd:

[...] o embrião para a conquista de espaços mais importantes de afirmação surgidos nos anos 20 no bairro nova-iorquino do Harlem (bairro negro), onde uma população estimada em 300 mil negros não tinha deixado morrer formas artísticas herdadas de sua ancestralidade africana. Surge aí o Negro Renaissance, ou renascimento negro, que, como o nome indica, pretendia fazer reviver a autoconsciência do negro americano, propondo não uma utópica volta à África, mas uma redefinição do papel no negro em solo norte-americano (BERND, 1988, p. 23).

Bernd refere-se ao movimento em direção ao Renascimento Negro do Harlem (1915-1920). Esse movimento se caracteriza pela união de um grupo de pessoas em defesa da igualdade racial, contra o racismo e a favor da resignificação da identidade negra nas músicas e na literatura. A ideia do

movimento negro ou *Négritude*, foi assumir a conotação pejorativa dada à palavra, já que o termo era utilizado como ofensa aos afrodescendentes, revertendo-lhe o sentido e permitindo que a comunidade negra o ostentasse “com orgulho”. De acordo com o poeta Aimé Césaire, houve “uma revolução na linguagem e na literatura que permitiria reverter o sentido pejorativo da palavra negro para dele extrair um sentido positivo” (CÉSAIRE apud BERND, 1988, p. 17).

Ao considerar a palavra *negritude*, é importante destacar que, para Bernd (1988), ela pode assumir dois significados ao considerarmos a sua grafia, o primeiro, escrito com N maiúsculo, é considerado um substantivo próprio e caracteriza o período em que o movimento negro lutou em prol da igualdade racial, ressignificando os sentidos de signos da africanidade; o segundo, escrito com n minúsculo, substantivo comum, refere-se a tomada de consciência e luta de um povo que estava em situação de discriminação e dominação. O movimento *Negritude* foi liderado por jovens escritores pertencentes à diáspora negra, que defendiam “um sentido político e afirmativo para os signos da africanidade, muitas vezes diluídos sob o rótulo de “primitivismo” e folclorizados pela metrópole” (DUARTE, 2011, p. 16). Um sentido construído através dos textos literários que alcançou muitos outros países numa coletividade que se autodeclarava pertencer a raça negra, a civilização negra.

Os movimentos em prol dos negros ganharam força em muitos países, como já sinalizado, e a “vertente brasileira da *negritude*, entendida evidentemente em seu sentido lato”, se constituiu, através do discurso literário, em um “espaço privilegiado da restauração da identidade, da reapropriação de territórios culturais perdidos”. (BERND, 1988, p. 50), contruindo aquilo que conhecemos como Literatura Afro-brasileira ou Literatura negra. O que conduz essa literatura é o desejo de “recuperar a rebeldia e os ideais de liberdade que outrora guiaram seus antepassados para os quilombos (BERND, 1988, p. 50). Contribuindo com esse ponto, Conceição Evaristo pontua que os escritores de literatura afro-brasileira colocam em seus textos o orgulho étnico, a afirmação da identidade negra.

[...] Procura-se desconstruir o olhar negativo, a estereotipia lançada ao mundo e às coisas negras, que aparecem em várias obras da literatura canônica brasileira. Esse modo positivo de afirmação étnica acaba por imprimir a determinados textos de autores afro-brasileiros um discurso literário específico. [...] Busca-se pela palavra poética alforriar o corpo negro. Não serão cantados, por exemplo, louvores à Princesa e nem ao 13 de maio.

E sim, à resistência negra, retomando a memória dos quilombos. Via essa opção temática são recuperados eventos históricos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil. A mística do quilombo se presentifica em várias criações da literatura negra brasileira. O fato-símbolo da resistência negra, Quilombo dos Palmares, surge constantemente reverenciado. Zumbi é o herói e a vítima do cotidiano (EVARISTO apud PEREIRA, 2016, p. 15).

A literatura afro-brasileira se constitui no olhar positivo de uma escrita que fala sobre os afro-brasileiros e sobre os africanos. Considerada como a “mística do quilombo”, tem um discurso literário específico, que reverencia símbolos da resistência negra, como, por exemplo, o Quilombo dos Palmares. Ao retomar Duarte (2004), destaco que a literatura afro-brasileira tem uma voz autoral afrodescendente, um ponto de vista ou um lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência. Além disso, entendo que essa literatura “não pode se reduzir a simplesmente verificar a cor da pele do escritor, mas deve investigar, em seus textos, as marcas discursivas que indicam (ou não) o estabelecimento de elos com esse contingente de história e cultura” (DUARTE, 2004, p. 14).

Úrsula “romance pioneiro nas letras femininas” (LOBO, 2011, p. 111), inaugura a literatura afro-brasileira (DUARTE, 2004; MUZART, 2000), tematizando questões acerca da escravização dos negros no território brasileiro. Os elos presentes em *Úrsula* não só indicam o contingente de história e cultura africana e brasileira, como é dissonante de outros textos literários do período, como é reforçado por Mott (1991), ao dizer que no período da publicação de *Úrsula*, os escravos eram vistos “como “o demônio familiar” (título de uma peça teatral escrita por José de Alencar em 1859 que denunciava a influência maléfica da escravidão sobre a família)” (p.67). A população mais liberal considerava o negro como um ser corrompido pelo cativo, mas todos, abolicionistas ou não, concordavam que a natureza do negro era má.

Mott (1991) revela como o negro era representado nos textos literários do mesmo período da publicação de *Úrsula*, e o exemplo de obra, *As Vítimas Algozes*, traz a materialização quão destacada por Mott: negros escravizados que se tornam uma ameaça para as famílias brancas. Em *Reis* a personagem negra escravizada não é corrompida pelo cativo ou tem natureza má. O discurso presente no texto não embranquece as personagens para torná-las melhores, o caráter e a bondade são qualidades próprias destes. Portanto, Maria Firmina dos Reis,

[...] faz surgir pela primeira vez em nossas letras a voz da escrava e, junto com ela, o suplício do navio negreiro e a memória do mundo de liberdade deixado do outro lado do oceano. Através da personagem Mãe Suzana, a autora inaugura não um novo paradigma, mas um modo diferenciado da representação até então existente. Nele, a autoria feminina e afro-identificada substitui o protagonismo da mulata pelo da negra. Mãe Suzana é negra e explica ao jovem escravo alforriado o verdadeiro sentido da liberdade. Fala de sua vida na África, da família e da filha que teve de deixar para trás, enjaulada que foi como “mercadoria humana” pelos traficantes insensíveis aos seus apelos de mãe (DUARTE, 2009, p. 72).

Duarte, ao falar sobre Maria Firmina dos Reis e *Úrsula*, destaca alguns pontos que merecem a nossa atenção:

I. Pela primeira vez na história literária, uma personagem negra tem voz e, junto a essa voz, surge o suplício do navio negreiro e a memória do mundo em África;

II. Reis inaugura um modo diferenciado de representar uma personagem negra escravizada;

III. A autoria feminina e afro-identificada substitui o protagonismo da mulata pelo da negra.

A esses pontos, acrescento mais um:

IV. *Úrsula* é considerado o “primeiro romance abolicionista e um dos primeiros escritos por mulher brasileira” (MUZART, 2000, p. 264).

Úrsula é colocado como o primeiro romance a conceder voz a uma personagem negra e é vista como o primeiro a trazer o suplício do navio negreiro por meio da voz da personagem. O tratamento dado aos personagens negros é considerado inaugural e, para Muzart (2000), esse é o primeiro romance abolicionista do Brasil e um dos primeiros escritos por uma mulher brasileira.

O terceiro ponto movimenta o texto para a seguinte questão: como o protagonismo da mulata é substituído pelo da negra? A resposta possível nos remete, novamente, a discursividade da língua. Para Duarte (2011), a literatura afro-brasileira respeita as práticas linguísticas oriundas da África e inseridas na cultura Brasileira. Tais práticas empenham-se em ressignificar os sentidos hegemônicos da língua, pois para ele, “não há linguagem inocente, nem signo sem ideologia (DUARTE, 2011, p. 394). Um exemplo utilizado é o termo *mulata*, que circula no Brasil carregado de “sentidos pejorativos e tornam-se verdadeiros tabus linguísticos no âmbito da

“cordialidade” que caracteriza o racismo à brasileira” (DUARTE, 2011, p. 394). Ainda para este autor, os sentidos de *mulata* são marcados na literatura brasileira pelo signo da mulher fornicadora, trazido pela tradição europeia. Essa textualização destaca o corpo da mulher negra, objetificando-o ao prazer carnal aos moldes de uma sociedade patriarcal.

Nesse mesmo sentido, a antropóloga Lelia González registra um ditado em que há a hipersexualização da mulher mulata em relação as outras: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (GONZALEZ, 1988, p. 15). Com esse ditado, ratifico o que coloquei anteriormente, quando trouxe os sentidos para a mulher negra, enquanto objeto sexual, marcados na literatura. Considero, assim como González (1983), que quando falamos da mulher mulata ou da mulher negra, estamos nos referindo ao mesmo sujeito. Para ela, existe uma violência simbólica sobre a mulher negra, que considera os seus espaços de “exibição”. A autora traz como exemplo o endeusamento da mulher negra no carnaval e o cotidiano, dessa mesma mulher, como empregada doméstica: “É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito” (GONZALEZ, 1983, p. 76). Um sujeito que, ao considerarmos alguns romances publicados nos oitocentos, foi sexualmente racializado.

Em *O Guarani*, romance escrito por José de Alencar e publicado em 1857, é possível vermos a formulação de tais sentidos:

Vendo aquela menina loura, tão graciosa e gentil, o pensamento elevava-se naturalmente ao céu, despia-se do invólucro material e lembrava-se dos anjinhos de Deus. Admirando aquela moça morena, lânguida e voluptuosa, o espírito apegava-se à terra; esquecia o anjo pela mulher; em vez do paraíso, lembrava-se de algum retiro encantador, onde a vida fosse um breve sonho (ALENCAR, 1979, p. 106).

O trecho retirado de *O Guarani*, chama a atenção, em especial, para as formulações feitas à mulher branca (personagem Cecília) e negra (personagem Isabel): à primeira é concedido o sentido de figura angelical, de elevação espiritual; a construção da mulher negra está associada às marcas da sensualidade, “da ardência da mulher de cor”, que tem “um poder de sedução irresistível” (ALENCAR, 1979, p. 25). Essas associações são vistas em outras narrativas do século XIX, e reproduzem imagens e estereótipos presentes no imaginário europeu, por exemplo, em *Memórias*

de um sargento de milícias (1854), de Manoel Antônio de Almeida, que traz a personagem Vidinha como “uma mulatinha de 18 a 20 anos, [...] peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; [...] lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, fala um pouco descansada, doce e afinada” (ALMEIDA, 1969, p. 169).

A exaltação da sensualidade da mulher mulata faz parte do cânone literário nos oitocentos. Além das narrativas citadas aqui, podemos destacar, ainda, *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, em destaque à personagem Rita Baiana, e as personagens de Jorge Amado, como a linda e “irresistível” Gabriela. Esse é o ponto em que destoa o romance *Úrsula*, as personagens negras não são colocadas como mulatas, há o protagonismo da mulher preta. Em seu texto a sensualidade dessas mulheres não é enfatizada. Elas são retratadas pelo passado que lhes foi roubado, conforme veremos mais à frente. Um ponto que merece atenção, é que em *Úrsula*, a personagem Susana é mãe, ponto que também não é mostrado em outros textos da época, ao considerarmos Conceição Evaristo:

Observando que o imaginário sobre a mulher na cultura ocidental constrói-se na dialética do bem e do mal, do anjo e do demônio, cujas figuras símbolos são Eva e Maria; e que o corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra acaba por fixá-la no lugar de um mal não redimido. [...] O que se argumenta aqui é o que essa falta de representação materna para a mulher negra na literatura brasileira pode significar. Estaria a literatura, assim como a história, produzindo um apagamento ou destacando determinados aspectos em detrimento de outros, e assim ocultando os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira? (EVARISTO, 2005, p. 202).

Para Evaristo, a maternidade é considerada como símbolo de salvação, e ao se considerar as publicações literárias, há a ausência ou o apagamento da maternidade na descrição da mulher negra, que é vista, mais pelos aspectos sensuais, como já destaquei. Esse é um importante aspecto nos discursos presentes em *Úrsula*. Os discursos sobre⁹ creditam ao romance o pioneirismo na abordagem diferenciada das personagens negras e, creditam à sua autora o pioneirismo “nas letras femininas”. Por exemplo, as edições que sucedem a primeira, trazem em seus prefácios discursos que dizem sobre o romance e dizem, principalmente, sobre a sua a autora. Destacarei,

⁹ Analisarei no tópico 2.2 os discursos sobre *Úrsula* e sobre Maria Firmina dos Reis a partir da data de sua primeira publicação, 1859.

nesta análise, os três primeiros prefácios das primeiras edições de *Úrsula*, (1975, 1988, 2004).

Na edição do romance publicada em 1975, visualizamos o prólogo escrito por Horácio de Almeida. O escritor considera *Úrsula* o primeiro romance publicado no Brasil por uma mulher: “O livro de que se tira esta edição fac-similada é talvez a maior raridade bibliográfica do Maranhão. Trata-se de romance escrito por mulher e passou por ser o primeiro no Brasil de autoria feminina” (REIS, 1975, p.03). Ele justifica o valor da obra e de sua autora, e escreve que pouco se sabe sobre Maria Firmina, o motivo da não valorização é justificado por ele: “certamente porque era mulher, numa época em que o homem fazia alarde da proclamada superioridade do sexo” (p.03). Horácio dar ênfase à condição de mulher de Maria Firmina dos Reis e considera essa condição o motivo para a não valorização do romance.

O prefácio da terceira edição foi escrito por Charles Martin, que ao falar sobre *Úrsula*, considera que:

o romance apresenta como sua grande originalidade o fato de comparar o escravo Túlio ao senhor Tancredo em pé de igualdade, o que raramente ocorre num romance do século XIX. Outra figura impressionante, segundo o ensaísta, é a velha escrava mãe Susana. Cenas marcantes são o capítulo em flashback (IX) que descreve sua captura na África, a separação dos filhos (quando é obrigada a abandonar seu trabalho na roça e é levada para o navio negreiro, sem poder vê-los), a viagem e o desespero existencial no Brasil, que quase a levam à loucura. O negro Antero tem como função (capítulo XVIII) impedir Túlio de avisar os noivos sobre os planos do tio de *Úrsula*, que desejava sequestrá-la na porta da igreja. Ele tem vivas reminiscências ritualísticas da África, por exemplo, quando compara a cachaça maranhense – tiquira – com as bebidas que se utilizava lá, em rituais (LOBO, 1989, p.20).

Charles Martin, apud Lobo (1989), reforça outros discursos postos à narrativa quanto a originalidade do enredo acerca dos personagens negros escravizados. Ratifico que a narrativa foi publicada na segunda metade do século XIX, na sociedade maranhense, período em que a escrita literária estava concentrada em uma prática masculina. *Úrsula* conta uma história que se distancia das preocupações do período romântico da época e constrói um discurso sobre a nação a partir da discursivização dos personagens escravizados e das mulheres negras e brancas. Outras narrativas críticas à escravidão fazem parte do mesmo contexto de produção de *Úrsula*, o Brasil oitocentista, como, por exemplo, *As Vítimas-algozes* (1869), de Joaquim Manoel de

Macedo, *Cinco minutos* (1856) e *A viuvinha* (1857), de José de Alencar, e obras do poeta Castro Alves, podendo citar o *Navio Negreiro* (1869).

Eduardo de Assis Duarte, prefaciador da quarta edição de *Úrsula*, afirma:

Texto fundador, *Úrsula* polemiza com a tese segundo a qual nos falta um 'romance negro', pois apesar de centrado nas vicissitudes da heroína branca, pela primeira vez em nossa literatura, tem-se uma narrativa da escravidão conduzida por ponto de vista interno e por uma perspectiva afrodescendente. Assim, o romance da escritora maranhense vem fazer companhia às Trovas burlescas de Luiz Gama, também de 1859, no momento inaugural em que os remanescentes de escravos querem tomar com as mãos o sonho de, através da literatura, construir um país sem opressão (DUARTE, 2004, p. 280).

Duarte destaca a autenticidade de *Úrsula* afirmando que a obra inaugura a literatura afro-brasileira por ser uma narrativa sobre escravidão, contada a partir do ponto de vista dos personagens negros, como poderá ser trabalhado em algumas sequências discursivas trazidas do romance. Maria Firmina dos Reis adota um posicionamento, no livro, de encontro à escravidão. O trato dado aos personagens negros os humaniza, os torna vítimas e não algozes de um sistema opressor. Mesmo sendo personagens secundários, Susana, Túlio e Antero protagonizam falas que dão corpo ao enredo e que comprovam a relevância social da obra. Esses discursos sobre a obra, como será mostrado no tópico seguinte, colocam o livro no lugar de marco inicial, pedra fundacional de uma vertente, que é a literatura afro-brasileira.

Mas o que torna o texto de Maria Firmina dos Reis um diferencial, (além dos "discursos sobre"), para a historiografia literária e também para a presente análise, não é somente a temática abordada, mas, sobretudo, o fato de que o livro marca duas posições discursivas, duas posições sujeitos que a princípio não poderiam se encontrar: a posição sujeito *autor* e a posição sujeito *mulher negra*. Esse encontro não seria possível nas condições de produção do século XIX, porque tal sociedade estava fundada dentro de uma ordem patriarcal e escravocrata que, até o momento, impossibilitava a escrita e a publicação de textos escritos por mulheres afrodescendentes. Tal proposição pode ser confirmada ao considerarmos a reforma de Couto Ferraz, decreto 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, que institui a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças a partir de sete anos de idade e a gratuidade da educação primária e secundária. Todavia, coloca algumas restrições: Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

- § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.
- § 2º Os que não tiverem sido vacinados.
- § 3º Os escravos (BRASIL, 1854, p.59).

Em 1854, a legislação brasileira não só impossibilitava a matrícula de escravizados, como proibia o seu acesso informal às instituições escolares, quando destaca que “Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas”, anulando quaisquer possibilidades de instrução dos negros escravizados, crianças ou adultos. Consideraremos também o artigo 5º do decreto nº 7.031, de 1878:

Nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. As matrículas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quais farão nelas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residência dos matriculados (BRASIL, 1854, p.712).

Embora o decreto publicado em 1878 permita a matrícula de negros livres ou libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos, ele impede o acesso das mulheres nos mesmos cursos. Os decretos dispostos confirmam o que coloquei acerca da posição ocupada por Reis em 1859, quando digo que as condições de produção do século XIX, impossibilitava o encontro entre a posição-*sujeito autor* e a posição-*sujeito mulher negra*, já que as Leis vigentes dificultavam o ingresso de escravizados e de mulheres negras à escola.

O discurso que se articula a partir da posição-*sujeito* contraditória (*autor* e *mulher negra*) em que Reis se constitui é dissonante de outros dizeres hegemônicos em relação à escravidão e à dominação masculina. Escrito em um período em que a maioria das mulheres tinha uma educação limitada, como é possível verificar no trecho sobre a instrução feminina na colônia e no império, descrita por Saffioti (1976, p. 105) “a lei de 1827 constituía um verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos. Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução [...] só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, reservando os níveis mais para a população masculina”.

Às mulheres (brancas) estava reservada somente a educação de primeiro grau e a preparação para o casamento. Aos homens brancos os mais altos níveis de instrução. A esse respeito, Muzart, ao escrever sobre escritoras brasileiras do século XIX, diz que neste século, “As relações entre as mulheres eram marcadas pela

vigilância e punição. Desvios de papéis e comportamentos eram considerados impróprios. Essa aceitação em nada contribuía para modificar sua situação de inferioridade” (MUZART, 2000, p. 264).

A hierarquia entre homens e mulheres prevalecia, a submissão às regras e ao poder patriarcal era comum, quaisquer desvios de comportamentos seriam considerados impróprios. Além de tematizar a escravidão, *Úrsula* diz sobre uma sociedade que é dominada pelo poder masculino, poder este que controla toda a narrativa, dando um fim trágico à história. Neves (2009), ao se referir à mulher colonizada, diz que há uma situação que agrava ainda mais a condição política e de gênero. E sobre essa situação Neves (2009) afirma que ocorre “[...] uma tripla colonização, que se verifica no caso das mulheres afrodescendentes que vivem em países colonizados. Neste caso, além da dominação política e de gênero, verifica-se ainda outra ligada ao fator étnico” (NEVES, 2009, p. 49).

Neves (2009) enfatiza que a mulher afrodescendente sofre diferentes formas de discriminação, sendo pontuadas a política, a de gênero e a de raça. E a narrativa *Úrsula* traz essa condição, ao mesmo tempo que, através de sua autora compreende que as mulheres negras caminham por espaços culturais diferentes daqueles ocupados pela cultura dominante.

A exclusão da voz feminina nos cânones literários propagou-se por muitos anos, sendo esquecidas as contribuições de mulheres negras no espaço de produção cultural. Por exemplo, o romance *Úrsula* ficou esquecido por mais de um século, após a sua primeira publicação, sendo recuperado, em 1975, pelo historiador paraibano Horácio de Almeida.

Certamente *Úrsula* desponta de um lugar de alteridade ao retratar a sociedade patriarcal e escravocrata do século XIX. É um livro que se insere em uma história literária e abolicionista e que pode ser lido como um acontecimento discursivo novo, conforme já sinalizado no primeiro capítulo, ao produzir novos sentidos, ao possibilitar a construção *autoria afro-feminina*, a partir de uma autoria gendrada e racializada, associada à Maria Firmina dos Reis. Seria a retomada de um acontecimento histórico, possibilitando a sua inscrição no interdiscurso. A literatura atravessa o interdiscurso e fala sobre questões que estavam presentes na sociedade brasileira e maranhense do século XIX. Uma sociedade que já validava discursos abolicionistas, como a Lei Eusébio de Queirós, já mencionada neste estudo.

Torna possível dizer que a escrita de mulheres negras se instaura contra um discurso que atesta a inferioridade dos negros e das mulheres e “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso (...), são reinscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p.163). Tal reinscrição discursiva permite a construção de discursos outros para além dos vigentes, contrapondo, de certa forma, aos discursos hegemônicos.

Visualiza-se, por meio da análise, que a literatura afro-brasileira e, sobretudo, a literatura de autoria afro-feminina, tem traçado seus próprios caminhos de inserção nos cânones literários e não há como tirar as influências significativas dessas escritoras. É visualizando a escrita da mulher negra como um acontecimento discursivo, como um encontro de posições sujeitos que produz significantes, que sinto a necessidade de analisar a escrita afro-feminina no corpo do presente estudo. Nesta escrita, considero as assinaturas de autorias presentes em *Úrsula* e reflito acerca dos discursos sobre Maria Firmina dos Reis, através de sua trajetória intelectual, com ênfase no romance analisado.

2.2 Autoria da Mulher Negra

O romance *Úrsula* engendra um processo de identificação atravessado pela assinatura de duas autorias: uma marcada pelo anonimato de um etnônimo¹⁰ e a outra desvelando o anonimato pela evocação de um nome próprio. Tanto uma quanto outra estão marcadas pela relação com o gênero e o desprestígio de uma escrita feminina e somente a segunda assinatura vai apresentar a diferenciação racial inscrita na autoria. A primeira assinatura encontra-se presente na obra com o etnônimo *uma maranhense*, e a segunda só temos acesso a partir dos “discursos sobre”. Ao

¹⁰ Utilizo o conceito de etnônimo acrescido ao pseudônimo, por considerar a substituição do nome próprio da autora, pela expressão *uma maranhense*. Ao assinar-se como tal, é possível articular “de forma visceral tanto a questão étnica quanto a questão nominal articulando, ao mesmo tempo, língua e memória (BARBOSA FILHO, 2019, p.187), conforme analisaremos no subtópico 2.2 *Autoria afro-feminina*.”

compreender que a função autor está intrinsecamente ligada à exterioridade do texto e determina o lugar ocupado pelo escritor na história, analisarei as duas assinaturas em *Úrsula*, iniciando as reflexões por aquela que deixa a autora em anonimato: *Uma maranhense*.

Assinado com o etnônimo *uma maranhense*, *Úrsula* (1859) é publicado na tipografia do Maranhão e é anunciado nos jornais em circulação na província. Pela leitura do texto não é possível dar nome à autora, mas o prólogo escrito pela autora traz algumas particularidades de quem o escreve:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.33).

Reis apresenta o seu livro como “mesquinho e humilde” e segue destacando que não se permite cegar pela “vaidade de adquirir nome” ou pelo “amor próprio de autor”. A validade de seu romance se anula por ele ter sido “escrito por uma mulher” “e mulher brasileira”, “sem o trato e a conversação dos homens ilustrados”. Verificamos, de início, o caráter gendrado inscrito no romance, ou seja, o caráter identificado pela especificidade do gênero.

Há, aqui, a necessidade de recortar o texto, para melhor interpretá-lo. Quando a autora escreve: “mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor”, é certo que ela escreve para um determinado leitor. Mas para qual? Qual o sentido de leitor projetado pela autoria de *Úrsula*? Qual o valor dessa autoria? Essa compreensão será possível ao considerarmos as formações imaginárias de Michel Pêcheux (1990), sendo a imagem de si e do outro visualizada como um ponto de vista do interlocutor.

A nossa interlocutora, Maria Firmina, antecipa a imagem daquele que irá receber o seu livro. Para Pêcheux (2006, p. 77) essa antecipação “implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’”.

Onde o ouvinte de *Úrsula* o espera? A resposta possível para essa questão seria: o espera na sociedade maranhense do século XIX. Em um período em que a

escravização dos corpos negros era legitimada, e em que as mulheres não tinham acesso à educação.

E talvez, por antecipar a imagem dessa recepção, Reis afirme: “Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outro”. Um texto revolucionário para a sua época, não poderia lograr grandes espaços dentre as leituras imperiais. A esse respeito e, considerando as projeções que Reis faz de si, recorro, novamente, a Cestari, quando a autora diz:

Proponho pensar que nas imagens de si projetadas na interlocução discursiva têm peso um corpo que historicamente foi significado em diversos discursos de forma negativa, e que será positivado. Um corpo que é discurso [...]. Concluo, então, que o dito projeta visualmente um corpo e o dizer; cada enunciação é um gesto de visibilidade que constitui a voz e o corpo ressignificado de mulheres negras. Logo, a construção da legitimidade deste dizer se assenta neste funcionamento imaginário (CESTARI, 2017, p. 178).

Úrsula nos traz um discurso positivado quando concede qualidades nobres ao negro escravizado; quando revela a maldade do homem branco no navio negreiro; quando traz para o enredo as memórias de Túlio, de Susana e de Antero. E ainda, quando apresenta o poder masculino sobre as mulheres do romance. No entanto, no que tange à autoria, o dizer pode ser visto como uma ironia, sendo uma ironia, essa positivação poderia estar em outro lugar, quando, por exemplo, Maria Firmina diz que “querer nome” é vaidade. Aqui, materializamos a relação com uma memória da prática literária e autoral (dominada por homens brancos) de sua época. E, de certo modo, Reis se afasta desse lugar, pois, ao escrever, ocupa um espaço que, como já disse, não estava reservado para mulheres e, principalmente, para mulheres negras.

Outro ponto importante é a menção que Reis faz à sua autoria, colocando a sua escrita em uma posição determinada pelo imaginário de menor prestígio, de pequenez, porque estão determinadas pelas condições de produção da época. Como já dito, uma sociedade escravocrata e patriarcal. Podemos pensar em uma análise discursiva sobre alguns pontos descritos no Prólogo de *Úrsula*, que dizem mais sobre a sua autora do que sobre a própria obra. Observemos as Sequências Discursivas (SD) que seguem:

SD2: *Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor (...) e ainda assim o dou a lume.*

SD3: *Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor.*

SD4: *Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados (...) o seu cabedal intelectual é quase nulo.*

Na SD2, a autora define o seu livro com dois adjetivos: mesquinho e humilde, evidenciando uma obra menor, desprovida de grandezas e sem grandes pretensões de angariar espaços maiores no cenário ao qual se insere e, mesmo tendo essa consciência de menoridade, o torna público. Na SD3: *Não é a vaidade de adquirir nome que me cega*, a escritora maranhense justifica que a escrita de *Úrsula* não lhe traz ambições de conquistar um nome de autor no cânone literário. Já na SD4, há o reforço do menor valor do romance e uma justificativa para tal inferioridade: *escrito por uma mulher, e mulher brasileira.*

Algumas paráfrases são necessárias para a compreensão dessas formulações, para tanto, consideraremos a SD3: *escrito por uma mulher, e mulher brasileira.*

P5: Este romance vale, mas pouco;

P6: Este romance pouco vale por ser escrito por uma mulher;

P7: Este romance pouco vale por ser escrito por uma mulher brasileira;

P8: Este romance pouco vale por ser escrito por uma mulher brasileira de pouca educação;

P9: Este romance pouco vale por ser escrito por uma mulher brasileira de pouca educação, que não tem o trato ou a conversação dos homens ilustrados.

P10: Esse romance pouco vale por ser escrito por uma mulher brasileira com pouca riqueza intelectual.

Foi necessário apresentar o prólogo da obra na tentativa de compreender os processos de identificação que nomeiam ou resguardam a autora. Das “paráfrases plausíveis” (PÊCHEUX, 2006 p. 26), dispostas nesse estudo, destacamos que as sequências discursivas direcionam à análise para o acontecimento discursivo mulher-autora, como já destacado, e, embora as questões de autoria e gênero estejam

evidentes no prólogo escrito por Maria Firmina dos Reis, nada percebemos sobre as questões de raça e, sobretudo, as marcações para autora-negra e para escravidão. Assim estende-se para a assinatura *Uma maranhense*. O artigo indefinido **uma** demarca a condição de gênero, mas maranhense não identifica a sua autora como mulher negra. Talvez o nome de autor de Maria Firmina dos Reis não precisasse ser revelado no momento da publicação de *Úrsula*, pois o crivo que legitimava os discursos possíveis, era o mesmo que interditava outros. Como já sinalizei na apresentação da obra, Reis considera a sua escrita de menor valor por ser escrito por uma mulher. É válido questionar: Por que Maria Firmina dos Reis assina a sua obra como *uma maranhense*? *Uma maranhense* dá lugar ao nome próprio, nomeia a interlocutora que quer apenas se definir mulher, autora e maranhense. *Uma maranhense* que esconde a cor da sua autora e, ao considerarmos as publicações dos oitocentos, tal assinatura está mais associada a uma mulher branca e menos a uma mulher negra. A SD5: *Uma maranhense*, nos permite construir alguns jogos parafrásticos:

P11: Qualquer uma maranhense;

P12: Uma maranhense qualquer;

P13: Uma maranhense sem valor, qualquer;

P14: Uma maranhense indefinida, qualquer;

P15: Uma maranhense indeterminada, qualquer uma;

P16: Uma autora maranhense qualquer;

P17: Uma autora maranhense sem valor, qualquer;

P18: Uma autora maranhense indefinida, qualquer;

P19: Uma autora maranhense indeterminada, qualquer uma;

P20: Uma autora qualquer;

P21: Uma mulher qualquer.

As paráfrases dispostas versam sobre uma maranhense, uma autora e uma mulher qualquer, sem importância, indefinida, de menor prestígio. Essa construção só

foi possível pela análise do prólogo, pois é nesse espaço que Reis justifica a escrita e a publicação do seu romance.

No entanto, essa mesma assinatura pode produzir uma outra série de paráfrases possíveis, especialmente se consideramos que Reis esconde seu nome próprio na assinatura de seu livro e, ao fazer isso, esconde também sua condição de mulher racializada. Nessas condições, em vez de evocar o sentido de “mulher qualquer”, *uma maranhense* pode dizer também:

P22: uma mulher da sociedade maranhense

P23: uma mulher que deve ser reconhecida por ser maranhense

P24: uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense

P25: uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve

P26: uma mulher, talvez branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve

P27: uma mulher, certamente branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve

Mulher, autora, escreve um texto revolucionário que critica uma sociedade presa ao escravismo e ao patriarcado. A ela não seria concedido o direito ou o lugar de enunciar, e a sua enunciação não produziria “efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 6), pois até 1859, não temos conhecimento de outra escrita de autoria afro-feminina no Brasil.

Uma maranhense instiga o imaginário e formula outra possível identificação para a sua autora. Essa identificação colabora com o *discurso de origem* presente na obra. *Uma maranhense* poderia contribuir com a definição comunitária do *ser maranhense*, já posto nesse estudo? *Uma maranhense* poderia fazer parte daquele grupo seletivo de escritores, que representava a expressão mais autêntica da estrutura social do Maranhão? O *ser maranhense* foi um espaço legitimado pelos sucessos culturais da época, e como já considerei, esse espaço não estava aberto às mulheres e mulheres negras. Não posso afirmar que a expressão *Uma maranhense* queira unir-

se aquele grupo opulente. Mas é possível dizer que essa assinatura se autodeclara pertencente ao Maranhão, pertence aquela cultura, o que nos permite continuar a escrita, considerando mais alguns gestos parafrásticos:

P28: Mais uma maranhense!

P29: Mais uma entre muitas maranhenses!

Mas também:

P30: Uma maranhense especial, porque escreve.

A assinatura nos permite ratificar aquilo que coloquei, *Uma maranhense* pode funcionar como um caráter estratégico e pode ser considerado um dizer racializado, ou seja, espera-se apagar o aspecto racial para poder circular, para ter permissão para ocupar os espaços nos periódicos dos oitocentos. O jogo de paráfrases acima parece querer legitimar a autoria de mais uma autora maranhense. *Uma maranhense* que pode ser uma qualquer, mas também uma senhora maranhense, uma especial, porque escreve.

É considerando os efeitos de legitimidade, autoria e identificação que irei debruçar-me à segunda autoria, aquela que dá nome à escritora de *Úrsula*, Maria Firmina do Reis. Como já dito, essa nomeação só se torna possível a partir dos “discursos sobre”. Anteriormente, retomamos Orlandi (1990) que afirmava que os discursos sobre legitima uma determinada posição em detrimento de outras posições. Agora, com Mariani, chamo a atenção para o efeito de linearidade e homogeneidade da memória, uma vez que:

Os discursos sobre são os discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja [...] já que o falar sobre transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p. 64).

Considerando o que nos diz Mariani (1998), é importante chamar atenção para o fato de que *Úrsula* comparece, em certo momento histórico, como um discurso-origem, um discurso que vai ser objeto na institucionalização de certos sentidos sobre

o fazer literário os quais, por sua vez, devolvem a Reis a possibilidade de ser dita como autora.

Quem fala sobre Maria Firmina dos Reis? Quem associou *Úrsula* à sua escritora? Quais discursos identificam Reis como mulher negra? Neste ponto específico da análise trarei dois cenários temporais: o primeiro, 1860, diz respeito aos jornais que anunciam a publicação do romance, sinalizando apenas o gênero. O segundo, 1975, após um pouco mais de um século de silenciamento, o livro reaparece no cenário literário brasileiro e a sua autora além de ter o seu nome na obra, é, pela primeira vez, identificada como autora negra.

Observemos os primeiros discursos sobre *Úrsula* e sobre a sua autora:

ÚRSULA- Acha-se à venda na Tipografia do progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana (Jornal A Moderação, 11 ago. 1860, p. 2).

O trecho publicado no *Jornal A Moderação*, em 1860, concede à *Úrsula* o título de romance original brasileiro e revela não somente o nome de sua autora, mas também o cargo por ela ocupado na cidade de Guimarães, professora. O jornal, embora não seja abolicionista, anuncia o nome completo da autora do romance, Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis. Como já dito antes, essa não era a forma comum de pessoas negras aparecerem nos jornais. Essa regularidade de nome-sobrenome-profissão era atribuída as pessoas brancas (BARBOSA FILHO, 2019). Com isso, podemos questionar: a que se deve a menção da obra e do nome de Maria Firmina dos Reis nesse e em outros periódicos? Justamente o apagamento da sua condição racializada, já que o efeito de sentido que fica para *Uma maranhense*, é o de que, possivelmente, Reis fosse branca. Além do já posto, a autora era uma comprovinciana e, por conta disso, não seria emitido um parecer desfavorável a ela.

O fato de o livro ser assinado por uma maranhense e as publicações que tivemos acesso considerarem Reis como uma comprovinciana é sintomático. O elemento linguístico que temos pra “defender” essa “hipótese” é justamente a ausência da marca de racialidade, tanto na obra (por conta da assinatura), quanto nas próprias notícias. Com isso, é possível empreender que Reis esconde o nome na obra para sua condição racializada não aparecer junto com ela e, quando da divulgação do

livro, seu nome comparece, mas já não há o risco da não publicação. Além do mais, não há uma entrevista com ela, apenas uma notícia do lançamento, algo comum nos oitocentos. Em outra publicação feita no mesmo ano, retirada do *Jornal do Comércio*, há uma pequena resenha acerca do enredo. Vejamos:

OBRA NOVA - com o título *Úrsula* publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance rapidamente impresso que se acha à venda na tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela, muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poder para o futuro, dar-nos belos volumes (Apud MORAIS FILHO, 1975, sp).

Novamente o jornal nomeia a autora, porém a crítica feita à obra evidencia uma baixa qualidade do enredo. Quando o crítico escreve: “[...] conquanto não seja perfeita, revela, muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito”, nos diz que *Úrsula* não é um livro perfeito e que o seu mérito é menor, pequeno. Nos diz ainda que Reis, no futuro, pode produzir obras de maior mérito, ao considerar que o romance em questão tem pouco valor e/ou importância. Outro ponto que merece destaque é que o que nos chama mais atenção no livro- o tratamento dado à escravidão- é considerado pelo crítico como uma escrita abreviada, acanhada, incompleta, posição que o meu estudo desconsidera. Pontuo mais um trecho publicado no *Jornal a Verdadeira Marmota, em 1861*:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos de espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. [...] Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula. O aparecimento do romance —ÚRSULA na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito. Em verdade que é esse o livro

que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. [...] Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila de Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve, e a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém. A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas (Apud MORAIS FILHO, 1975, sp).

Há, na crítica publicada no *Jornal a Verdadeira Marmota*, muitos elogios feitos à Maria Firmina. Os aplausos estão relacionados mais ao fato de a obra ser de autoria feminina, do que ao próprio enredo do livro. Nada é citado sobre o caráter antiescravista do texto. O crítico destaca a posição ocupada pelas mulheres da época e pela autora, considerando a última como uma mulher que rompe “o círculo de ferro traçado pela educação” de menor relevância, ao ocupar um lugar endereçado aos homens.

É importante observar que até a década de 1860, nenhum discurso foi registrado nos jornais sobre a descendência de Maria Firmina dos Reis e, não temos materiais que abordem o tratamento que Reis dá à escravidão e às questões de gênero em *Úrsula*. Quando o discurso sobre essas questões aparece? Aparece a partir de 1975, período em que temos acesso a edição fac-similar do romance, encontrado e publicado pelo historiador paraibano Horácio de Almeida, conforme já sinalizado, e, neste mesmo período, temos conhecimento do estudo feito pelo seu principal biógrafo, Nascimento Moraes Filho, intitulado de *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*.

É a partir da descoberta de Horácio que novamente há a busca pela autora de *Úrsula*, já que o livro encontrado por ele não tinha o nome:

A bem dizer, foi por causa dessa brochura que adquiri os livros em apreço. A folha de rosto assim rezava: Ursula/Romance Original Brasileiro/Por Uma Maranhense/San'Luis/Na Typographia do Progresso/Rua Sant'Anna, 49 — 1859. O Livro não trazia assinatura alguma. Consultei Tancredo e outros dicionários de pseudônimos e nenhum me revelou quem fosse Uma Maranhense (REIS, p.05, 1975).

A associação da assinatura, *Uma maranhense*, à autora, Maria Firmina dos Reis, é feita em consulta ao índice do dicionário bibliográfico brasileiro por Estados da Federação, de Augusto Vitorino Sacramento Blake, (1900). Novamente a obra *Úrsula* tem a autoria revelada. Horácio de Almeida continua o seu prólogo falando do enredo

do livro e, temos em sua resenha uma pequena menção ao tratamento que Reis dá à escravidão:

Cabe, todavia, a Maria Firmina dos Reis o privilégio até então inédito nos anais da literatura brasileira de produzir o primeiro romance no Brasil, como pioneira da seara feminina, sem influência alienígena, onde um escravo, por seu caráter, por sua alma branca, ocupa lugar de destaque no piano da obra (REIS, p.05, 1975).

Horácio de Almeida, mais uma vez, considera Reis pioneira da seara feminina na literatura. No tocante à escravização, ao referir ao personagem negro escravizado no romance, menciona que um negro, “por seu caráter, por sua alma branca, ocupa lugar de destaque no piano da obra”. Concordo que sim, os personagens negros ocupam um lugar central no enredo, porém, aqui, não utilizarei a expressão “negro de alma branca”, pois ela transparece racismo embutido ao impor ao negro um comportamento do homem branco, para, assim, ser considerado humano.

A descendência africana de Maria Firmina dos Reis só vem a público a partir da publicação da sua primeira biografia, em 1975, como já mencionado, por Nascimento Morais Filho. Na biografia são revelados os nomes dos seus pais e, em outras pesquisas, é sabido que a sua mãe era uma escravizada alforriada. Encontramos o seguinte trecho escrito por Morais Filho:

Filha ilegítima: O livro do “cartório” Sacramento Blake e o livro do Cartório de Registro Civil, de Guimarães, registram com essa pequena diferença, sem importância, no caso, o nome dos pais de Maria Firmina dos Reis. [...] Suspeitando que os pais de Firmina dos Reis não eram casados, perguntei ao Sr. Leude Guimarães, se Maria Firmina dos Reis era filha legítima, respondeu-me que não sabia. Dona Nhazinha Goulart, revelou-me com vexame: - “Diliquinha” não era de casal...

Que campo ubérrimo para florescer as flores roxas da morbidez: bastarda!... e pobre!... e mulata! [...] (MORAIS FILHO, 1975, sp).

Diliquinha era como Maria Firmina era chamada pelos mais próximos. Morais Filho ao dizer que Reis era bastarda, pobre e mulata, descreve que o diferencial de sua escrita “tinha raízes profundas em suas entranhas”. Mulher, negra e pobre, escreve *Úrsula* enfatizando uma sociedade dominada pelo poder masculino e uma sociedade escravocrata. Sua formação e trajetória intelectual devem-se a sua ida, aos cinco anos de idade, para a Vila de São José dos Guimarães - MA, onde passou a

residir com a sua tia, que tinha uma melhor condição econômica e lhe possibilitou estudar. Em 1847, aos vinte e cinco anos, foi aprovada no exame público para o cargo de professora de primeiras letras da Vila de São José de Guimarães, realizado no Palácio do Governo, em São Luís (*Jornal O Progresso*, 13/08/1847).

A partir da publicação do livro de Morais Filho, os discursos associados à Reis ou às suas obras passaram a ter mais um acréscimo: autora-, *mulher-negra*. Os “discursos sobre” vieram por considerar as informações e registros publicados em 1975, organizando “as diferentes vozes (dos discursos de)” (ORLANDI, 1990, p. 37).

Considerar a autoria da mulher negra nos permite configurar um sintagma nominal específico: *autora-negra*. Através das condições de produção já mencionadas no meu gesto, é possível dizer que tal sintagma é produzido como efeito de um acontecimento discursivo pela atualização da memória discursiva. Dito de outro modo, a partir da autoria de Reis, pode-se pensar na possibilidade de uma mulher negra assumir a posição de autora. Quando falo em “acontecimento discursivo” no poder dizer autora-negra, a minha leitura pensa o entremeio da posição sujeito *autor* e da posição sujeito *mulher negra* nas condições de produção dos oitocentos. Assim, em *Úrsula*, escrita e autor estão postos no mesmo lugar de enunciação, que compreende a função-autor de Maria Firmina dos Reis. A função autor

[...] se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social. [...] A nosso ver, a função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. [...] O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer (ORLANDI, 1996, p. 69-70).

Orlandi coloca a função autor como o princípio da textualidade: assim como não é possível sentido sem sujeito, também não é possível escrita sem autor, pois este assume uma posição discursiva na produção de um gesto de interpretação. Para ela não há texto sem autor. “Há uma função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim” (ORLANDI, 2001, p. 91).

A esse respeito, com foco na literatura da mulher negra, Cestari reforça que

O se dizer mulher negra em uma afirmação de identidade em que gênero e raça são constitutivos, assim como na denúncia do sexismo e do racismo, projeta imaginariamente perguntas na interlocução discursiva: “qual posição você ocupa na divisão social da enunciação para dizer de mim?” e, mais ainda, “na divisão social racializada e gendrada da enunciação?” (CESTARI, 2015, p. 42).

Embora Reis não revele a sua posição racializada em *Úrsula*, ela é contundente ao se referir à exterioridade na qual se inscreve e, em seu texto, assim como diz Cestari, há a denúncia do racismo (escravização) e do sexismo (patriarcado). A sua assunção de autoria lhe permite dar lume a um livro que, mesmo consciente dos espaços que busca adentrar, torna possível a sua escrita e publicação. Para Lagazzi, (2006, p. 93) o “aprendizado da autoria é uma prática no processo da textualidade, prática de textualização (...) O autor se constitui à medida que o texto se configura”. É interessante, diante do explicitado, dizer que na AD, segundo Gallo (1995), o sentimento de ser autor é visto “pela forma de representação do sujeito que neste caso coloca-se no lugar de autor, representa-se como tal”. O sujeito ocupa a posição de autor, essa pertença, a ocupação desse espaço, possibilita-lhe o reconhecimento da sua “assunção da autoria”. Reis reconhece-se como autora, mas afirma-se menor, como se afirmasse mesmo nem ser (autora/escritora). É um “é, mas não é” que constitui a identificação de si de autora.

E se tratando da assunção autoria da mulher negra, muitos estudos se dedicaram a resgatar as contribuições das mulheres para a literatura brasileira, sobretudo, por entenderem que os espaços de produção de conhecimento eram restritos aos homens, mas muitos nomes femininos despontaram ao longo dos anos, com produções publicadas a partir do século XIX. Schimdt e Navarro (2007), afirmam que

A negação da legitimidade cultural da mulher, como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação foi, no contexto dessas literaturas, uma realidade que perdurou até, mais ou menos, a década de 1970 (SCHMIDT; NAVARRO, 2007, p. 86).

É necessário fazer um importante recorte em tal proposição: se o acesso das mulheres brancas aos espaços de produção literária era difícil, sendo negada a sua “legitimidade cultural”, precisamos considerar esse mesmo acesso, ainda mais difícil, às mulheres negras. Estas últimas tiveram seus direitos negados por muitos anos,

sobrevivendo a princípio em um regime escravocrata, e, a *posteriori*, em condições muito desiguais em comparação às mulheres brancas.

Para compreender a trajetória da mulher negra nos cânones literários, elaborei um breve panorama histórico por considerar seu importante papel e contribuição para a formação da literatura no Brasil. O desenvolvimento da cultura literária brasileira mostrou ser um espaço de exclusão e de negação à participação das mulheres, sobretudo, às negras, à medida que dificultou a sua inserção e participação nesse processo, conforme demonstram Schmidt e Navarro, (2007):

[...] regulado e controlado ideologicamente pela hegemonia patriarcal e seus pressupostos sobre diferenças assimétricas e hierárquicas de gênero, o que significa dizer que as mulheres que atuaram, no passado, no campo das letras, ficaram à margem da literatura, esquecidas e silenciadas nas histórias literárias (SCHMIDT; NAVARRO, 2007, p. 85).

São nas condições descritas por Schmidt e Navarro (2007) de esquecimento e silenciamento, que Maria Firmina dos Reis, nascida em 11 de março de 1822, é considerada a primeira escritora negra do século XIX.

Maria Firmina escreveu o romance *Úrsula* (1859), sob o pseudônimo *Uma Maranhense*, assumindo uma atitude política de denúncia das injustiças vividas na sociedade patriarcal brasileira do século XIX. Maria Firmina publicou outros romances, contos e poemas, dentre estes, *Gupeva* (1861), *A escrava* (1887) e *Cantos à beira-mar* (1871). Assim como Reis, Auta de Souza foi destaque no século XIX, mulher, poeta e negra, publicou o livro, *Horto* (1900), de significativa repercussão e cujo prefácio foi escrito por Olavo Bilac, o poeta brasileiro mais célebre da época.

Em linha cronológica, século XX, as escritas afro-femininas ganham outro importante nome, Carolina Maria de Jesus, mineira de nascimento, e moradora da favela do Canindé em São Paulo, publicou seu primeiro livro *Quarto de Despejo* (1960), com a ajuda do Jornalista Audálio Dantas. Ao descrevê-la, Dantas relata:

É apanhadora de papel, passa fome com os filhos pequenos, mora num barracão infecto, mas sabe 'ver' além da lama do terreiro e do zinco da favela – a miséria desperta o espírito – Cadernos cheios de 'poesias', 'contos' e 'romances' (DANTAS, 1958, p. 15).

Audálio Dantas (1958) faz uma bela descrição sobre Carolina de Jesus. Em *Quarto de Despejo* ela descreve o dia-a-dia de favelados, suas dores e angústias

materializadas em um diário. O seu livro foi traduzido em dezesseis idiomas e vendido em mais de quarenta países. Outros de seus escritos que podemos citar foram: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963) e *Provérbios* (1963).

O século XXI é marcado por um número significativo de mulheres negras que se afirmam em suas escritas e ocupam espaços na literatura brasileira. Pode-se destacar Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. Destaca-se entre suas obras: *Mulher negra: política governamental e a mulher* (1985) e *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011). Outro destaque para a contemporaneidade é Conceição Evaristo (1990), militante do movimento negro, com grande participação e atividade em eventos relacionados à militância política social, é autora de muitos romances, contos, poemas e antologias. Suas obras, em especial o romance *Ponciá Vicêncio* (2003), abordam temas sobre a discriminação de gênero e de classe. Além de outros escritos como o romance *Becos da Memória* (2006), *insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), escritos atuais que Evaristo tem se dedicado para dar visibilidade para a Literatura Negra através de sua “Escrevivência”.

Além das escritoras citadas, existe um grande número de autoras negras, que por meio de suas produções conquistaram espaços e instigaram a revisão de conceitos sobre a autoria afro-feminina. Os discursos impostos à imagem da mulher negra permitiram-lhe redesenhar a sua história e reconstruir um novo perfil de mulher na literatura ao longo destes anos. Assim, estas mulheres, conscientes e baseadas em suas Escrevivências, traduzem as lutas em composição literária. Conforme Conceição Evaristo (2005), a escrita da mulher negra é uma escrita de resistência, pois

Assenhorando-se ‘da pena’, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (EVARISTO, 2005, p. 205).

As vozes das mulheres negras desvelam-se mensageiras de discursos, engajadas em participar tanto do universo da produção literária brasileira, quanto da

obra de uma escrita, na qual as mulheres negras, como sujeitos autorais, falem de si e de suas expectativas, realizações, amores, medos e projetos. Logo,

Ao assumir sua voz-mulher, as escritoras afro-brasileiras ampliam o significado da escrita feminina brasileira, revelando uma identidade-mulher que não é mais o “outro” dos discursos. Afirmam uma identidade [...] Que revela que sempre esteve lá, no ‘lugar do silêncio’, dentro do outro silêncio-mulher-branca, na singularidade e na subjetividade da experiência única de ser mulher negra no Brasil [...] (ALVES, 2010, p. 186).

Os discursos de tantas mulheres negras mostram a urgência e importância da materialização da mulher na escrita literária, reforçando a obra de Maria Firmina dos Reis, que ainda hoje, modifica o discurso hegemônico deixando espaços para que mulheres negras assumam o papel e a voz na escrita da sua própria literatura.

É considerável a quantidade de mulheres que passaram a ocupar o seu lugar de fala por meio da literatura, a exemplo de Firmina dos Reis, o que favorece a ampliação do significado da escrita literária de autoria feminina e de autoria afro-feminina no Brasil.

Vozes surgem; imagens passam a existir; um discurso é construído, agora sob o olhar e fala da mulher negra. As escrituras ganham espaço de denúncia, luta e resistência. Escrever torna-se “[...] uma espécie de vingança, [...] desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia e esperança” (EVARISTO, 2005, p. 202). É esse gesto de teimosia, é desse lugar de enunciação político e cultural, constituído a partir da formulação da fala negra nos textos literários, que falo sobre a literatura afro-brasileira, considerando o já posto por Duarte (2004), quando trouxe que o discurso afro-brasileiro é um discurso caracterizado e autoral. É uma escrita que possibilita a quebra do silêncio; e é a partir desse entendimento, da escrita enquanto instrumento de resistência e de luta, que analisarei, na seção subsequente, o romance Úrsula, enfatizando os processos discursivos acerca da escravidão e os atravessamentos para raça e gênero.

*O livro deve valer pode valer pelo muito que nele
não deveu caber.
Guimarães Rosa*

3.1 Os processos discursivos de identificação em *Úrsula*: a escravidão e os atravessamentos para raça e gênero.

Apresentar as condições de produção oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX, me permitiu formular uma compreensão sobre *Úrsula*, que sustenta meus gestos de escuta e interpretação a partir das condições de produção históricas e sociais nas quais a obra está inserida. Corroboro, neste estudo, com uma perspectiva discursiva para a qual o sujeito do discurso ocupa uma posição discursiva de onde enuncia e esse lugar determina o que pode ou não ser dito (PÊCHEUX, 1988). A partir dessa compreensão, apresento o romance enquanto materialidade e acontecimento discursivo, à luz da AD, considerando o lugar de enunciação da autora da obra, Maria Firmina dos Reis. Buscarei, ainda, desconstruir os efeitos de evidências presentes no texto e mostrar que ele não é transparente, pois constitui-se por pré-construídos, por um já-dito que reorganiza e atualiza sentidos no entremeio da língua.

O livro nos conta uma história de amor, mas traz em todo o seu texto questões que escapam ao cenário romântico e que dão sentidos outros ao enredo: escravidão *versus* alforria, alforria *versus* liberdade, branco *versus* negro, homem *versus* mulher, mulher branca *versus* mulher negra e escravizada. É a partir dessas oposições, (mas também das relações) entre os termos postos que o texto narra uma história e tematiza uma sociedade escravocrata e patriarcal. A narrativa assume pontos diferentes na narrativização da obra, pois, aqui, as personagens negras e as mulheres ganham fala, falam de si e de suas memórias a partir de uma perspectiva interna. O negro ter voz e ser tratado de modo semelhante aos personagens brancos, no texto literário, não era comum, conforme Muzart (2000) e Duarte (2004), se considerarmos outras publicações do mesmo período romântico brasileiro, como, por exemplo, *As Vítimas Algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo.

A presente pesquisa não é pioneira na análise do romance *Úrsula* ou na tomada de sua autora, Maria Firmina dos Reis, como será mostrado no subtópico 2.1.1. Sua primeira publicação, em 1859, foi em formato de folhetim, anunciado em jornais de circulação no Maranhão. Após esse período, tanto a obra quanto a autora tiveram um longo intervalo de esquecimento, sendo reencontradas em 1975, por Horácio de Almeida, a quem pertence o prefácio da 2ª edição do romance. Porquanto, o meu estudo é pioneiro na AD e, o que torna essa escrita um diferencial entre as biografias e as críticas literárias feitas a partir de *Úrsula*, é o meu recorte de análise e a metodologia utilizada. Pretendo analisar os sentidos do escravismo no romance e os seus atravessamentos para as questões de raça e de gênero na sociedade maranhense e brasileira oitocentista.

É amparada por essa língua(gem) que apresentarei, no ponto seguinte, o romance *Úrsula*, com o objetivo de não somente apresentar o corpus de análise, mas de trazer reflexões que estão embaladas na obra e que dizem sobre enunciação, autoria, sobre escravização e a partir destas, falam sobre homens negros, mulheres negras e brancas no discurso literário e social.

Assim, apresentarei, no tópico seguinte, a obra, destacando o papel de cada personagem no enredo e os discursos que costuram a trama. Aqui, busco pensar as formas como Maria Firmina dos Reis representou os cativos, a escravidão e as mulheres dentro dessa sociedade, e questiono até que ponto, sendo uma ficção, o romance *Úrsula* pode ser lido como uma denúncia? Quais as posições discursivas que atravessam a obra e a sua autora? E, sobretudo, como a escravidão afeta a relação entre raça e gênero?

3.2 *Úrsula*

O romance *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis e assinado com o pseudônimo, aqui considerado um etnônimo, *uma maranhense*, conta a trágica história de amor entre as personagens *Úrsula* e *Tancredo*. Composto por vinte e um capítulos, o livro é ambientado, conforme dissemos anteriormente na introdução, no Maranhão do século XIX. Desses capítulos, alguns são intitulados com os nomes das

personagens (*Adelaide, Luísa B..., A Preta Susana, O comendador Fernando P... e Túlio*), alguns com nomes de lugares (*A mata, O cemitério de Santa Cruz, O convento Nossa Senhora de ****) e outros com nomes de momentos que marcam a obra (*Duas almas generosas, O delírio, A declaração de amor, A primeira impressão, A entrevista, A despedida, O derradeiro adeus, Foge! O regresso, A dedicação, O despertar e A louca*). Os capítulos estão assim organizados:

Tabela 1: Organização de *Úrsula* por capítulos

	Prólogo
Capítulo I.	Duas almas generosas
Capítulo II.	O delírio
Capítulo III.	A declaração de amor
Capítulo IV.	A primeira impressão
Capítulo V.	A entrevista
Capítulo VI.	A despedida
Capítulo VII.	Luísa B...
Capítulo VIII.	Adelaide
Capítulo IX.	A preta Susana
Capítulo X.	A mata
Capítulo XI.	O derradeiro adeus!
Capítulo XII.	Foge!
Capítulo XIII.	O cemitério de Santa Cruz
Capítulo XIV.	O regresso
Capítulo XV.	O Convento de ***
Capítulo XVI.	O comendador Fernando P...
Capítulo XVII.	Túlio
Capítulo XVIII.	A dedicação
Capítulo XIX.	O despertar
Capítulo XX.	A louca
	Epílogo

Fonte: Elaboração própria com base na leitura do livro *Úrsula*

A partir da visualização dos títulos dos capítulos, focando especialmente aqueles que trazem os nomes das personagens, visualizamos que as personagens

negras e brancas comparecem destacadas nos títulos de modo semelhante. Chama atenção, o fato de que alguns personagens são predicados com adjetivos que remontam sua classe social (comendador Fernando P, Luísa B.) ou seu processo de racialização (preta Susana). O fato de o livro apontar as personagens brancas pela posição social e as personagens negras pela condição racializada, aos moldes do que acontecia nos jornais de posição antiescravista, poderia dar a entender que a autora compartilha dessa mesma posição. No entanto, o amplo espaço que as personagens negras têm no livro, a defesa da abolição, entre outros fatores nos levam a tensionar esse entendimento. De qualquer modo, é importante considerar essa contradição importante: a escrita de *Úrsula* faz parte, sem qualquer dúvida, de um ideário abolicionista, mas isso não significa que ele esteja livre de ser atravessado por uma posição contrária que, no caso em análise, é uma posição que toma corpo no modo como, nas formas de nomeação, se diferencia negros e brancos. Esse enfoque acompanha o tratamento dado às negras e aos negros nos periódicos dos jornais maranhenses, como já mostrei no capítulo I, tópico *1.3 Dizeres em circulação para escravidão, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses dos oitocentos*.

O primeiro capítulo, *Duas almas generosas*, é iniciado fazendo menção às peculiaridades da vida no campo, conforme indica o trecho retirado da obra: “São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma (...) os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito” (REIS, 2018, p.35). É no cenário composto por paisagens naturais que o enredo toma forma. Escrito em terceira pessoa, a narradora¹¹ conta a história de Tancredo, um jovem advogado branco que, após anos estudando na cidade de São Paulo, regressa à província de São Luís e apaixona-se por sua prima Adelaide. Após mais um ano longe de casa, à trabalho, ao retornar por causa da morte da sua mãe, encontra a sua noiva, Adelaide, casada com o seu pai, o comendador Fernando P., um homem de posses, ganancioso e que é apresentado como o vilão da narrativa, responsável pelo desfecho trágico da ficção. Tancredo, ao ter ciência da traição da sua noiva com o seu pai, sai em disparate, montado em seu cavalo, sem destino certo:

¹¹ Opto por usar narradora ao invés de narrador, pois o prólogo do livro dá ênfase à escrita de autoria feminina e reforça o dizer *mulher e autora*.

De repente o cavalo baldo, de vigor, em uma das cavidades onde o terreno se acidentava mais, mal podendo conter-se pelo langor de seus lassos membros, distendeu as pernas, dilatou o pescoço, e dando uma volta sobre si, caiu redondamente. O choque era por demais violento para não despertar o meditado viajor: quis ainda evitar a queda: mas era tarde, e de envolta com o animal rolou no chão (REIS, 2018, p. 38).

Esse acidente possibilita o encontro de Tancredo e Túlio, um negro escravizado, que, ao vê-lo caído, o socorre:

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sobre o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento, correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocando-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (REIS, 2018, p. 42).

Túlio é descrito como um jovem bondoso, generoso, e que ao salvar Tancredo, leva-o à casa de suas senhoras, Úrsula e D. Luísa B. A primeira é filha de Luzia B, representada como uma moça pura, casta, cheia de bondade e inocência, “ingênua e singela em todas as suas ações” (REIS, 2018, p. 42). A segunda é uma mulher enferma, parálitica, viúva e dependente dos cuidados da sua filha e dos negros escravizados, Túlio e Susana. O que nos será dito mais à frente, é que o comendador Fernando P. é irmão de D. Luísa B. e, portanto, tio de Úrsula, do mesmo modo que D. Luísa B é tia de Tancredo. Embora o comendador não tenha aproximação com a sua irmã e sobrinha, foi ele o responsável pela morte do pai de Úrsula e é ele o dono das terras, da casa e dos negros escravizados que estão sob a guarda de D. Luísa B.

O Capítulo I segue narrando a amizade construída entre Túlio e Tancredo, pois “as almas generosas são sempre irmãs” (REIS, 2018, p. 44). Esse gesto de descrição da amizade entre Túlio e Tancredo inscreve, na obra, uma relação de familiaridade (almas irmãs) que, como tal, dilui as diferenças de classe e raça. Assim, se essas diferenças existem de modo significativo, elas compõem silênciosas, a princípio, nessa relação entre esses dois personagens.

É na casa de Úrsula que Tancredo recobra os sentidos e restaura a sua saúde. A narrativa apresenta no capítulo II, *O delírio*, o processo de recuperação do jovem advogado, que ainda acamado, em meio às alucinações, balbucia palavras ligadas à

traição e ao seu amor por Adelaide. Túlio, muito prestativo, ao ouvir as alucinações do amigo, exclama:

— Homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! [...] Por que o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam escravidão? (REIS, 2018, p. 54).

Tancredo, na visão de Túlio, é uma exceção, o que marca que, por regra, não se esperaria uma relação de irmandade entre sujeitos ocupando essas posições sociais. Túlio se mostra consciente da sua condição de escravizado, e percebe a escravidão como uma cadeia “infame e rigorosa”, controlada pelo senhor, aquele que é livre. Todavia, Túlio não afirma, mas questiona o poder concedido ao senhor livre ao dizer: “[...] Por que o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam escravidão?” (REIS, 2018, p. 54). E continua buscando na memória os sentidos da liberdade em África, sentidos que contrapõem à escravização do seu corpo:

[...] E, entretanto, este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. [...] Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! (REIS, 2018, p. 54).

Sentir que é livre, pois em África “não se é escravo”. Apenas sentir que é livre através da mente, da alma, pois essas não podem ser escravizadas. A condição material de existência do homem é a de escravo, ainda que ele tenha o entendimento que pode e deve mais do que seu senhorio lhes diz. Mas “[...] é escravo e escravo em terra estranha! porque a alma está encerrada nas prisões do corpo!” (p.54). Túlio descreve a resistência por não se ver, ou não se sentir escravizado, apesar da escravidão lhe fazer doer o corpo e lhe marcar com ferro a fronte. A voz enunciada pela personagem, além dos sentidos de liberdade, textualiza a relação percebida, por Túlio, entre a África e a Terra estrangeira (Brasil), sendo o último colocado como um país que escraviza. Aqui, e em todo o texto, a narradora concede voz aos

personagens, gesto que produz como efeito de sentido a “ilusão de realidade” Gregolin (1995, p.19).

Para Gregolin, essa concessão é chamada de *desembreagem interna*, que acontece, como já dito, quando a narradora “cede voz aos sujeitos, no discurso direto (delegação interna de voz), e obtém, assim, a prova de verdade” (p. 19). Em *Úrsula* é utilizado algumas estratégias discursivas para deixar o texto com um caráter mais verossímil. Além da *desembreagem interna*, os nomes das cidades e lugares estão abreviados na obra, na construção do “discurso veridictório”, do discurso verdadeiro¹². Há também a abreviação dos sobrenomes das personagens, Fernando P. e D. Luísa B, por exemplo. Mas, essa abreviação, mas que produzir efeito de realidade, por ocultar os nomes dos lugares e personagens, sinaliza que as personagens brancas têm nome e sobrenome (BARBOSA FILHO, 2019), ao contrário de Túlio, Susana (a preta) e (pai) Antero.

No capítulo III, *A declaração de amor*, Túlio é presenteado com a tão sonhada liberdade, pois Tancredo, ao restabelecer a saúde, entrega-lhe dinheiro suficiente para a compra da sua carta de alforria. A narradora ressalta que Túlio “obteve por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes”. E acrescenta: “[...] e como se fora a sombra do seu jovem protetor estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites” (REIS, 2018, p. 57). O que se negocia no campo dos afetos, no campo social se estabelece em relações que reproduzem a lógica senhorial própria à escravidão. Ou seja, ainda que se estabeleça uma relação de afetividade traduzida no sentimento de gratidão, no campo das relações, essa gratidão se traduz em certa servidão. Não é amizade, na medida em que racialmente e socialmente eles não são iguais. Essa narrativa inscreve na obra a relação entre os discursos da liberdade e da gratidão. Se Túlio é dito como um homem livre, mesmo antes da sua alforria, na medida em que seu espírito é livre; enquanto tal, sua servidão está condicionada a esse estado de espírito. É como um homem livre e grato que ele devota sua vida ao seu novo amigo.

¹² “O discurso veridictório”, conforme Gregolin (1995), provocado pela abreviação dos nomes de lugares e pessoas, supõe uma imitação da realidade, quando se deixa em oculto as pistas que possam identificar as personagens e/ou locais.

Ainda no capítulo III, visualizamos o nascimento do amor entre os protagonistas do conto, Úrsula e Tancredo, um amor que se constrói mutuamente, um amor descrito em detalhes. Os três capítulos que seguem ao terceiro, contam as lembranças que Tancredo tem de sua mãe, do seu pai e daquela que seria a sua esposa, Adelaide:

[...] Aprazia-me ver Adelaide, no arrebol da vida, tão casta, tão encantadora, compartilhando ora a dor, que nos oprimia, ora o prazer que enchia os nossos corações. Em Adelaide minha mãe encontrara uma desvelada amiga; a sua extrema beleza, e a dedicação àquela mulher, que eu tanto amava, atraíam-me incessantemente para ela; e a primeira vez que a vi, o meu coração adivinhou que que havia de amá-la (REIS, 2018, p. 72).

Adelaide, uma jovem branca, órfã e prima da mãe de Tancredo, foi o seu primeiro amor. Narrada antes como uma mulher casta e encantadora, mas, após a traição, como infame e assassina: “— Eu te vi, mulher infame e desdenhosa, fria e impassível como a estátua! Inexorável como o inferno! . . . Assassina! . . . Oh! eu te amaldiçoo. . . e ao dia primeiro do meu amor!” (REIS, 2018, p. 72). Reis dedica o capítulo VII, *Adelaide*, às recordações de Tancredo sobre Adelaide, sobre a decepção de vê-la esposa do seu pai, mesmo tendo lhe sido prometida pelo comendador Fernando P. Nesse espaço, é possível refletir acerca dos discursos construídos para as mulheres dos oitocentos: se não assume o papel de frágil, mãe e pura, é vista como “infame, fria...”. Além dessa construção, se pode destacar, na fala de Tancredo, discursos outros que culpabilizam a mulher e não o homem, normatizando uma sociedade alicerçada ao patriarcado.

As memórias deste cessam aqui, e a narrativa nos traz ao capítulo seguinte, *Luísa B.* Neste capítulo, D. Luísa narra para Tancredo a sua infeliz condição de saúde e o medo de morrer deixando Úrsula órfã e desamparada. O seu esposo, Paulo B., foi assassinado poucos meses após o nascimento de Úrsula, e é descrito, por ela, da seguinte forma:

Paulo B. não soube compreender a grandeza de meu amor, acumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. Não tivera eu uma filha, que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa. Mas ele me perdoará do fundo do seu sepulcro porque sua filha mais tarde foi o objeto de toda a sua ternura, e a dor de fracamente poder reabilitar sua casa em favor dela lhe consumia, e ocupava o tempo. E ele teria sido bom; sua regeneração

tornar-se-ia completa, se o ferro do assassino lhe não tivesse cortado em meio à existência! (REIS, 2018, p. 104).

Paulo B. foi assinado pelo irmão de D. Luíza B, Fernando P. por ser considerado inferior à família. Após a morte do seu esposo, D. Luíza teve as dívidas da sua família compradas pelo seu irmão e a partir desse acontecimento, tanto ela quanto Úrsula, tornaram-se dependentes do comendador. Mas a relação de Fernando P. com a sua irmã e sobrinha era nula, conforme demonstra o diálogo:

— Lavarão, dizeis vós, todas as ofensas que lhe hei feito? Ah, pudera assim acontecer! Mas não, eu chamei seu ódio sobre minha cabeça, eu o conhecia: seu coração só se abriu uma vez, foi para o amor fraterno. Amou-me, amou-me muito; mas quando tive a infelicidade de incorrer no seu desagrado, todo esse amor tornou-se em ódio, implacável, terrível e vingativo. Meu irmão jamais me poderá perdoar (REIS, 2018, p.103).

D. Luíza B. conta como era amada pelo seu irmão, mas após contrariá-lo casando-se com Paulo B., todo o amor transformou-se em ódio. O romance, até este ponto da narrativa, apresenta ao leitor os encontros e as relações entre os protagonistas e os personagens secundários, Túlio, Tancredo, Fernando P, Paulo B., a mãe de Tancredo, Adelaide, Luíza B. e Úrsula. Destaco que as quatro personagens mulheres são brancas e ganham voz e destaque no enredo. Reis traz a obediência dessas mulheres à figura masculina; todas, exceto Adelaide, são representadas com pureza, lealdade e capricho. Adelaide, embora submissa a Fernando P., é vista por Tancredo como interesseira e desleal. Mas, percebemos a remissão a uma sociedade em que a fala do homem prevalece, em que os homens estudam e as mulheres cuidam da casa, cena típica da sociedade oitocentista.

A narrativa avança e o capítulo IX, *A preta Susana*, traz uma nova personagem à história, mãe Susana. Susana é uma negra escravizada que foi trazida para o Brasil no navio negreiro. A sua descrição é feita da seguinte forma:

E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor — única, cuja recordação nos apraz. (...) Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha

cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 2018, p.111, grifo meu).

A narradora a descreve como uma mulher negra, e os cabelos brancos que se sobrepõem ao lenço amarelo nos levando ao entendimento de uma senhora idosa. O trecho em destaque “E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele”, o “ele”, posto em referência a Túlio, materializa no texto a ideia de comparação, ou melhor, de igualdade. A narradora destaca que embora seja uma mulher negra, é boa e compassiva, como se tais adjetivos não fossem comuns às mulheres negras. Tomemos a SD6: *E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva*, que é constituída pelo recorte em negrito da citação acima. O verbo haver aponta para o que está em foco na sentença: havia *uma mulher*. Dessa mulher, diz-se ser escrava, negra, boa e compassiva. São quatro adjetivos que não se encontram justapostos, mas separados por um elemento coordenativo, o *mas*. Assim, escrava e negra comparecem separados, pela conjunção *mas*, de boa e compassiva, estabelecendo, então, uma relação de adversidade. Essa relação de adversidade nos diz duas coisas distintas:

- I. Ela é escrava e negra;
- II. Ela é boa e compassiva.

A conjunção separa essas duas frases (Ela é escrava e negra, mas Ela é boa e compassiva), mesmo que elas falem do mesmo sujeito “ela”. Tal formulação nos permite questionar: É possível o comparecimento desses adjetivos numa mesma formação discursiva? O sujeito do enunciado: escrava e negra, mas boa e compassiva, nos direciona para um pré-construído de que mulheres negras e escravizadas não são boas e compassivas. É esse pré-construído que faz irromper o *mas* na formulação, separando escrava e negra de boa e compassiva.

Outro aspecto a notar nessa sintaxe que é a comparação entre Susana e Túlio é uma comparação é equívoca, na medida em que evoca diferentes sentidos: pode funcionar recortando a cor: ela é negra como ele, mas pode ser uma comparação que se estende para os outros elementos da formulação linguística: ela é negra como ele, mas é boa e compassiva *ao contrário dele*. Nessa leitura última, o *mas* colocado acima muda de perspectiva, porque o *mas* não separa escrava/negra de boa/compassiva e sim estabelece uma adversidade entre ele e ela: ou seja, ela é escrava e negra, assim como ele é negro, mas, ao contrário dele, ela é boa e compassiva.

Essa última leitura não tem apoio no romance, porque o romance não fornece evidências de que Ele seria mal e incompassivo/cruel, logo o *mas* não distingue ele e ela, mas as características boa e compassiva das características escrava e negra. As construções materializam uma igualdade e oposição no discurso para a SD6, ao concordar que tanto ele (Túlio), quanto ela (Susana) são negros, mas ela é mulher, escrava e a conjunção adversativa “mas”, constrói o sentido de contradição, ao permitir empreender que o fato de ser negra não é uma regularidade para ser boa e compassiva.

Ainda neste capítulo do romance, Túlio e Susana conversam sobre o sentido de liberdade, e a última lembra da sua captura em África, trazida à força para o Brasil:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davamos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. (...) Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade fora sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2018, p.116).

As reminiscências de Susana fazem parte da diáspora forçada de povos africanos. A personagem descreve quão sofrida foi a travessia para o Brasil e detalha as atrocidades cometidas pelos homens brancos. Aqui, os negros são vistos como mercadoria humana e tratados como os animais ferozes das matas africanas. Ainda sobre o que mencionei acerca do sentido de liberdade, Susana espanta-se ao saber que Túlio é livre e questiona: “— Tu! Tu, livre? Ah, não me iludas! — exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?” e ao lembrar da África acrescenta: “Liberdade! Liberdade... Ali eu a gozei na minha mocidade!” (REIS, 2018, p.113).

A partir do trecho acima, é possível fazer uma indagação: Túlio é livre? Túlio conseguiu a sua liberdade? Liberdade e alforria são iguais? A personagem Susana apresenta que a alforria é dada para aquele que é escravizado, mas alforria e

liberdade não tem sentidos iguais, são contraditórias. E a justificativa é descrita no próprio diálogo: não é possível ser livre no país que a escravizou, só se vivencia a liberdade em África.

A narrativa, por meio de Susana e Túlio, traz a memória acerca da escravidão, marcando uma temporalidade no texto e na memória discursiva do leitor, que ao pode compreendê-lo como uma enunciação histórica:

A enunciação histórica (..) caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados (..). Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados" (BENVENISTE, 2005, p. 262).

Benveniste apresenta que a enunciação histórica é caracterizada pela narração de acontecimentos passados e, para ela, a intenção da história constitui a função da língua ao marcar uma determinada temporalidade. É por esta temporalidade que são rememorados os sentidos de liberdade em África e de escravidão do povo africano no Brasil. Todavia, precisamos observar que o contexto de produção histórico de *Úrsula* data de 1859, como já dito anteriormente, assim, a escravização ainda era um acontecimento presente no Brasil oitocentista. Essa assertiva possibilita dizer que, as formulações discursivas sobre escravidão na obra em análise comparecem nas conexões entre passado e presente. É uma escrita forte, que antecede a abolição da escravatura.

O romance caminha para o capítulo X, *A mata*. Nessa passagem o leitor já tem ciência que Tancredo precisou sair da casa de D. Luíza B. para resolver questões que deixou pendentes na Comarca de ***¹³. Ele partiu acompanhado de Túlio, com a promessa de retornar em breve para casar-se com Úrsula. A mata representa um lugar em que Úrsula vai meditar e é neste espaço que ela encontra, pela primeira vez, o comendador Fernando P, seu tio. De imediato o comendador ao vê-la, apaixonou-se e declara o seu amor para ela. Ela, muito assustada, mostra-se indiferente às declarações, mas Fernando P. promete não desistir da jovem Úrsula:

¹³ As marcas de incompletude em *Úrsula* podem ser consideradas como marcas de permissibilidade de imaginação por parte do leitor, como uma abertura à polissemia, à universalização dos sentidos.

— Mulher! Anjo ou demônio! Tu, a filha de minha irmã! Úrsula, para que te vi eu? Mulher, para que te amei? Muito ódio tive ao homem que foi teu pai: ele caiu às minhas mãos, e o meu ódio não ficou satisfeito. Odiei-lhe as cinzas; sim odiei-as até hoje; mas triunfaste do meu coração, confesso-me vencido, amo-te! Humilhei-me ante uma criança, que desdenhou-me e parece detestar-me! Hás de amar-me. Humilhado pedi-te o teu afeto. Maldição! Paulo B., estás vingado! Tua filha oprime-me com o seu indiferentismo, e esmaga-me com o seu desprezo, como se me conhecesse! Mulher altiva, hás de pertencer-me ou então o inferno, a desesperação, a morte serão o resultado da intensa paixão que ateaste em meu peito (REIS, 2018, p.113).

O enredo já antecipa a obstinação que o comendador terá por Úrsula e tal persistência é comprovada no capítulo seguinte: *O último adeus*. A narradora conta que após alguns dias do encontro na mata, o comendador vai visitar Luísa B. com a intenção de pedir a sua filha em casamento. Embora o pedido tenha sido negado, D. Luísa está muito debilitada e os dias de sua morte não tardará. O comendador percebe o quão frágil está a saúde de sua irmã e tem certeza que Úrsula será sua, pois, como tio, terá direitos sobre a órfã. *Foge!* dá título ao capítulo doze e apresenta as últimas palavras de Luísa B. antes de morrer: " - Úrsula, minha filha, teme a cólera de Fernando; mas sobretudo teme e repele seu amor desenfreado e libidinoso. Meu Deus, perdoai-me se peço nisto... Aconselho-te... que fujas...Foge, minha filha. Foge!" (REIS, 2018, p.143).

Acerca da citação anterior, chamo a atenção para que, em *Úrsula*, não é um negro que foge de um tirano, mas uma branca e, além disso, essa fuga é justificada: em situação de tirania, aquele que está em posição de opressão deve fugir. A fuga, uma estratégia de resistência cara aos negros escravizados (principalmente no Maranhão onde se formaram muitos quilombos – como já colocado no primeiro capítulo), torna-se uma estratégia validada e posta em funcionamento por uma mulher branca.

Após o enterro de sua mãe, no Cemitério de Santa Cruz, Úrsula é encontrada por Tancredo e Túlio, que ao regressarem da Comarca de ***, são informados, por mãe Susana, da morte de D. Luísa B., das pretensões do Comendador Fernando P. e da ida de Úrsula ao cemitério. Cientes da condição que se encontram, Tancredo leva a jovem para o convento de Nossa Senhora da ***, com a certeza de que ela estará segura até a data do seu casamento.

No capítulo XVI, *O comendador Fernando P.*, a narradora informa que deixará “Úrsula meditando sobre os últimos acontecimentos de sua vida” e irá “ao encontro desse homem animado por tão loucas esperanças, e tão disposto a amar, como a perseguir ao objeto da sua adoração” (REIS, 2018, p.164). O homem é Fernando P, que se dirige à casa de sua irmã para exigir autoridade de marido ou tutor sobre Úrsula. A narradora justifica a grosseria de tal ação, pois “Úrsula podia deixar de aceitá-lo por tutor, e, ainda aceitando-o, recusar-se energicamente a ser sua esposa. O comendador estava afeito a mandar, e por isso julgava que todos eram seus súditos, ou seus escravos” (REIS, 2018, p.165). Antes de encontrar-se com Luísa B., o comendador é informado pelo Padre F., que a sua irmã veio a óbito e, ainda triste, ele vai em busca de Úrsula acompanhado do sacerdote e de negros escravizados.

Sabendo da morte da sua irmã, o comendador Fernando P, também descobre que Úrsula fugiu com Tancredo. Mas vingá-se de Susana por não ter lhe dado essa informação:

— Que me tragam sem detença Susana. Ouvis, senhor? Que a tragam de rastos. Que a atem à cauda de um fogoso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e... — Senhor comendador — observou o homem, que recebia as ordens —, ela chegará morta. — Morta?...Não, poupem-lhe um resto de vida, quero que fale, e demais reservo-lhe outro gênero de morte (REIS, 2018, p.171).

As ordens dadas ao feitor para tamanha violência à preta Susana não foram assentidas. Porém, a mulher escravizada foi por próprio querer à casa do comendador, que, não obtendo mais informações sobre a fuga de Úrsula, mandou que lhe fossem colocadas correntes e que o alimento lhe dado fosse mínimo: “Susana ouviu tudo isto com a cabeça baixa; depois ergueu-a, fitou aos céus, onde a aurora começava a pintar-se, como se intentasse dar à luz seu derradeiro adeus, e de novo volvendo para o chão exclamou: — Paciência!” (REIS, 2018, p.176). A personagem Suzana, no enredo, é ornada de qualidades morais, uma qualidade e um compromisso com o que é certo.

No capítulo XVII, *Túlio*, é narrada a cerimônia de casamento de Tancredo e Úrsula e também a prisão de Túlio pelo comendador Fernando P. Túlio foi preso em uma emboscada pelos homens do comendador, com o objetivo de ajudar a encontrar Tancredo:

Pelo cair da tarde esse fiel negro passava descuidosamente por uma esguia e tortuosa travessa, a essa hora completamente deserta, quando de repente ante si viu dois homens de fisionomias sinistras, e que, engatilhando as pistolas, e pondo-as ao peito, disseram acenando-lhe para a porta de um casebre insignificante e velho, que lhes ficava fronteiro: — Entra aqui, e se gritares morres (REIS, 2018, p.183).

O “fiel negro” foi preso e torturado por Fernando P., mas a sua fidelidade ao amigo não permitiu que nada lhe saísse da boca que pudesse indicar o paradeiro de Úrsula. No capítulo seguinte, *A dedicação*, Túlio, ainda preso, sofre com os maus tratos do cativo. Ele é vigiado por Antero, “um escravo velho que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas” (REIS, 2018, p.187). Túlio oferece dinheiro para que Antero compre bebida, esse bebe exageradamente e passa mal. Livre, Túlio encontra os noivos, mas percebendo que eles estão em perigo, tenta avisá-los, sendo, então, atingido por dois tiros. Ao ouvir os tiros, Tancredo vai ao encontro do amigo e é cercado pelos homens do comendador e nesse momento, ao ver a sua esposa desmaiada, toma-lhe em seus braços e a beija. Fernando P. reage, e crava no peito de Tancredo um punhal. Úrsula desperta e ouve o último suspiro do seu amado.

Um mar de sangue tingiu-lhe as mãos e os puros seios. Tinha os olhos fixos e pasmados sobre o doloroso espetáculo, e, entretanto, parecia nada ver; estava absorta em sua dor suprema, muda, e impassível em presença de tão monstruosa desgraça (REIS, 2018, p.196).

Úrsula não teve mais ação senão perder-se em tanto sofrimento. “O seu sofrimento era horrível, e profundo, e o que se passava de amargo e pungente naquela alma cândida e meiga foi bastante para perturbar-lhe a razão” (REIS, 2018, p.196).

No capítulo XIX, *O despertar*, Fernando P. se angustia ao ver o estado mental de Úrsula, que apenas dorme e se define aos poucos na cama: “— Úrsula! Oh, quanto te hei amado! Poderás tu compreender a extensão dos meus afetos, e eu não sentira agora envenenarem-me a alma, a desesperação e o remorso” (REIS, 2018, p.199). A jovem moça perdera a razão, como vimos no capítulo XX, *A louca*. Neste mesmo capítulo, o leitor recebe a notícia que Susana seria sepultada, pois não suportou a fome e os horrores da prisão. Úrsula, no quarto, conversa com Tancredo

como se ele estivesse presente: “Vem — disse com voz débil, mas repassada de ternura, — tanto tempo há que te procuro embalde (REIS, 2018, p.206). A culpa invade o peito de Fernando P., que observa todos os devaneios de Úrsula e, ajoelhado aos pés de sua cama, assiste o momento da sua morte: “E ela, nesse transe supremo, cruzou as mãos sobre o peito, apertando nesse estreito abraço a florzinha seca de sua capela, murmurou — Tancredo! —, e com os lábios entreabertos, e onde adejava um sorriso divinal, e como um anjo deu o último suspiro” (REIS, 2018, p.207). Assim é encerrado o capítulo XX, narrando o destino de Susana, o remorso do comendador e a morte da jovem Úrsula.

O último capítulo, *Epílogo*, apresenta-se com um salto temporal de dois anos. O esquecimento dominou a província e não há mais lembranças sobre as mortes cometidas pelo comendador.

Dois anos eram já passados sobre os tristes acontecimentos que narramos, e ninguém mais na província se lembrava dos execrandos fatos do convento de *** e da horrenda morte de Tancredo. A justiça, se a pintam vendada, completamente cega ficou, e os assassinatos do apaixonado mancebo e do seu fiel Túlio impunes (REIS, 2018, p.206).

Fernando P. vai morar no convento das Carmelitas, onde ninguém o conhece e ali, conhecido como Frei Luís de Santa Úrsula, vive até o dia de sua morte:

Frei Luiz de Santa Úrsula, ou antes o comendador Fernando P., voltou os olhos já baços pela morte, olhando para o crucificado, e depois para o padre, e disse: — Amei-a, padre; amei-a mais que ao Filho de Deus, mais do que a salvação da alma, e por amor dela despenhei-me no inferno... — E as lágrimas começaram a cair-lhe pelas áridas faces (REIS, 2018, p.206).

Antes do romance ter fim, a narradora descreve o desfecho dado à Adelaide, o primeiro amor de Tancredo, e as amarguras vividas por ela. E assim, conclui a história:

De todas estas vítimas do amor, apenas restam vestígios sobre a terra da desditosa Úrsula. No convento de ***, junto ao altar da Senhora das Dores, encontra-se uma lápide rasa e singela com estas palavras — Orai pela infeliz Úrsula (REIS, 2018, p.206).

A narrativa chega ao fim dando ênfase à morte das personagens principais e das secundárias. Todavia, constrói, no enredo, os caminhos percorridos por cada um. O destaque dado aos discursos sobre a escravidão e aos discursos sobre os

escravizados parece querer prender a atenção do leitor muito mais que a própria história de amor. Nos toca ainda a relação entre os homens e as mulheres brancas, uma relação de submissão e posse, cuja mulher parece ser propriedade do senhor, sujeita a quaisquer tipos de violências. São essas questões - escravidão, gênero e raça - que nos fazem questionar o texto e pretender encontrar os sentidos concedidos à escravidão e como ela atravessa gênero e raça no romance *Úrsula*.

Assim, considerando a pretensão acima, sinto a necessidade de escrever, no capítulo seguinte, sobre alguns pontos que merecem um olhar mais atencioso no meu gesto de escrita e que estavam textualizados a todo instante no meu *corpus* de leitura: alforria versus liberdade.

A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR: ENCAMINHAMENTOS ANALÍTICOS.

“O passado se inscreve e incomoda (n) o presente”.

Fábio Barbosa Filho

Ao longo dos capítulos postos, destaquei os discursos possíveis para escravidão, raça, gênero e literatura na sociedade oitocentista brasileira e, em específico, maranhense; trouxe a materialização das mulheres nos jornais dos oitocentos, com ênfase à mulher negra; aprofundi a análise acerca dos dizeres em circulação para escravismo, raça, gênero e literatura nos periódicos maranhenses do século XIX, analisando como a escravidão, e os discursos em favor desta, estavam inseridos e/ou afetavam os discursos jornalísticos; enfatizei que a sintagmatização *autora-mulher-negra*, nas condições de produção dos oitocentos, seria um acontecimento discursivo, que permitiu dizer *mulher negra autora* após o séc. XIX, e permitiu ler, nos textos literários, os discursos sobre a escravidão a partir da perspectiva dos personagens escravizados, construindo um outro processo discursivo.

Neste capítulo, retomo o romance *Úrsula*, buscando aprofundar a compreensão de como os sentidos de escravismo são atravessados pelas questões de raça e gênero. Tal questão vem atravessando a discursividade da minha análise, já que os discursos postos até aqui, materializam regularidades que dizem sobre escravidão, gênero e raça no contexto já sinalizado. Dito isto, no primeiro ponto, *4.1 Sentidos para escravismo: alforria versus liberdade*, recorto trechos do romance que me direcionam ao aprofundamento da análise.

4.1 Sentidos para escravismo: alforria versus liberdade.

No capítulo anterior, Gestos de Descrição e Análise de *Úrsula*, especificamente no ponto 3.2, apresentei o romance *Úrsula*, e destaquei as formas como Maria Firmina dos Reis representou os cativos, a escravidão e as mulheres dentro da sociedade

maranhense do século XIX. Retomo aqui alguns questionamentos postos naquela parte do estudo, a fim de intensificar a análise de como a escravidão afetava a relação entre raça e gênero.

Ao apresentar o romance, destaquei os sentidos de liberdade colocados no enredo, com a intenção de direcionar um olhar mais atento para trechos específicos que moviam a análise para dizeres relacionados as diferentes formas de ser livre naquele contexto: o primeiro correspondente ao de alforria e o segundo contrário à essa. Na historiografia brasileira, precisamente no período escravocrata, a alforria foi um direito concedido ao negro escravizado e está intrinsecamente ligada à escravidão, sendo considerada pelo historiador e sociólogo Clóvis Moura, em seu *Dicionário da escravidão negra do Brasil*, o “ato pelo qual o escravo conseguia sua liberdade, passando à condição de liberto” (MOURA, 2004, p. 24).

O negro escravizado que conseguira comprar a sua liberdade, era, naquele contexto, considerado liberto. Para entender o conceito de liberto aplicado aqui, recorro novamente a Moura:

Libertos. Também chamados impropriamente de escravos libertos (há uma contradição lógica e histórica nesta definição), eram aqueles escravos que conseguiam cartas de alforria ou carta de liberdade (V.). Eram considerados livres, mas não gozavam de uma série de direitos como os cidadãos sem passado escravo [...] (MOURA, 2004, p. 242).

A citação acima corrobora com o romance *Úrsula*, quando a personagem Susana questiona o sentido de liberdade para Túlio, conforme já citei no terceiro capítulo, e contraria a descrição da narradora quando é destacado que Túlio “era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África” (p.57). O negro estava na condição de liberto e não de livre. Porém, ascendia à condição de não escravizado. Um estudo feito pelo doutor em Linguística, Jorge Viana Santos, intitulado de “*Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*”, traz algumas formulações importantes para o meu estudo, quando, ao escrever acerca dos conceitos de liberdade em circulação nas cartas de alforria durante o período de 1830 a 1888, pontua que “o liberto era um escravo legalmente livre... mas ainda escravo para a sociedade: a “escravidão” estava na cor, na raça, na condição econômica” (SANTOS, 2008, p.43).

É esse ponto que procuro explorar e que tematiza a imagem do negro no romance e nos oitocentos. Para tanto, apresento como sequências discursivas o

conjunto de enunciados abaixo, em sua maioria retirados do romance em análise, a fim de possibilitar essa compreensão.

SD7: “Túlio obteve por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes — era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África” (REIS, 2018, p. 57).

SD8 “— Tu! Tu, livre? Ah, não me iludas! — exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?” e ao lembrar da África acrescenta: “Liberdade! Liberdade... Ali eu a gozei na minha mocidade!” (REIS, 2018, p.113).

SD9: “Eram considerados livres, mas não gozavam de uma série de direitos como os cidadãos sem passado escravo” (MOURA, 2004, p. 242).

Na SD7 a narradora do romance diz que Túlio obteve por dinheiro aquilo que Deus lhe dera. Ele sempre foi livre. A liberdade é sempre-já do homem e é dado por Deus. Mas, Túlio, por sua condição racializada, precisou de um ato administrativo que documenta essa liberdade. Todavia, o fragmento seguinte (SD8), questiona o que é ser livre, já que, como já foi destacado, é contraditório tornar-se livre no país escravocrata. A SD9, extraída do *Dicionário da escravidão negra do Brasil*, se mostra como um complemento às duas primeiras, quando, em seu funcionamento, apresenta a condição ocupada pelo negro escravizado no Brasil oitocentista. Ao considerarmos a SD9: *“Eram considerados livres, mas não gozavam de uma série de direitos como os cidadãos sem passado escravo”*, é possível pensarmos nas seguintes situações:

Os negros alforriados não gozavam de uma série de direitos como os cidadãos sem passado escravo, porque eram negros; os cidadãos sem passado escravo não eram negros; os negros tinham passado escravo; os negros alforriados eram considerados livres; os negros alforriados não eram livres. A SD9 funciona como uma contradição e nos leva a alguns questionamentos: os negros alforriados eram realmente livres? A conjunção adversativa ‘mas’, presente na SD9, nos permite dizer que embora fossem considerados livres, não usufruíam dos mesmos direitos dos cidadãos sem passado escravo, dos cidadãos brancos. O movimento das situações nos direciona para a seguinte formulação: **a escravidão estava condicionada aos**

corpos negros, que, mesmo quando conseguiam comprar a carta de alforria, continuavam sem seus direitos garantidos.

Ao destacar a frase acima, (a escravidão estava condicionada aos corpos negros) e analisá-la a partir da escrita de Reis em *Úrsula*, torna-se possível “atravessar o imaginário para chegar aos sentidos formulados sobre o real” (MODESTO, 2014, p. 106), e assim separar o negro do cidadão sem passado escravo, separar o negro do homem branco (branco *versus* negro) e compreender a relação posta entre escravidão, liberdade e alforria, naquele cenário, e questionar: os negros alforriados eram considerados livres por quem? Já mencionei, anteriormente, duas leis que concediam a ‘liberdade’ aos negros escravizados: a Lei do Ventre Livre (1871), e a Lei dos Sexagenários (1885). Agora considero necessário analisarmos o funcionamento discursivo em ambas:

LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (BRASIL, 1871)

Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

§ 10. São libertos os escravos de 60 annos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a titulo de indemnização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de tres annos (BRASIL, 1885).

A primeira lei considera “de condição livre” os filhos de mulher escravizada nascidos a partir de 1871, porém, o senhor da mãe terá a opção de receber uma indenização pela criança ou utilizar-se dos seus serviços até 21 anos completos. A lei dos Sexagenários, liberta os escravizados a partir de 60 anos, porém os obriga, a título de indenização, a prestação de serviços aos seus ex-senhores por mais três anos. Há sempre uma conjunção adversativa (mas, porém...) que limita a condição de

livre à liberdade concedida, ou melhor, à alforria concedida ou comprada, como foi possível verificar até aqui.

Outro ponto importante é considerarmos a data de publicação dessas leis e relacionarmos ao ano de publicação da Lei Áurea (1888). Se a criança nascida em 1871 só estaria livre após 21 anos de serviço ao senhor, ela conseguiria a alforria somente em 1892, e se a Lei nº 3.270, estendeu por mais três anos de serviço aos idosos a partir de 60 anos, caso vivos, a sua alforria se daria em 1888. Embora as leis propusessem a liberdade a uma parcela de escravizados, a sua funcionalidade prática não aconteceu, ao levarmos em conta as contradições e os “mas” postos no texto.

Contribuindo com essa análise, Fábio Barbosa Filho, em seu *Discurso antiafricano na Bahia do século XIX*, compreende que a lei dos oitocentos não via os escravizados ou libertos como cidadãos e nem como estrangeiros, fato que impossibilitava a garantia dos seus direitos. Barbosa Filho destaca que:

Para além de todos os prejuízos implicados em não ter “*nem direito de cidadão, nem privilégio de estrangeiro*”, para além do cativo e da liberdade transitiva, uma liberdade segunda, dependente, distinta da liberdade intrínseca do branco (e, principalmente, determinada por esta) a repressão, a violência, a arbitrariedade policial e judiciária atingiram níveis que beiravam, até para os padrões da época, o absurdo (BARBOSA FILHO, 2019, p. 94, 95. grifo do autor).

O recorte distingue a liberdade do branco e do negro, sendo a última apresentada como liberdade segunda, dependente, distinta da liberdade plena do branco. Em uma carta específica, o presidente da província, atribuía alguns pontos que desconsideravam a cidadania dos africanos: “eles não podem jamais ser considerados cidadãos brasileiros para gozar das garantias afiançadas pela Constituição” (CUNHA, 1985, p.30), ou porque não nasceram no país, ou porque possuíam linguagem, costumes e religião diferentes dos brasileiros, ou porque contribuíram com movimentos de resistência contrários à escravidão. Enunciados específicos em *Úrsula* mostram como os personagens escravizados estavam sujeitos à lei, e como tal lei figurava a ausência de liberdade:

- i. Os míseros escravos geram de ódio e de dor, mas nem a mais leve exprobração, nem um sinal de justa indignação se lhes pintou no rosto. Eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro senhor (REIS, 2018, p.166).

- ii. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade (REIS, 2018, p.115).
- iii. Ah, quão grande era a dor que a consumia! Porque era escrava, submeteu-se à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada (REIS, 2018, p.158).

Os trechos acima nos ajudam a pensar sobre as formas em que a escravidão se encontrava textualizada nesses discursos. A autora do romance atribui aos escravizados adjetivos que realçam a condição de tortura postos pelo sistema escravista. Por exemplo, nos três pontos acima o escravizado está associado aos sentidos de pobreza, miséria e submissão, conforme podemos observar: (ii) - “Os *miseros escravos* gemeram de ódio e de dor. [...] **Eram escravos**, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro senhor”. (ii)- “E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — **era uma escrava!**”. (iii) “**Porque era escrava**, submeteu-se à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada”.

O romance acentua a submissão do negro, que mesmo em posse de sentimentos de tristeza, não demonstrava, pois, de acordo com os fragmentos, ‘eram escravos’. Constrói-se um contraponto nessa formulação: Estavam sujeitos à lei por que eram escravos ou por que eram negros? Estavam sujeitos ou foram assujeitados? Para Barbosa filho, havia sempre o “impedimento de obtenção da cidadania brasileira para os *nascidos na África*” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 104).

Em uma passagem do romance, Túlio, após liberto, tornou-se prisioneiro do comendador Fernando P. que desconsiderou o seu direito de ser livre. Mas uma vez o romance contextualiza a história. Antes de ser escravizada, Susana era livre. O ponto (ii), mostra que ela se tornou uma prisioneira a partir do momento em que dois homens apareceram e a amarraram com cordas. O trecho ajuda a formular mais um sentido à escravidão: Susana não nasceu escrava, ela se tornou uma prisioneira, uma escravizada. Assim como o personagem Antero, já citado neste estudo. Essa formulação é importante, pois mostra como o romance trata essa condição, quando, por meio das memórias dos personagens, relembra que um dia eles foram livres. O

desejo da liberdade é materializado em todo o romance, ou realçando a liberdade vivida em África ou materializando-a em forma de alforria. Os fragmentos (iv) e (v), destacados abaixo, formulam esse desejo:

- iv. Indenizai os vossos escravos do mal que lhes haveis feito, dando-lhes a liberdade (REIS, 2018, p. 205).
- v. E como se fora a sombra do seu jovem protetor estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a — era feliz! (REIS, 2018, p. 57).

O primeiro destaque, “*Indenizai os vossos escravos do mal que lhes haveis feito, dando-lhes a liberdade*”, corresponde a um pedido direcionado ao Comendador P. A intenção em retomá-lo nessa parte do estudo, é mostrar que a carta de alforria funcionava como o momento de glória para o negro liberto, ao considerarmos a fala do personagem. A carta de liberdade, nesse trecho, funcionaria como um instrumento de indenização por todo o mal feito aos negros. Mas, uma revisão na história nos mostra que, quase sempre, ela funcionava em favor dos senhores, pois, ao utilizar-se da lei, estabeleciam condições para conceder a alforria com condições aos escravizados. Retorno aos estudos de Jorge Viana, a fim de apresentar um exemplo de carta de alforria datada de 1848:

Exemplo 1.4

Carta de liberdade do Criolo Domingos, conferida por seu Senhor José de Souza Acácio, e sua mulher Thereza Maria de Jesus, como abaixo se declara. Digo eu, e minha mulher abaixo assignados, que somos legitimos Senhores, e possuidores de um escravo de nom[e] Domingos Criôlo, que o houvermos, por legitim[a] da falecida nossa May Anna Maria, cujo escravo se acha livre de pinhora (sic), hipoteca, ou fiança, pelos bons serviços que nos tem prestado som[os] contente (sic), que do dia do falecimento de nós ambos, goze de sua liberdade, como se de ventre liv[re] nassese [...].

(Carta 16: livro 2, folhas 135f-135v, 15/05/1848 – AFVC) (SANTOS, 2008, p. 38).

O exemplo trazido por Santos (2008), foi retirado de livros de notas do cartório da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. A carta atesta o direito da liberdade para Domingos, pois é reconhecido, por seus senhores, os “bons serviços prestados”. O que chama a atenção é a condição imposta para a garantia do direito: Domingos gozará da liberdade somente após a morte do Senhor José de Souza Acácio e da sua mulher, Thereza Maria de Jezus. Essa era uma prática comum, de acordo com Schwartz, (1992):

[...] um grande número de escravos teve sua liberdade concedida condicionalmente, com a obrigação de permanecer em serviço até a morte do senhor ou de continuar a serviço dos filhos do senhor. Assim, embora muitos escravos se tornassem legalmente livres quando crianças ou na meia-idade, eles o conseguiam apenas na velhice, e, de fato, podiam até mesmo morrer sem nunca ter desfrutado a liberdade total (SCHWARTZ, 1992, p. 196).

Schwartz, (1992), colabora com o nosso posicionamento teórico quando destaquei que sempre há uma limitação na liberdade concedida ao do negro. O segundo ponto (v), também materializa essa limitação quando mostra a conquista de Túlio ao comprar a alforria, que, por consegui-la, doa a vida para salvar aquele que o tornou livre. Aquele “mas” que mencionei se faz presente aqui, se modificarmos o fragmento (iv):

*A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a — era feliz! **Mas** Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer.*

O funcionamento discursivo dessa formulação colabora para alguns entendimentos: O único negro do romance que conseguiu a alforria, deu sua vida para salvar aquele que lhe concedeu a ‘liberdade’. Pois “a sua gratidão não conhecia limites”. Mesmo com a condição de liberto, havia uma prisão emocional que contribuiu para que Túlio seguisse Antero por toda a parte, perdendo a vida por este.

É, então, nesse sentido que o deslizamento escravidão ↔ liberdade permite dizer que, no contexto dos oitocentos, a liberdade dos negros era limitada. Essa posição discursiva considera a desigualdade étnico-racial presente naquela sociedade e, apresenta o branco enquanto antagonista no sistema escravista. Como já dito, *Úrsula* fala de uma sociedade de classes, do escravismo como estrutura de classe social. Para Althusser, “as ideias só possuem existência histórica quando

pegas e incorporadas à materialidade das relações sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 204), e é nesse aspecto que o meu gesto compreende que a classe atravessa as relações raciais, afetada aqui por uma série de determinações históricas.

Dessa discussão, quando digo que a classe atravessa e/ou determina as relações raciais, embora as leis postas determinem uma possível condição de liberdade, o que se destaca no romance e na história, são as contradições e as limitações para essa liberdade. É a partir desse ponto de vista que podemos pensar o discurso sobre a perspectiva da memória, atravessada por uma certa temporalidade e atravessada pelo imaginário em *Úrsula*. Com tudo isto posto, o texto nos permite dizer que a leitura dos sentidos para escravismo será sempre no plural, pois além de atravessar raça e gênero, mostrou-se tão aberta à multiplicidade da língua, que nos trouxe a necessidade de falar também sobre sentidos outros- liberdade, literatura- tão presentes na sociedade oitocentista, como os mencionados desde o início da minha escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A *DESPEDIDA*

Em nós, até a cor é um defeito.
Luiz Gama

Utilizando os títulos dos capítulos do romance *Úrsula* para trilhar os próprios caminhos da minha escrita, montei um trabalho que falava sobre um romance escrito por uma mulher negra, Maria Firmina dos Reis. Todavia, escrever sobre *Úrsula* me mostrou a necessidade de falar sobre outras questões que estavam imbricadas ao meu gesto de leitura. Sentidos que partiam do universo literário e contavam uma história sobre homens brancos, mulheres brancas e homens e mulheres, negros, libertos e escravizados. Diante de tantas possibilidades de leitura, o romance escolhido tornou-se um incômodo, conforme já enfatizei no início da minha análise.

Um incômodo que me impulsionava a buscar respostas para os muitos questionamentos que surgiam a cada parágrafo lido. Questões que ora diziam sobre o texto escrito, ora falavam sobre a sua autora, sobre o Brasil oitocentista, sobre o Maranhão, sobre a autoria da mulher negra, enfim, questões que permitiram o desenho atual da pesquisa. E em torno das muitas questões, formulei, como principal, aquela que abraçava melhor esse estudo: Quais sentidos de escravidão compõem em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e como esses sentidos são atravessados por sentidos relacionados a raça, gênero e literatura?

Inicialmente, ao falar sobre *o Maranhão oitocentista na produção da memória discursiva sobre escravidão, raça, gênero e literatura*, busquei apresentar o contexto histórico e social no qual *Úrsula* e a sua autora estavam inseridas. Priorizei os discursos em circulação no Maranhão presentes nas publicações dos periódicos daquele período e, grande parte do arquivo consultado encontrava-se no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Esse ponto da pesquisa foi primordial, pois possibilitou o entendimento de como a escravidão e as questões de raça e gênero estavam formuladas nos discursos jornalísticos do século XIX.

No capítulo dois, *Análise do discurso e literatura: relações de forças na produção do sentido*, questionei as condições históricas apresentadas no primeiro capítulo, ao considerar a validade da escrita de uma mulher negra em uma sociedade escravocrata. No processo de escrita, as questões colocadas no início dessa *despedida* ganharam força. Ao trazer a perspectiva histórico-literária para o estudo,

delimitei os conceitos de literatura com ênfase maior para literatura afro-brasileira. Nesse ponto, formulei um sintagma que me permitiu pensar a autoria da mulher negra enquanto um acontecimento discursivo, *autora-mulher-negra*, nas condições dos oitocentos. E me permitiu refletir sobre a legitimação dessa autoria, sobre os discursos presentes nessa escrita e, principalmente, quando se pôde dizer autora mulher negra na sociedade brasileira.

Ao colocar o lugar do romance na historiografia literária brasileira, foi possível verificar o que Maria Firmina dos Reis dizia sobre si e o seu livro e, ainda, o que os discursos de outros falavam dessa autoria. Também trouxe para o texto um breve panorama de muitas outras autoras negras que conquistaram um espaço no cânone literário e, seguindo a “mística do quilombo”, narraram histórias de valorização ao povo negro, de afirmação étnico e racial e de combate ao racismo.

No terceiro capítulo, *Gestos de descrição e análise de Úrsula*, apresentei o romance considerando os pontos que ajudavam a entender como a escravidão estava presente no enredo e como esse enredo falava sobre as questões de raça e de gênero. Iniciei algumas análises no processo de descrição do romance e, nessa parte específica, trouxe para a discussão os sentidos de liberdade imbricados ao meu texto.

No último ponto de análise, *A mente ninguém pode escravizar: encaminhamentos analíticos*, questioneei sobre os sentidos de escravidão, liberdade e alforria, destacando que os negros não eram livres, e sim vivenciavam uma possível condição de liberdade, limitada pela legislação vigente.

Com efeito, de tudo o que tracei até aqui, ao escrever *sobre Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: os sentidos de escravismo atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero*, compreendo que falar de um romance escrito por uma mulher negra em um período em que a escravidão era legitimada, moveu uma série de questões sobre, como já disse, a validade dessa escrita naquele período e até mesmo na contemporaneidade. Ao considerar Althusser (1979):

Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão da coisa (ALTHUSSER 1967 [1979, p. 34]).

E foram as palavras que movimentaram os espaços das perguntas no meu gesto de leitura e interpretação, sobretudo, na montagem e revisão do arquivo e do

corpus de pesquisa. A assinatura *Uma maranhense* movimentou essa “nova visão da coisa” no processo de construção discursiva da análise, atravessando os sentidos postos e permitindo a construção de novas regularidades sobre a leitura de *Úrsula*. Regularidades que materializaram dizeres em funcionamento para questões tão importantes e atuais acerca dos espaços do/para os sujeitos negros, com recorte para a mulher negra.

Fazer funcionar essas questões em um *corpus* que parte do literário, é tensionar a análise do texto a partir do espaço histórico, em análise, enquanto ponto de discussão na Análise do Discurso. Esse espaço, escrito pela primeira *autora mulher negra* do Brasil, por muito tempo fez parte do mapa de ausências que paira sobre muitos personagens silenciados pela história e precisou ser revisitado e atualizado com tantos outros discursos que ainda perduram no século XXI. Uma leitura que questiona a sociedade moralista-escravocrata, sustentada por uma formação ideológica racista, capitalista e patriarcal. Ao compreender a necessidade dessa leitura, sinto que ainda se há muito a escrever, isso parece um tanto contraditório, mas é uma sensação imbricada nos capítulos dispostos dessa dissertação. Com essa sensação, no meu gesto de despedida, retomo o prólogo escrito por Maria Firmina dos Reis, ao desejar que a sua escrita “sirva de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós” (REIS, 2018, p. 34).

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Régia Silva da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo.

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ática, 1979.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. Lisboa: Editorial Presença, 1967 [1979].

_____. Sustentação da tese em Amiens. In: _____. **Posições**, volume I. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ALVES, Miriam. **A Literatura Negra Feminina no Brasil – pensando a existência**. Revista da ABPN. v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 181-189.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Martins, 1959.

BAPTISTA, Abel Barros. **A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 25

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O discurso Antiafricano na Bahia do século XIX**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

BARTHES, Roland. **Aula**. Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. São Paulo: Cultrix, 2004.

BENVENISTE, É. A linguagem e a experiência humana. In: **Problemas de linguística geral I**. 5 ed. Campinas, Sp: Pontes editores, 2005. p. 260-276;

BERND, Zilá. **O que é Negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: julho de 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de Março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: jun. julho de 2021.

COMPAGNON, Antoine. (2001) **O mundo** (Capítulo III). *O demônio da teoria:*

literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

CESTARI, Mariana Jafet. Marcha das vadias: sobre putas e santas? In: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção. **Inquietações de gênero e sexualidades**: leituras na contemporaneidade. Porto Alegre: Unioeste/Evangraf, 2017.

_____. **Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás**. Campinas: São Paulo, 2015.

CERTEAU, M. de; DOMINIQUE, J.; REVEL, J. **Une Politique de la langue**. Paris: Gallimard, 2002 [1975].

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira**: a cultura maranhense na civilização nacional. São Paulo: Thesaurus, 2001.

_____. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: a deriva da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Côroa de Glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora Dan UNESP, 1998b.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O africano no Brasil entre a independência e o movimento abolicionista. In: MOTTA, Roberto (Org.). **Os afro-brasileiros**. Anais do III Congresso Afro Brasileiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1985.

DANTAS, Audálio. **O drama da favela escrito por uma favelada**: Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive. Folha da Noite. São Paulo, ano XXXVII, n.10.885, 9 maio 1958.

DANZIGER, Marlies K.; JOHNSON, W. Stacy. **Introdução ao Estudo Crítico da Literatura**. São Paulo: Cultrix, 1974.

DIAS, A. Gonçalves. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Aguillar, 1959.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Vol. 4. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outras terras**: Revista de Estudos Literários, Londrina, PR, v. 17-A, dez. 2009.

_____. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005.

EVARISTO, Conceição. Literatura quilombola. In.: PEREIRA, Rodrigo da Rosa. **Perspectivas femininas afro-brasileiras em cadernos negros (contos)**: Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro e Miriam Alves. Rio Grande: FURG, 2016.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

_____. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo (Orgs.) **Meandros da História**: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005.

_____. **A transformação do trabalho nos trópicos**: propostas e realizações. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFP. Recife, 2001.

FERRARI, Ana Josefina. **Nomes próprios de pessoa e descrição**: estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

FERREIRA Maria Cristina Leandro. **O Caráter singular da língua na análise do discurso**. Organo- Discurso, Língua e memória. Instituto de letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003.

FILHO, Nascimento Morais (Org.). **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 1995.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

GAYOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Paris: Officina d P. N. Pogeron, 1818.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. IV Encontro Anual da Associação.

GREGOLIN, M. R. V. **Discourse analysis**: concepts and aims. Alfa (São Paulo), v.39, p.13-21, 1995.

IGNOTUS (Joaquim Serra). **Sessenta anos de jornalismo**: A imprensa no Maranhão (1820 – 1880). Rio de Janeiro: Pabo & Lino, 1883.

JORGE, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821-1841)**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

Jornal A Moderação, 11 ago. 1860, p. 2, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal A Carapuça, 1884, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal A Pacotilha, 1881, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal A Verdadeira Marmota, 13 maio 1861. Apud. MORAIS FILHO, Nascimento de. Op. cit, sem paginação.

Jornal Diário do Maranhão, 1877, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal O Farol Maranhense., 22 de julho de 1828, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal O Paiz, São Luís, 02 de agosto de 1881, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal O Publicador Maranhense, 1881, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

Jornal O Século., 22 de dezembro e 1858, Biblioteca Pública Benedito Leite, setor Hemeroteca.

LAGAZZI, Suzy. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do anexo 3. *In*: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). **Estudos do texto e do discurso**: o discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. Texto e autoria. *In*: Orlandi, Eni P. **Introdução às ciências da linguagem** - Discurso e textualidade / Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs). Pontes Editores, 2006: Campinas. SP.

_____. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e Afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. V. 4. 2011. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 111-126.

LOBO, Luiza. A Pioneira Maranhense Maria Firmina dos Reis. In: **Estudos Afro Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 16, 1989.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. (2001) As representações da cidade no discurso literário: a rua de Clarice Lispector. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes. p. 175-180.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a Literatura. In: MELLO, Renato de. (Org.). **Análise do Discurso e Literatura**. Tradução de Renato de Mello e Renata Aiala de Mello. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2005. p. 17-29.

_____. **O contexto da obra literária**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1995.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MATOS, Maria Vitalina Leal de. **Introdução aos Estudos Literários**. Lisboa. Verbo, 2001.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera Online**, v. 9, p. 124-145, 2018.

_____. **Movimentos (d)e resistência no espaço urbano**. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. [1972]. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. (2004). **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: _____. (Org) **Escritoras brasileiras do século XIX**. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC 2000, pp. 264-284.

NEVES, José Eugênio das. **Esmeralda Ribeiro e Lima Barreto**: um diálogo sem segredos. Terra Roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários. (Londrina) (dez) 49-59, 2009.

ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Editora Itatiaia, 1976.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

- _____. **Discurso e texto**. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. **Do sujeito na história e no simbólico**. Escritos nº 4. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, maio, 1999.
- _____. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Cortez, 1988.
- _____. Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. **Interpretação**- autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988[1975].
- _____. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-105.
- _____. Papel da memória. *In*: Achard, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. **La langue introuvable**. Paris: Maspéro, 1981. Versão brasileira: A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Trad. de Bethania Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da Escravidão na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- _____. **Imprensa, ética escravista e ideias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. (1992) **Les noms de l'histoire. Essai de poétique du savoir**. Paris: Éditions du Seuil.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Edição fac-similar. 1975.
- _____. **Úrsula**. Porto Alegre: Taverna, 2018.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990. p.140.

RIBEIRO, Karine de Medeiros, 1985-**Perigos e prazeres**: discursos sobre a prostituição na literatura oitocentista do Rio de Janeiro / Karine de Medeiros Ribeiro. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROBIN, R; ANGENOT, M. **L'inscription du discours social da le texte littéraire**. (xerox), 1985.

ROCHA, Solange Pereira da. **Na trilha do feminino**: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba (1828-1888). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SANTOS, Jorge Viana. **Liberdade na escravidão**: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

NAVARRO, Márcia Hoppe, SCHMIDT, Rita Terezinha. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: 2º Congresso sobre a 98 | **Literatura, espaço autobiográfico e memória Mulher, Gênero e Relações de Trabalho**, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. Edição original: 1992.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. 2004. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação Em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro: 1808- 1850**. 2. ed., Campinas: Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2002.

STUDART FILHO, Carlos, (General). **Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

VIVEIROS, J. de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, vol. 1, 1994.

ZOPPI FONTANA, Mónica. Lugares de enunciação e discurso. In: **Revista LEITURA**, n. 23. Maceió: EDUFAL, 1999.

_____. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. In: **Revista Leitura**, n° 30, Maceió: 2002, pp. 175-205.